

# ANISTIA



**SEMENTE  
DA  
LIBERDADE**

THEREZINHA GODOY ZERBINE

Capa: Peri Campos Filho

Pesquisa e Produção:

Irene Abramo e Mequita Assumpção

## S U M Á R I O

Apresentação .....	5
Entrevista ao Pasquim .....	7
 <b>1975</b>	
Manifesto da Mulher Brasileira — março .....	27
Fala no México — 23 de junho .....	28
Conferência Câmara Municipal, Porto Alegre — 11 de julho .	30
Jornal do Comércio — 12 de julho .....	38
Revista Ecos — setembro .....	41
Conferência na ABI, Rio de Janeiro — 10 de setembro .....	44
Panorama — 26 de setembro .....	47
Folha de Londrina — 26 de setembro .....	50
Conferência na Câmara Municipal, São Paulo — 16 de outubro	54
 <b>1976</b>	
Conferência no Masp, São Paulo — 8 de março .....	57
Tribuna do Ceará — 17 de março .....	59
O Norte — 19 de março .....	64
O norte — 21 de março .....	66
Jornal da Bahia — 23 de março .....	70
Jornal de Debates — 29 de março a 4 de abril .....	72
 <b>1977</b>	
Conferência Auditório das Mercês, Salvador — 15 de janeiro	74
Tribuna da Bahia — 15 de janeiro .....	84
Estado de São Paulo — 16 de janeiro .....	86
Jornal da Bahia — 15 de janeiro .....	88
Grande Salvador — 16 a 17 de janeiro .....	91
Conferência na Câmara Municipal, São Paulo — 3 de junho .	95
Diário de Notícias — 1 de julho .....	99
Jornal da Bahia — 1 de julho .....	101
Tribuna da Bahia — 1 de julho .....	103
Jornal do Brasil — 3 de julho .....	106
Diário de Natal — 19 de julho .....	107
A Tarde — 8 de setembro .....	108
Intervenção Assembléia Legislativa, São Paulo — 24 de outubro .....	116
Diário da Tarde — 24 de outubro .....	118
Conferência Câmara dos Deputados, Florianópolis — 25 de novembro .....	121
Folha de São Paulo — 9 de dezembro .....	128
Diário Popular — 9 de dezembro .....	130
Documento I Encontro pela Anistia — 11 de dezembro ....	134

## 1978

Revista Mais — janeiro .....	136
Caderno da Constituinte, Jornal Movimento — janeiro .....	145
Carta Câmara Municipal de Goiânia — 23 de janeiro .....	147
Tribuna da Bahia — 28 de janeiro .....	149
Diário do Grande ABC — 9 de março .....	151
Cinco de Março — 13 a 19 de março .....	154
Tese defendida na VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil — 7 a 12 de maio .....	167
Diário do Povo — 19 de maio .....	175
Discurso aos Formandos de Jornalismo da Fundação Armando Alvares Penteado — 2 de junho .....	181
Tribuna da Bahia — 7 de julho .....	184
Tribuna do Norte — 13 de julho .....	187
Tribuna do Norte — 18 de julho .....	189
Tribuna do Norte — 19 de julho .....	190
Em Tempo — 17 a 23 de julho .....	193
Diário de Pernambuco — 20 de julho .....	194
A Tribuna — 1 de agosto .....	195
Correio do Estado — 1 de agosto .....	197
Diário da Serra — 1 de agosto .....	198
A Tribuna — 2 de agosto .....	200
Jornal da Praça — 4 de agosto .....	202
Jornal da Praça — 6 de agosto .....	204
Tribuna do Ceará — 9 de agosto .....	205
Correio do Ceará — 9 de agosto .....	207
O Povo — 9 de agosto .....	209
O Momento — 13 a 19 de agosto .....	211
Revista Manchete — 19 de agosto .....	216
Jornal da Bahia — 10 de setembro .....	219
Jornal do Brasil — 10 de setembro .....	223
Tribuna da Bahia — 11 de setembro .....	225
Carta Dia da Criança — 13 de outubro .....	228
A Capital — 20 de novembro .....	230
Diário de Lisboa — 20 de novembro .....	233
Diário de São Paulo — 22 de dezembro .....	238
Los Angeles Times — dezembro .....	240

## 1979

Jornal do Brasil — 13 de Janeiro .....	243
Folha de Londrina — 28 de janeiro .....	244
Palestra durante a instalação do CBA, Curitiba — 9 de março .....	248
Palestra Câmara Municipal, Campinas — 28 de maio .....	250
Jornal da Bahia — 11 de maio .....	254

## APRESENTAÇÃO

*Este livro não tem pretensões filosóficas ou ser uma obra de arte e sim o registro puro e simples de 4 anos de um árduo trabalho de fé no povo brasileiro.*

*Conscientes de que a Anistia era uma necessidade imperiosa e somente através deste Instituto do Direito seria conseguida a União Nacional, porém a consecução teria que ser no campo político, nós mulheres brasileiras imbuídas do senso de dever resolvemos sair a campo.*

*A Organização das Nações Unidas havia organizado o Ano Internacional da Mulher cujos princípios básicos eram Igualdade, Desenvolvimento e Paz. Escolhemos o campo da Paz para trabalhar, visto a Anistia visar a pacificação, a concórdia e a reconciliação da Nação consigo mesma.*

*Levantamos a bandeira da Anistia como uma bandeira de Direitos Humanos. Nunca nos preocupamos em falar como homens e sim, como mulheres que somos — fontes de vida, responsáveis pela sociedade de hoje e pelas transformações do amanhã — assumimos nosso papel de agentes da história.*

*Escolhemos para a abertura deste livro uma entrevista do jornal Pasquim, cujos profissionais competentes e sensíveis deram ao Movimento Feminino pela Anistia a oportunidade de ser ouvida nossa voz em todo o Brasil e até no exterior.*

*A seguir, cronologicamente, registraremos o trabalho desenvolvido através de palestras, entrevistas à imprensa, falas e até mesmo uma tese apresentada no VII Congresso dos Advogados do Brasil, em Curitiba, realizado de 7 a 12*

de maio de 1978, sobre o tema "O Estado de Direito — Direitos Humanos — A necessidade da Anistia", aprovada por aclamação. Cada mulher do Movimento Feminino pela Anistia atuou em sua área específica, trabalhando para atingir o objetivo principal — eis a razão da tese.

Este livro é um registro, podemos dizer histórico. Esperamos porém que não mais seja necessário que um empreendimento desta natureza tenha que vir a ser levado a efeito pela mulher brasileira, podendo ela dar de si, de seus talentos, de seu amor pelo seu povo de outra forma.

Sendo um registro cronológico sobre a necessidade de se criar núcleos em todo território nacional, às vezes pode parecer repetitivo, porém, em cada lugar eram novas pessoas, outras cabeças, outras sensibilidades que tinham que ser tocadas.

Enfim, mostramos ter a mulher coragem, sensibilidade e imaginação criativa para empreender uma luta política, partindo de uma sociedade civil.

Descobrimos caminhos, fizemos a brecha e o resto foi fruto de trabalho e abnegação.

Nós, mulheres sabíamos que teria que ser um trabalho paciente, vagaroso e organizativo e como sabemos que nossos companheiros homens são mais ajoitos e impacientes, assumimos nosso papel com dignidade. Nunca nos preocupamos em falar como homens — desenvolvemos técnica, postura e linguagem próprias.

Apresentamos então o fruto de nosso trabalho.

THEREZINHA ZERBINE

Maio de 1979

## “VIVEMOS NO PAÍS DO MEDO”

— *Como nasceu o Movimento Feminino pela Anistia?*

Therezinha Zerbine — Em 1975 a ONU organizou o Ano Internacional da Mulher, comemorado com uma Tribuna Livre no México. Fui a única mulher representando o Brasil nessa Tribuna. O Movimento Feminino pela Anistia já estava organizado por mulheres que, angustiadas há muito tempo pela situação nacional, acalentavam o sonho da pacificação do nosso país. Nossa sede inicial foi na rua Caio Prado, 103. Éramos apenas oito ou dez mulheres, mas sabíamos a dimensão do nosso sonho, pois hoje ele vicejou e tornou-se uma realidade.

— *Qual foi, afinal, a gênese mesmo do Movimento?*

Therezinha — Sou mulher de um general cassado. Na época da cassação do meu marido, meus filhos tinham 9 e 10 anos e para eles foi um sofrimento imenso. Muitas vezes fui cobrir minha filha de noite e a encontrava chorando. A imprensa sensacionalista aproveitou o fato de o meu marido ser paulista — porque São Paulo é o centro econômico do país — e ser uma pessoa de projeção para criar alarde. Os paulistas sabem quem é o General Zerbine. Não se amassam 40 anos de vida como se fossem um papel sujo para ser atirado ao lixo. Uma vida dedicada ao amor e à dignidade não pode ser jogada fora. As pessoas que formaram a Comissão Provisória do Movimento éramos eu, minha filha, uma colega sua, a filha de um general também cassado, uma escritora que também é mulher de um oficial, uma socióloga, uma estudante de comunicação, uma pedagoga,

uma artista plástica... Éramos dez mulheres muito machucadas e feridas.

— *Qual foi a primeira atitude que tomaram?*

Therezinha — Elaboramos um Manifesto da Mulher Brasileira, a espinha dorsal do Movimento. Depois começamos a contatar mulheres por todo o país através de cartas. Seria uma luta difícil, mas tínhamos muita fé e muita garra. O Movimento pela Anistia não tem ideologias ou jargões políticos. Lutamos por princípios. Amor, Liberdade e Justiça são iguais aqui, no Himalaia, no Indústão, na Conchinchina, em qualquer lugar do mundo. É fácil trabalhar com algo existente nos corações de todos os homens. No fundo, o injusto não quer ser injusto, o mentiroso não quer ser mentiroso... Por falar em mentira, estamos todos cansados dela. Todos!

— *Será que estão mesmo? Todos?*

Therezinha — Sim, porque a mentira é como uma teia de aranha. A gente mente aqui, depois para consertar diz outra, depois tem que dizer mais outra... É isso que vem acontecendo. Hoje a teia de aranha está imensa, cobrindo a nação inteira e já não dá mais para emendar os fios. Todo mundo já descobriu, até mesmo as crianças. Os universitários que hoje estão nas ruas gritando por liberdade e justiça eram crianças em 64. Cansaram.

— *Mesmo depois de passados os dez anos de cassação do seu marido a senhora continua na briga. Quer dizer que não é uma causa pessoal?*

Therezinha — O período de cassação já acabou. Mas ele não pode ser eleito. E nem eu, que sou mulher de um cassado, posso ser eleita. Mas, a causa não é só minha. Absolutamente!

— *Quer dizer que a cassação é "ad eternum"?*

Therezinha — Vive-se dizendo que a Revolução é eterna, irreversível, que perdurará por todos os tempos. Não existe nada irreversível.



— *Como é que o fato de seu marido cassado manifestou-se no dia-a-dia?*

Therezinha — Meu marido foi preso logo depois do movimento armado. As crianças ficaram muito amarguradas porque eram as únicas que conheciam com o pai preso. Ainda bem que eram crianças bem criadas, cujos pais se amavam muito. A única coisa que falei com elas foi: “Meus filhos, não adianta querer explicar para vocês o que aconteceu com o papai. Vocês são muito crianças e não vão entender. Só peço que tenham confiança em mim. Seu pai é um homem reto, de bem, e vocês não têm do que se envergonhar.” Dou a minha experiência porque é a que conheço. Lembro do meu filho sentado no tapete dizendo algo que me doeu muito: “Mamãe, o papai não é comunista... O que é corrupto?” Ele tinha ido por exclusão, porque diziam que o movimento de 64 tinha sido feito para punir os comunistas e os corruptos, então expliquei para eles: “Seu pai não é corrupto e sim um homem muito digno. Um dia vocês darão muito valor a ele. É um oficial que jurou a bandeira, e o dever precípua do militar é defender o governo constituído. Seu pai é um homem de honra, um democrata sincero, e o que ele fez foi defender a Constituição.”

— *Na época da cassação ele era o quê?*

Therezinha — General de Brigada, comandando Caçapava.

— *Ele tinha alguma atividade política além desse posto militar?*

Therezinha — A vida é um ato político e todos nós somos seres políticos. Era um homem que defendia os valores democráticos. Em 32 combateu ao lado de São Paulo quando os paulistas se bateram por uma Constituinte. São Paulo ergueu-se como um só homem, e o coração dessa campanha foi a mulher paulista.

— *A senhora está seguindo a tradição dessa mulher.*

Therezinha — Tradição, aliás, que vem desde os Embobas.

— *O compromisso com essa tradição foi-lhe inculcado na escola?*

Therezinha — Não, acredito que seja atávico. São os mesmos valores que tem a mulher gaúcha, a mulher baiana...

— *(Apontando para o Boletim do Movimento) Como Maria Quitéria...*

Therezinha — Era uma mulher iletrada e analfabeta, mas maravilhosa. Não é preciso ser sábio para reconhecer o que é correto. Acima de tudo era uma brasileira e empunhou armas para lutar por aquilo que acreditava. Essa tradição vem das raízes da terra.

— *Seu marido foi cassado na primeira leva?*

Therezinha — Sim, no dia 9 de abril.

— *Então foi cassado por ex-colegas de caserna.*

Therezinha — Muitas dessas pessoas eram amigas de meu marido. Muitos foram até seus alunos, pois durante seis anos foi professor da Escola do Estado-Maior. Era muito amigo também do Castello Branco. Quando meu marido foi nomeado general ele nos enviou um cartão: "Meu caro Zerbine. Escrevo para felicitar-lhe por seu generalato. A sua grande cultura e suas qualidades humanísticas fazem-no muito distanciado da nossa mediocridade esparramada. General Humberto C. Branco."

— *O n.º 2 do "Maria Quitéria" é dedicado à Constituinte.*

Therezinha — Nossa primeira bandeira foi a da Anistia, mas o "pacote de abril", que traumatizou toda a nação, fez que refletíssemos. Esvaídas todas as esperanças, resolvemos pegar também a bandeira da Constituinte. A nosso ver, a bandeira da Constituinte é a maneira de nos unirmos para sair dessa entalada. Nesse número do "Maria Quitéria", inclusive, há uma citação de Castello Branco: "As forças armadas, não sendo milícia, não são armas para empreendimentos antidemocráticos. Destinam-se a garantir poderes constitu-

cionais e a sua coexistência (...) É preciso aí preservar, sempre dentro dos limites da lei. Estar prontos para a defesa da legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três poderes constituintes, pela aplicação das leis, inclusive as que asseguram o processo eleitoral (...) e contra o desvirtuamento do papel histórico das forças armadas.”

— *Eu gostaria de transcrever também as opiniões do Brigadeiro Eduardo Gomes e do General Poppe de Figueiredo. Eduardo Gomes disse que “O direito à representatividade é o mais elementar de um povo civilizado.”*

Therezinha (lendo uma citação do General Figueiredo) — “O Brasil precisa retornar, urgentemente, à normalidade institucional. O regime de exceção cria problemas que avultam ao passar dos anos. A marcha natural da democracia, a educação política do povo, a formação de líderes sofrem o retardo resultante desse estado de coisas.”

— *Temos aí a opinião de um brigadeiro e dois generais.*

— *Como é que vocês arranjam dinheiro para editar esse jornal?*

Therezinha — Vem dos nossos parques vencimentos e economias. Em vez de comprarmos dois vestidos compramos um, compramos só um par de sapatos de dois e fazemos economias para o Movimento.

— *Quantas mulheres existem nesse Movimento?*

Therezinha — Somos milhares por todo o Brasil. O Movimento Feminino pela Anistia está estruturado nacionalmente, tendo núcleos no Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Minas Gerais. Nosso núcleo em Minas foi instalado no dia 15 de junho, o Dia Nacional da Luta. Fomos convidadas para esse dia e, como ele não houve, aproveitamos para fundar nosso núcleo mineiro.

— *O número de pessoas filiadas seria proporcional ao número de cassados e pessoas diretamente atingidas pela Revolução?*

Therezinha — Mesmo entre essas pessoas muitas consciências ainda não afloraram. Vivemos no país do medo. Muitas pessoas, mesmo que no fundo estejam conosco, têm medo de se juntar ao Movimento. Quando fundamos o Movimento dissemos que a bandeira da Anistia não era propriedade nossa mas resolvemos levantá-la porque onze anos já haviam se passado e não havia nada organizado. Só se ouviam vozes esparsas. Falava o Ulysses Guimarães, falava D. Paulo Evaristo Arns, falava Florim Coutinho... Mas não havia uma entidade que assumisse e coordenasse. Em 1977, nessa altura dos acontecimentos, todas as cidadãs brasileiras com honra e dignidade apoiam potencialmente o Movimento

— *Desde que tenham consciência do que está se passando.*

Therezinha — A Anistia é uma bandeira de direitos humanos e mesmo que algumas mulheres não apóiem conscientemente, apóiam intuitivamente. Se não fosse assim, não teríamos conseguido reunir tantas mulheres em torno dessa idéia. Isso não é mérito nosso. A Anistia tem tanta força que caminha sozinha.

— *A senhora é corajosa mas fala muito de medo.*

Therezinha — Quem não tem medo é louco; mas em cada um de nós existe um pouco de loucura sagrada, uma força positiva que vence a negativa.

— *É isso que você deve ter sentido quando entregou a carta a Rosalynn Carter. Conte a história completa dessa carta.*

Therezinha — No Congresso Internacional da Mulher, 1975, trabalhamos com várias organizações americanas pela paz. Fui para o México sentindo-me órfã de pai e mãe, pois estava lá sozinha. No dia 19 de junho tivemos a recepção das delegações. No dia 20 o tema era "Mujer e Artesania". Imaginem vocês juntar cinco mil mulheres de todo o mundo para falar de artesanato. Seria cômico, né?

As conferências, na verdade, foram dos dias 23 a 27. Eu precisava dizer a que tinha ido. Na manhã do dia 23,

houve uma conferência sobre “Processos de Formação e de Socialização”, e depois a intervenção de várias participantes. Em seguida a essas colocações, o plenário era aberto para debates. Nesse plenário havia três mil mulheres e eu lá, morrendo de medo. Confesso que sentia um medo pânico, porque havia elaborado um documento para ser lido no plenário. Tive que elaborá-lo em espanhol senão nem as latino-americanas conseguiriam entendê-lo. Trabalhei o domingo inteiro nesse documento, cujo âmagô era: “Nós, mulheres de todo o mundo, podemos e devemos, aqui dessa tribuna internacional, tirar uma moção a ser enviada para todos os governos do mundo, pedindo anistia a todos os presos políticos, homens e mulheres.” Fiquei apavorada porque não sabia se deveria colocar a Anistia dentro do tema de “Processos de Formação e de Socialização”.

Mas aí uma lésbica da Austrália colocou o lesbianismo como libertação da mulher. Ah! tive um desaforo tão grande. Estava desconcertada mas depois dessa senti que a Anistia estaria muito melhor dentro do tema.

— *É bom entrar uma mulher às sapatadas que abre caminho para o estabelecimento de prioridades.*

Therezinha — Depois falou uma velhinha que presumo ser viúva de um homem de esquerda do México. Apoiada numa bengala, disse que também deve ser realçado o papel da mulher do político, pois está sempre acompanhando e ajudando, e quando esse marido morre precisa viver de favor dos filhos. Como ser humano, tive uma profunda pena dela mas o que ela falou não estava dentro do tema. Vi que ninguém estava prestando atenção em nada. O ambiente estava frio, todo mundo displicente. Mas quando li nosso documento, todo o plenário — três mil mulheres — caiu em palmas. Foi incrível! A minha perna tremia como vara verde, sabe.

— *E treme mesmo, isso não é expressão literária.*

Therezinha — Tive que segurar o músculo da perna fortemente para que parasse. Com aquela explosão de aplausos pude ver quais as forças que se juntavam a nós, e que

eram muito superiores ao que avaliava. A mulher dos Estados Unidos, naquele momento, estava lutando pela Anistia aos resistentes de guerra. O continente americano fechou num só.

— *A senhora virou a “Águia do México”?*

Therezinha (sussurrando) — Meu marido diria o “Dragão do México”.

— *A senhora sempre teve esse tipo de atitude ou sentiu-se motivada quando o sapato apertou no seu pé?*

Therezinha — Sempre fui solidária com a Humanidade. Quando comecei a trabalhar era secretária de um chefe de clínicas num Hospital de Tuberculose. Fui doente dos pulmões, e quando comecei a trabalhar escolhi esse campo da tuberculose pois achava que tinha uma dívida a saldar. Esse hospital era do Estado e muito pobre mas havia uma Caixa Beneficente. Um dia meu chefe pediu que eu batesse os estatutos dessa Caixa Beneficente. Quando comecei a bater vi que com aquele estatuto poderíamos fazer um mundo de coisas pelos doentes e pelas crianças. As crianças desse hospital não tinham absolutamente nada, a não ser um prato de comida que chegava frio porque a cozinha ficava muito longe.

— *Quer dizer que a senhora sempre se interessou pelo ser humano?*

Therezinha — Sim, mas nunca no campo político. Até 64 eu vivia embalada num doce sonho de democracia, achando que vivíamos o melhor dos mundos. Acordei para uma realidade dura e cruel. Fui abrindo os olhos e sendo obrigada a participar. O saldo desses 13 anos que vivemos será altamente positivo pois muita gente que nunca tinha pensado na vida passou a pensar.

— *O Movimento Feminino pela Anistia fez alguma tentativa do contato com a Anistia Internacional?*

Therezinha — Não. Não sentimos necessidade disso. Somos suficientemente maduras para saber que a Anistia é um Instituto de Direito e que já faz parte do histórico da nossa terra. Do Império até a República, a Anistia foi aplicada 50 vezes. Os que mais anistiaram nessa nação foram Caxias, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

— *Juscelino inclusive anistiou diversas pessoas que atentaram contra ele, dentro do seu próprio governo.*

Therezinha — Antes de qualquer outra medida decretou a Anistia. Era um homem inteligente e sabia que para poder continuar a construir Brasília, para continuar levando seu programa para frente, não poderia estar governando um país dividido. Não havia revoltas, mas divergências. Quem fez Jacareacanga e Aragarças eram divergentes. Como homem superior, passou por cima, deu Anistia, e continuou a sua vida. Mas nosso Movimento é tão tupiniquim que nossa padroeira é Maria Quitéria, heroína da nação brasileira e alferes do Exército Brasileiro, uma mulher brasileira que lutou pela liberdade.

— *Quando os estudantes entregaram a carta deles para Rosalynn, o Coronel Camargo ficou chocado e disse: "Roupa suja se lava em casa." Mas como lavar em casa, sem ter água e sabão?*

— *Por que entregar uma carta a Rosalynn Carter?*

Therezinha — Pelo fato de o continente americano ter fechado como um só naquele Congresso do México. Pelo texto da carta pode-se ver que não pedimos nada, apenas saudamos e louvamos a administração Carter por ter outorgado a Anistia aos resistentes de guerra. Acontece que essa Anistia não foi dada de graça. Foi uma conquista da mulher americana que, cônica de seus deveres de cidadã, se irmanou e empreendeu essa luta, hoje vitoriosa. Nossa carta é altamente meritória, não envergonha ninguém, não pedimos nada. Não importa a nós conjecturar se a bandeira dos direitos humanos nos Estados Unidos está sendo levantada para valer. Nós, homens de boa vontade, acreditamos que o

seja. Se não for, a parte saudável da sociedade americana exigirá que se torne verdadeira.

— *“The founding fathers!”*

Therezinha — Uma parte do povo americano notou o lamaçal em que estava enfiado. Saíram da noite do macarthismo para a aurora dos direitos humanos. Isso não é pra ser louvado por nós, seres inteligentes?

— *Conta, agora, a “Operação Entrega”.*

Therezinha — Não teve tanto de operação e sim de sorte. Em Brasília, fiquei na casa do Deputado João Cunha porque sua mulher é minha amiga. Levantei, tomei café, o deputado foi para seu trabalho e eu fui para o Congresso. Eu sou obstinada, sabe. Fui com a obstinação de entregar a carta. Também acredito muito em Deus.

— *A senhora é católica?*

Therezinha — Sou cristã. Chegando lá, encontrei uma senhora para quem eu disse: “Olha, vou fazer isso,” e mostrei a carta. Vejam como é a solidariedade da mulher. Ela achou ótimo. Então eu disse: “Não conheço a casa. Você pode me mostrar onde para o carro, por onde sobem as pessoas...?” Ela me mostrou: “As pessoas sobem por aquela rampa. Pra atingir a rampa a senhora tem que subir por aquela escada ou por aqueles elevadores.”

— *Por que a senhora não foi ao Palácio?*

Therezinha — Fui fazer isso num lugar absolutamente adequado: o Congresso Nacional.

— *Onde qualquer cidadão tem o direito de estar presente.*

Therezinha — Claro, lá é a casa dos delegados do povo. Eu não fui badernar. Fiz um ato político no campo político do país. Eu estava embaixo quando entrou a equipe da Rádio



Globo. Como eu conhecia o chefe dessa equipe, falei com ele: "Vou entrar com vocês." "Vamos, Dona Therezinha." Nisso veio subindo um guarda da casa que disse: "A senhora não pode entrar." "Eu sou da Rádio Globo." "Não adianta falar, a senhora tem que provar. Onde está seu crachá?" Como eu não tinha crachá nem era da Rádio Globo, não criei problemas. A gente não pode ser burro, né?!

— *Eu li nos jornais do dia que a senhora teria chamado atenção por estar com um volume.*

Therezinha — Eu estava com exemplares do "Maria Quitéria".

— *As pernas tremiam novamente?*

Therezinha — Não, estava absolutamente calma porque sabia o que estava fazendo. Senti-me imbuída de um dever. Quando você sabe que está fazendo o que é certo não tem medo. Tenho também a tranqüilidade dos gordos. Como vi que não dava pra subir por ali, fiquei observando. Manda a inteligência que a gente pelo menos observe.

— *Mulher de militar. Pensa em termos de objetivos e obstáculos.*

Therezinha — Tinha que estabelecer uma logística, né?! Vi que as americanas entravam sem crachá, e como tenho cara de gringa... Mas aí, deu-me aquela consciência de não prejudicar o ascensorista, falei antes: "Meu filho, sou da Rádio Globo, meu pessoal já subiu, desgarrê-me deles e não tenho crachá. Tem alguma escada por aqui?" E tinha. Dei sorte, tinha. Quando vi, estava lá na passarela. Fiquei um pouco com o nosso pessoal, mas vi que não dava pé, porque podia chamar a atenção.

— *Quem era o nosso pessoal?*

Therezinha — Os jornalistas brasileiros. Como eu não era de jornal nenhum, não ficaria bem a minha presença porque poderia sobrar para eles também. Perto dos americanos fiquei como um peixe no aquário. Gorda, corada e com essa cara, eu era um deles.

— *Só faltava pôr um chapéu de flores.*

Therezinha — Estou contando tudo fidedigno. Quando o carro da Rosalynn chegou à rampa e parou, ela desceu, deu uns quatro ou cinco passos e uma senhora lhe entregou umas flores do cerrado. Ela recebeu as flores e sorriu. Deu mais uns passos e aí o pessoal da imprensa americana, com muito “aisance” — porque não vivem com medo — desceu a rampa. Era a mulher do presidente deles. Como eu estava no meio, desci também. Quando cheguei à distância de um cumprimento de mão, senti que interferia entre o meu corpo e o dela um guarda de segurança. Parece até que se chamava Hélio, a imprensa deu o seu nome.

— *Era uma distância como a de mim para vocês?*

Therezinha — Uma distância assim, olha... Então eu fiz isso... Estendi a carta em direção à Rosalynn. Ela ficou apavorada, acho que sentiu medo por mim. Daí o Hélio disse: “Não pode”. “Não pode por que?”

— *Ele não usou de força?*

Therezinha — Não, sou muito justa. Ele apenas segurou na carta e disse que não podia. Eu também fiquei firme e não soltei. O *Jornal do Brasil* disse que havia três guardas de segurança atrás de mim. Não sei, não podia ver o que havia às minhas costas. Eu não quis rasgar a carta porque era a única que eu tinha. Soltei a carta e catei a mão dela, dizendo: “Yo soy una mujer brasileña. Te saludo.” Tirei o meu corpo e a comitiva continuou.

— *Quanto tempo isso durou?*

Therezinha — Foi tudo tão rápido que se tivéssemos ensaiado não sairia. Aí apareceu o Gamaliel Galvão, deputado federal, gritando de dedo em riste para esse Hélio: “Você é segurança da casa e não do sistema!” A Rosalynn ouviu isso. Apareceu também o Deputado Getúlio Dias que foi lá e tirou a carta do Hélio (como bom gaúcho, porque os gaúchos são daqueles de tirar a capa pra gente passar por cima). Obrigou o Hélio a entregar a carta pra ele e chegou triunfante pra mim: “Dona Terezinha, aqui está a carta.”

— *Li ainda nos jornais que a senhora teria dito: "Yo soy una mujer brasileña" segurada pelos guardas de segurança.*

Therezinha — Isso não houve. Tenho horror à mentira, e a bem da verdade devo dizer que quem deu um ligeiro tranquinho, embora bem ligeiro, fui eu, no Hélio, na hora de soltar a carta e pegar a mão da Rosalynn...

— *Rosalynn deve ter pensado: "Essa louca consegue a Anistia mesmo!"*

Therezinha — A coisa mais linda foi que o medo por mim era tão grande que quando tirei o corpo — a comitiva passou — e dei por mim, estava protegida por todos os jornalistas e por vários deputados. A Rosalynn continuou com sua segurança mas eu permaneci na minha. Isso foi comovedor. Na hora da solidariedade, de proteger um pátrio...

A imprensa nacional e internacional queria saber da carta mas eu tinha que valorizá-la. "Olha, eu tenho uma só, como é que eu posso fazer?" Mas eles ficavam: "Nós queremos a carta!" "Eu teria muito prazer mas é a única que tenho." Daí apareceu uma pessoa moça, que depois soube ser o Deputado Paulo Marques: "Dona Terezinha, eu vou fazer cópias." E eu entreguei a carta. Poderia ser até uma pessoa da segurança que sumiria com a carta. Não, ele voltou com uma pilha de cartas. Quando Gamaliel Galvão foi cumprimentar a primeira dama americana, ele disse: "*Mrs. Rosalynn, this is a letter. The women of Brazil wish to deliver this to you.*" E explicou que carta era aquela. Foi uma coisa maravilhosa. É verdade que eu já havia entregue a carta na véspera ao assessor de imprensa dos Estados Unidos.

— *Essa é a via legal e nada impede que uma carta como essa seja entregue ao assessor de imprensa de um outro país.*

Therezinha — Eu tinha medo de que essa pessoa não entregasse a ela. Talvez a perdesse ou não fosse entregue. Nada como entregar pessoalmente, porque aí a gente sabe que foi entregue.

— *Mesmo depois de entregar a carta a senhora não ficou nervosa?*

Therezinha — Não. Eu não iria me comportar como um moleque que atira pedras na vidraça e sai correndo. Continuei atrás da comitiva, depois sentei no saguão, conversando com um cidadão americano que deveria ser da equipe dela e que me disse: “A senhora é uma mulher inteligente.” “O senhor acha?” “Eu estou com uma cópia da carta em mãos. É uma carta muito inteligente.” “Que bom que o senhor tenha achado.” (Sussurra...) Devia ser da CIA. “Engraçado, vocês colocaram com muita habiidade o que querem que as mulheres americanas tomem conhecimento: que estão empenhadas numa luta por paz e por justiça.” Aí sorri para ele, porque uma conclusão lógica e inteligente seria que se alguém está empenhado numa luta por paz e por justiça é porque não as tem.

— *A senhora sofreu pressões por causa dessa carta?*

Therezinha — Não. Nenhuma. Entreguei essa carta às 11:40 e às 13:15 estava almoçando uma fritada de siri no restaurante do Senado.

— *O que o General Zerbine acha da sua atuação?*

Therezinha — Meu marido é o homem mais inteligente que conheci. Sabe o seu valor e não tem complexo nenhum, logo não existe a necessidade de tolher ou massacrar os outros. Ele sabe que meu temperamento é voltado para os ideais de justiça e de liberdade. Foi por isso que fiz Direito. O advogado que não acreditar em Justiça e Liberdade é melhor que vá plantar couve.

— *Poxa, teremos a maior plantação de couve do mundo!*

Therezinha — É uma crença arraigada dentro de mim e ele a respeita. Aceita-me como sou e eu o aceito como ele é.

— *A senhora já tem netos?*

Therezinha (sorri) — Infelizmente não.

— *O que é que os meninos acham da mãe?*

Therezinha — Devem achar a mãe muito agitada. O ser humano no fundo é muito egoísta. Eles querem ter a mãe pra si, pra reclamar, pra costurar meia, pra cuidar de comida, e eu não sou desse tipo de mãe. Mas minha filha, que é também formada em Direito, foi uma das fundadoras do nosso Movimento. Meu filho tem 22 anos e está no quarto ano da universidade.

— *Quer dizer que a família fecha junto?*

Therezinha — Estamos entrosados nessa luta.

— *Na minha opinião, administrar uma casa é muito difícil do que acionar um Movimento desses. Como é que a senhora concilia as duas formas de trabalhar?*

Therezinha — Também acho que seja mais difícil. A dona de casa brasileira é uma heroína. Faz das tripas coração e o seu dinheiro que não vale nada acaba rendendo muito. Os maridos não entendem que uma casa hoje é um poço sem fundo. Na minha casa existe uma comunhão de vontades e de idéias, inclusive entre as pessoas que me ajudam no serviço da casa.

— *São suas domésticas?*

Therezinha — São minhas auxiliares. Quando a gente tem um filho que ajuda e outras pessoas ajudando, tudo é mais fácil. Se eu fizesse tudo sozinha seria uma super-mulher.

— *A sua casa então é um mutirão.*

Therezinha — É um mutirão cívico. Todo mundo tem consciência da necessidade de fazer o que faço. Cada um se doa um pouco e as coisas andam.

— *O que a senhora acha do movimento feminista no Brasil?*

Therezinha — Vou ser muito franca. As feministas não devem pensar que descobriram a pólvora. Na expulsão dos holandeses do Brasil houve participação autêntica da mulher de Felipe Camarão e de outras mulheres do povo. Na Bahia, as mulheres ajudaram na resistência do Forte Paraguassu contra as investidas do português Madeira. Além das mulheres já citadas nesta entrevista, temos Anita Garibaldi, temos as mulheres dos bandeirantes que os obrigaram a voltar... Quem me deu um depoimento bonito sobre isso foi uma senhora cujo marido está desaparecido: “Olha, Dona Terezinha, não somos filhotes de Betty Friedman. Quando a revolução de 30 um movimento realmente progressista — prometeu o voto à mulher, as mulheres lutaram com a maior bravura porque queriam participar. As lutas feministas, como são colocadas no Brasil, são inadequadas no tempo e no espaço.”

— *Mas ser feminista é fazer isso que você está fazendo aí. Agir “mesmo”, de acordo com suas idéias próprias.*

— *Não, não é só isso... E é muito bom que não seja só isso; democracia é feita em cima de uma pluralidade de idéias.*

Therezinha — As feministas brasileiras procuram seguir as feministas inglesas ou americanas, o que não faz sentido num Terceiro Mundo, ou principalmente no continente latino-americano, onde nossos problemas são pão, teto, educação, saúde...

— *Embora eu faça restrições a essa importação de idéias, na verdade a Anistia também é uma idéia importada. Como disse Sobral Pinto: “Não existe democracia à brasileira, o que existe é peru à brasileira.”*

Therezinha — A Anistia é uma idéia grega. O povo grego, naquela maravilha de cultura e sabedoria, sabia que passadas as tensões o remédio é pegar uma esponja e apagar tudo. O problema é que quando se fala em feminista a palavra está um pouco desgastada.

— *Feminismo não é queimar “soutien” nem fazer greve de sexo.*

Therezinha — O feminismo é colocado no Rio, São Paulo, Porto Alegre e talvez em Belo Horizonte. Quem for falar de luta feminista no Nordeste sairá a pedradas.

— *Mas se alguém falar em Anistia também vai ficar sem entender nada.*

Therezinha — Não é verdade. Eu estive no Nordeste e não é assim. Quando se explica que a Anistia se bate por liberdade e justiça, que são valores primordiais do ser humano, a mulher entende.

— *Da mesma forma que você se referiu ao feminismo, pode-se dizer que as necessidades principais dos nordestinos sejam teto e comida.*

Therezinha — Mas para conseguir isso terão que ter Liberdade, Igualdade e Paz, os três princípios básicos do Ano Internacional da Mulher. Nosso trabalho também é um trabalho de paz, mas não queremos a paz do cemitério e sim a paz que é fruto da justiça. Queremos que todos tenham oportunidade de comer o arroz e feijão que os brasileiros não estão comendo. Queremos que o homem seja respeitado na sua dignidade de ser humano. Queremos ser livres no pensar e no falar. Quando colocamos tudo isso eles entendem perfeitamente o que é Movimento Feminino pela Anistia. Tive experiência disso “in loco”. O que não dá é misturar coisas diferentes.

— *Há algumas linhas feministas também pedindo liberdade e democracia. Não existe tanta contradição como a senhora coloca.*

Therezinha — O jornal *Brasil Mulher*, por exemplo, nasceu dentro da campanha da Anistia. O número zero foi tirado do nosso Movimento e a pauta do número 1 ainda foi feita em casa. Na hora de registrar o jornal, o núcleo de Londrina houve por bem não querer tirá-lo como sendo do MFFPA e sim de uma Sociedade Brasil Mulher criada para isso. Ainda fiquei dentro dessa Sociedade e marchamos juntas por algum tempo. Éramos cinco ou seis pessoas dando uma direção ao jornal, mas depois a Sociedade se

abriu e entraram 50 mulheres que não tinham nada com a MFPA. Queriam fazer um jornal feminista, galvanizado pelo Ano Internacional da Mulher mas sem nenhum vínculo com o nosso Movimento. Começaram a claudicar e a refutar. O número zero do *Brasil Mulher* dizia: "Este não é um jornal da mulher. É um jornal destinado a homens e mulheres em busca da igualdade perdida. Nós nos propomos a nos juntar à imprensa democrática do nosso país..." Foi nisso que eu entrei. E no final do ano passado deram uma entrevista para o PASQUIM onde se colocavam como feministas.

— *Foi uma entrevista que fizemos com a redação de Brasil Mulher e de Nós Mulheres.*

Therezinha — Eu havia entrado numa sociedade para lutar pelos Direitos Humanos e como essa sociedade havia divergido em sua essência, eu não tinha mais o que fazer lá dentro.

— *O que é que a senhora vai fazer agora na Bahia?*

Therezinha — No dia 30 vou dar uma coletiva de imprensa. No dia 1 de julho vai ser feita uma mesa-redonda onde vamos falar do significado do 2 de julho para a política nacional.

— *O que é o 2 de julho?*

Therezinha — É a verdadeira data da Independência do Brasil, realizada na Bahia. O 7 de setembro, quando D. Pedro gritou "Independência ou Morte" foi um gesto romântico e o grito de um português. Na realidade foi só isso. Não há aí nenhum preconceito contra portugueses, pois sou neta deles. Essa Independência só era reconhecida no Rio, em São Paulo e em Minas. A Independência política no Brasil realmente foi no dia 2 de julho. Foi na Bahia que conseguimos nossa liberdade, porque liberdade é conquista. Não foram só os militares que brigaram, o povo também se mobilizou. As mulheres baianas, comandadas por Maria Quitéria, rechaçaram o General Madeira. O exército era muito pouco e se ele tivesse ganho a Batalha de Pirajá o desfecho seria outro, mas foi derrotado pela mobilização popular. Na realidade, foi o povo baiano quem conseguiu nossa Independência.



— *Quais são os constrangimentos que a senhora tem sofrido na sua briga pela Anistia?*

Therezinha — A bem da verdade, nunca sofri nenhum constrangimento. Meus atos são públicos.

— *Não tem recebido cartas, telefonemas anônimos, correspondência violada, telefones censurados...?*

Therezinha — Os telefones da minha casa sempre foram censurados, mas sou uma mulher pública e não tenho nada pra esconder. Pelo contrário, para minha segurança quero que saibam o que eu faço. Em agosto de 1975, fui a Brasília levar aquelas 12 mil assinaturas colhidas do período de fins de março a fins de julho de 1975, e fui assistir a um debate com Jarbas Passarinho na Ordem dos Advogados. Na sua fala ele citou a concórdia. Esperei as outras pessoas darem seus apertes para ver como era seu raciocínio. Depois levantei a mão e disse: “Senador Jarbas Passarinho, na qualidade de delegado do povo, nessa casa dos advogados, Vossa Excelência falou em concórdia. Nós, do Direito, temos o instituto da Anistia que visa a paz, a concórdia e a união. Sou presidente do Movimento Feminino pela Anistia.” A ele logo falou: “Anistia Internacional?” “Não, Senador, eu represento a mulher brasileira.”

— *Eles têm um grilo danado com a Anistia Internacional.*

Therezinha — Depois de uma série de tergiversações acabou dizendo: “Se dependesse de mim eu daria Anistia aqui, agora e neste lugar.”

— *Conte o telegrama que você recebeu do Golbery.*

Therezinha — Essa Anistia me faz fazer coisas incríveis! Uma das coisas incríveis feitas por nós foi escrever uma carta para Sua Excelência, o Presidente da República. Essa carta foi publicada no “*Maria Quitéria*” n.º 1. O MFPA pedia ali uma entrevista onde colocaríamos os anseios da mulher brasileira que trabalha pela Anistia. Vejam só como são as coisas. Escrevemos essa carta no dia 31 de julho. Um dia depois Sua Excia. foi para a televisão dar um banho de água

fria. Foi nesse discurso que ele praticamente encerrou a distensão. O dia 22 de agosto foi uma tristeza.

— *Sua carta foi respondida?*

Therezinha — Vejam, no dia 8 de agosto “O Estado de S. Paulo” publicou uma resposta do General Hugo de Abreu — Chefe da Casa Militar da Presidência da República — ao Deputado Divino Dornelles, o qual pedia Anistia. A resposta era que o governo não daria Anistia, não estava interessado e nem cogitava do assunto. No mesmo dia 8, pela manhã, recebi um telegrama do General Golbery, Chefe da Casa Civil da Presidência da República: “Acusamos o recebimento de sua carta de 31 de julho. Levamos ao seu conhecimento que Sua Excia. O Presidente não recebe para entrega de memoriais...” Era entrega de memoriais e outras coisas correlatas. “Sugiro entretanto que a documentação seja enviada à Chefia da Casa Civil para a devida apreciação. Assinado: General Golbery do Couto e Silva.” Vêem? No mesmo dia houve dois comportamentos diferentes mesmo entre dois generais. É incrível, a gente passa a não entender as coisas.

— *Entre asilados, exilados, cassados e presos, quantas pessoas seriam beneficiadas pela Anistia?*

Therezinha — Temos umas cinco mil pessoas exiladas, banidas ou sem condições de voltar para o Brasil. Devemos ter uns 300 presos políticos. O que é mais trágico para nós mulheres é o que acontece com os filhos dos nossos exilados. O governo brasileiro está negando cidadania a essas crianças. Isso não existe no Direito. Negam cidadania aos filhos de brasileiros! Como o governo não lhes dá o registro, nem a certidão, nem o passaporte, essas crianças já nascem não recebendo o que deveriam ter por direito.

— *Temos que considerar também como beneficiados pela Anistia o grande número de mães, pais, filhos, parentes e mulheres.*

Therezinha — Mas não se trata de números. Ainda que fosse uma só pessoa a sofrer cerceamento dos direitos humanos, vale a pena lutar por justiça.

---

*Publicado no PASQUIM, n.º 418, de 8 a 14 de Julho de 1977.*

1975

## **MANIFESTO DA MULHER BRASILEIRA EM FAVOR DA ANISTIA**

Nós, mulheres Brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional.

Através da História, provamos o espírito solidário da Mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça.

Eis porque, nós nos antepomos aos destinos da nação, que só cumprirá a sua finalidade de Paz, se for concedida a ANISTIA AMPLA E GERAL a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção.

Conclamamos todas as Mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a idéia da necessidade da ANISTIA, tendo em vista um dos objetivos nacionais: A UNIÃO DA NAÇÃO!

---

*Documento elaborado pelo grupo de mulheres que criou o Movimento Feminino pela Anistia. Março/75.*

## FALA NO MÉXICO

O Ano Internacional da Mulher enfatiza: igualdade, desenvolvimento e paz.

A terceira meta do Ano Internacional da Mulher é fortalecer o papel das mulheres no trabalho pela paz mundial.

Amparada por idéias de justiça e paz e pelos direitos da pessoa humana, nós, mulheres de todo o mundo, podemos e devemos propor que nesta Conferência Mundial seja apresentada uma moção, para que seja dada Anistia política a todos os presos políticos do mundo — homens e mulheres.

A Anistia é um Instituto do Direito de Processo Penal e para nós significa muito mais: é uma bandeira que está acima de todos os partidos e interesses das nações.

A Anistia virá fortalecer a união e desarmar os espíritos nas nações aonde existir sua aplicação.

A Anistia conduz à Liberdade. Liberdade, Desenvolvimento e Paz são indivisíveis e nenhum deve ter prioridade sobre o outro.

Estabelecerá a paz e a concórdia em cada nação, será um princípio que levará à meta final, ou seja, a paz mundial.

Sem justiça não há paz, sem paz não existe o desenvolvimento global.

O desarmamento compreende: liberdade política, cultural e econômica.

A Anistia é imperativa para mudar as atitudes e condutas resultantes de um condicionamento cultural, econômico e político.

Nós mulheres de todo o mundo devemos propor que seja apresentada uma moção aos governos de todos os países do mundo que tenham presos políticos, que seja dada Anistia, conduzindo à meta de pacificação da família nacional.

Partindo daí, em consequência é mais fácil chegar a um entendimento para a Paz Mundial.

---

*Congresso Internacional das Mulheres, patrocinado pela ONU — Organização das Nações Unidas, em comemoração ao Ano Internacional das Mulheres. Intervenção realizada no dia 23 de junho de 1975, às 10,30 hs., Salão Um, Cidade do México, a nível de tribuna.*

**CONFERÊNCIA REALIZADA NA CÂMARA DOS  
VEREADORES DE PORTO ALEGRE, R. G. DO SUL,  
NO DIA 11 DE JULHO DE 1975.**

**TEMÁTICA “A PROBLEMÁTICA DA MULHER  
BRASILEIRA”**

**LANÇAMENTO NO NÚCLEO DO RIO GRANDE DO  
SUL DO MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA**

O Ano Internacional da Mulher foi comemorado pela ONU — Organização das Nações Unidas com o Congresso Internacional das Mulheres, realizado no México de 19 de junho a 27 de junho.

As conferências realizadas na Cidade do México foram a nível governamental e a nível de tribuna. Para as de nível governamental evidentemente os governos mandaram representações de suas organizações políticas. A nível de tribuna foram uma beleza, porque foram amplas, um território livre de 5 mil mulheres do mundo que debateram seus temas, suas angústias e toda sua problemática. Do meu ponto de vista de observadora aberta para o diálogo e sem preconceito, pude observar o seguinte: na Europa e nos Estados Unidos, consideradas as nações mais desenvolvidas, pude notar nitidamente problemas e colocações de uma sociedade velha, decadente, com problemas como lesbianismo, prostituição, aborto, etc., que não deixam de ser problemas, mas não tão fundamentais.

A mulher africana — que representava as mulheres do continente africano — era individualmente de muita cultura, fazia colocações certas, sabia e dizia que a miséria se devia a anos de colonialismo e em última análise, ao imperialismo

que por lá sempre andou de ave de rapina. Entretanto, era uma mulher a quem faltava muita emoção, percebia-se que era uma mulher de classe alta que estudou na França, na Inglaterra e portanto porta-voz de problemas, sem tê-los vivenciado.

A mulher do mundo oriental com sua estrutura mental e seu condicionamento atávico, para mim não se revelou, e seria injusto um julgamento precipitado.

A mulher latino-americana, essa sim, pode dar seu testemunho real e vivencial.

A latino-americana tem uma consciência real e exata de sua problemática. Ela é revoltada, angustiada e toda emoção. Ela grita ao mundo seus problemas, mas convenhamos, o grito é a fala dos que não ouvidos. Até dentro de seus países elas são marginalizadas do processo de libertação dos seus povos. O condicionamento é econômico, político e cultural.

Nós, na tribuna, éramos 5 mil mulheres: 3 mil americanas, 1.200 européias, orientais e africanas e 500 latino-americanas, contando com as mulheres mexicanas nossas hospedeiras.

A mulher latino-americana logo na segunda feira, dia 23, tomava consciência de coisas importantes: a conferência se baseava em termos genéricos. A ONU tinha preparado filmes mostrando "peace's corps" trabalhando no Líbano, muito plástico, com paisagens, etc. Era a mulher na Indonésia, na África. Sentimos a manipulação e sabíamos que somando as norte-americanas às européias, as latino-americanas eram a minoria. Como toda minoria, resolvemos nos unir, pois poderíamos render mais, como continente que somos, com uma problemática igual e real.

Na segunda feira dia 23, começaram os trabalhos sérios. Começou o "painel" com uma mesa composta por uma moderadora, de Bangladesh; Sr. Farrew, um homem que escreveu um livro maravilhoso e lá estava numa posição muito lúcida de caminhar junto; uma mulher da Filândia e uma brasileira, Dra. Carmem Barroso. Posso dizer que o tema "Processos de Formação e de Socialização", não foi dos mais adequados para nossa intervenção.

O “painel” era das 9 às 10 horas e depois abria para o debate. Todos participaram. Foi colocado o problema do lesbianismo, que também não era adequado e, digo com sinceridade, fiquei muito a vontade: se era falado um assunto tão fora da temática, eu podia entrar com a Anistia tranqüilamente sem medo de inadequação.

Falou ainda uma senhora, viúva de um político, que colocou um problema humano que me tocou como mulher, dizendo que sempre acompanhou o marido, um homem honrado e que não era apoiada pelo estado, estando na dependência dos filhos. Peticionava uma pensão do Estado.

E nós estávamos com uma platéia de 2 mil mulheres ávidas de trocas de conhecimentos, de ouvir uma coisa séria. Tive a felicidade de ler o manifesto pela Anistia. Quando comecei a ler em espanhol, porque era uma língua oficial, juntamente com inglês, francês e chinês — não adiantaria nada falar em português porque não haveria tradução — falei um espanhol “mal hablado”, com coragem e raça, colocando o nosso problema de Anistia. Quando li o 3.º parágrafo dizendo que nós mulheres de todo o mundo, daquela tribuna internacional devíamos e podíamos pedir uma moção para que todos os países do mundo dessem Anistia ampla e incondicional a todos os presos políticos do mundo — homens e mulheres — recebi os aplausos de 2 mil mulheres.

As palmas que agora recebo, recebi de uma platéia de 2 mil mulheres. Aquilo me comoveu e me deu força, porque senti que as palmas não eram para mim e sim para a idéia-força. A força que soma.

Nessa Babel de 2 mil mulheres eu senti a força da idéia, pois tive que esperar 2 minutos para que as palmas cessassem. Eu que tinha medo de inadequação, segui tranqüila, dominei a emoção, certa de que estava fazendo o adequado, na hora certa, porque Anistia antes de mais nada é da alma do ser humano, principalmente da alma da mulher.

Ali estávamos como mulheres cultas e para nós que nos acostumamos com tanta violência, — porque o continente latino-americano é um continente violento e nos acostumamos com esse desrespeito à pessoa humana — era um fato corriqueiro. Mas, para a mulher européia, americana, que



está em outro escalão de respeito à dignidade, isso diz muito. Então a platéia estourou de palmas...

No dia 24 reunimo-nos na sala 3 e lá estavam as 500 mulheres do continente latino-americano e foi muito boa essa conferência.

Na terça-feira, dia 24, participei de uma reunião com 500 mulheres latino-americanas e trabalhamos dentro da maior seriedade, tomando consciência da nossa realidade. Vimos a mulher panamenha mostrar como ela era ferida em sua cidadania, sentindo os norte-americanos dentro de seu país pisoteando os direitos do seu povo, colocando o panamenho como um cidadão de terceira classe. A força daquela mulher comovia até pedra. As porto-riquenhas colocando a problemática do seu povo, sem cultura, trabalhando como lenha da fomalha da grande nação — a mais poderosa do mundo, os Estados Unidos; trabalhando como operários, sem direitos, muitos deles ilegais, todos sujos, piolhentos, pragas, servindo para os trabalhos mais duros e aviltantes.

Sentimos a mulher chilena no exílio, colocando sua problemática, sua luta pela democracia. (Estou falando agora do que vi, depois a gente troca porque senão vira monólogo e nós estamos cansados de 11 anos de monólogo. Pelo menos hoje e aqui nós vamos trocar e dialogar).

A mulher latino-americana tirou um documento maravilhoso onde enfoca a problemática da Latino América, que é a nossa e é uma só: miséria e subdesenvolvimento em todas as suas gamas:

“As mulheres latino-americanas que participaram da tribuna do Ano Internacional da Mulher, representando organizações e instituições não-governamentais, conscientes da nossa realidade, declaramos que:

I — questionamos as atuais estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais por dependentes, manipuladoras e alienantes;

II — na luta pela nossa libertação encaramos a libertação da mulher como dupla tarefa: a mulher frente a uma problemática feminina e universal, e como cidadãs frente a

uma realidade latino-americana de exploração econômica e dominação cultural;

III — propomos e nos comprometemos a lutar pela mudança dessas estruturas obsoletas, para alcançar a libertação da mulher, sua igualdade com o homem e contribuir positivamente pelo desenvolvimento e integração dos nossos povos latino-americanos;

IV — propomos que, através dos diferentes agrupamentos nacionais, desenvolvam as mulheres uma consciência latino-americanista;

V — exigimos que sejam modificadas as leis civis, trabalhistas e penais lesivas à dignidade da pessoa humana e discriminatórias em razão de sexo, bem como se adotem e cumpram leis para proteger sua função maternal;

VI — protestamos energicamente contra a exploração comercial da mulher como símbolo e objeto sexual, contra sua utilização como sujeito e objeto da sociedade de consumo, contra sua coisificação e prostituição;

VII — exigimos uma crescente e efetiva participação feminina em todos os postos de eleição popular e em todos os níveis da administração pública e em todos os órgãos e centros de decisão do poder político, em igualdade de condições e oportunidades;

VIII — nos comprometemos a fortalecer a família como núcleo moral da sociedade e determinante psicológico do indivíduo, mas lutaremos contra seu caráter de célula econômica baseada na arbitrária divisão de trabalho;

IX — para que não seja desperdiçada a energia da mulher somente nos trabalhos de casa e possa participar no desenvolvimento integral de seu país, propomos que sejam socializadas em sua maior parte as tarefas domésticas, criando uma infra-estrutura de serviços tais como creches, cozinhas e lavanderias econômicas, assim como cooperativas de produção e consumo de artigos de 1.ª necessidade;

X — exigimos sejam revisados os sistemas educativos atuais para que tendam a fortalecer uma consciência liberta que propicie as necessárias mudanças estruturais da sociedade;

XI — que cada pessoa receba uma adequada educação sexual que lhe permita assumir suas responsabilidades perante a sociedade;

XII — reconhecemos o direito inalienável de cada mulher determinar sua própria fecundidade;

XIII — protestamos energicamente contra a esterilização involuntária e contra métodos conceptivos impostos;

XIV — pedimos aos governos dos países envolvidos darem soluções humanas aos trabalhadores e imigrantes legais e ilegais, temporais ou residentes. (Aqui se trata do caso dos porto-riquenhos, que são carvão na produção econômica dos Estados Unidos);

XV — pedimos Anistia para todos os presos políticos do mundo e repudiamos toda perseguição por causas ideológicas;

XVI — pedimos que se estenda a Previdência Social aos camponeses e se torne efetivo o seu direito de sindicalizar-se.

**CONCLUSÃO** — Propomos realizar nossa luta conjuntamente com o homem como expressão de verdadeira integração e igualdade humanas.

Cidade do México, 24 de junho de 1975.

Esse documento diz tudo da integração da mulher brasileira porque na Latino América os problemas da mulher são um só. Houve também nesse dia uma reunião de todos os grupos feministas do mundo, que se denominam Women's of World (Mulheres do Mundo) e foi tirado um documento de 3 pontos:

1. A não proliferação de armas atômicas.
2. Uma anistia ampla — a grande anistia incondicional aos resistentes de guerra (hoje um grande problemas nos Estados Unidos, porque existem milhões de jovens no exílio, que se recusaram a lutar no Vietnã). Anistia a todos os presos políticos, contra o exílio, contra a banição, contra tudo que atentasse contra os Direitos Humanos.
3. Fixou-se o ano de 1977 como o ano do desarme.

Evidentemente que quando nós latino-americanas fizemos este documento e as Mulheres do Mundo o de três pontos, nossa idéia era que fossem inseridos no Plano Mundial de Ação da ONU e aí todos os países filiados à ONU teriam que respeitá-los mas, a tribuna não tinha nenhum poder deliberativo. A tribuna não tinha acesso às conferências de nível governamental e as representantes oficiais tinham acesso à tribuna. Helve Sipilla, dirigente máxima e pessoa de grande projeção na ONU no encerramento, dia 27, disse que não seriam admitidas emendas no Plano de Ação Mundial.

Nós tínhamos ciência disso, evidentemente tudo havia sido manipulado, com um fim a ser atingido. Mas nosso papel é de cidadã que tem consciência e que faz o que é certo. Então fizemos o que achamos certo. tomamos as posições corretas e é impossível que todas as nossas posições independentes e livres não cheguem aos países, naturalmente que chegaram e nosso papel nós fizemos.

No dia 27, houve uma conferência de paz e desarme e para estudarmos estratégias. Havia uma moderadora, uma mulher de um movimento cristão, honesta e pura de colocações muito boas e Sean Mac Bride, prêmio Nobel da Paz, um cientista do maior gabarito. Em sua palestra, focalizou a corrida armamentista de armas nucleares. Denunciou tanto a Rússia como os Estados Unidos, possuidores de um arsenal com bombas atômicas capazes de destruir o planeta terra dez vezes. Denunciou que os governos estão se preparando para a guerra nuclear e não estão dispostos a abrir mão de seus arsenais, ressaltando que estamos vivendo um dos momentos mais perigosos da humanidade. Disse que apesar de todos os países terem assinado o tratado de não-proliferação de armas atômicas, continuam fabricando-as.

Noel Brown, doutor em Economia, professor de Direito Internacional, diretor assistencial dos Assuntos Políticos da ONU enfatizou que o mundo está desesperado, que a apreensão é geral e todos perguntam para onde caminhamos. Denunciou que o Vietnã foi campo de provas tanto da Rússia como dos Estados Unidos.

Amélia Roitova denunciou francamente a revolta dos povos do Pacífico, onde grande nações como a Rússia, a China

e a própria França estão estourando bombas nucleares, poluindo tudo, destruindo a fauna, a flora, com os submarinos atômicos infestando tudo. Ela fez um patético apelo aos mineiros da Austrália — onde estão as minas mais ricas em urânio, que aparece a céu aberto — que não explorem as minas para não possibilitarem tanta destruição.

Na sessão de paz e desarme estive presente e enfatizei um trecho de minha fala que dizia: “a Anistia virá fortalecer a união e desarmar os espíritos das nações onde existir sua aplicação...”

Evidentemente que quando se desarmam os espíritos não há necessidade de armas.

Há a necessidade de um desarme e em consequência teremos o diálogo, o entendimento e a compreensão.

## UMA CONFERÊNCIA SOBRE SOCIEDADE E A MARGINALIZAÇÃO DAS MULHERES

“A mulher latino-americana tem consciência exata de sua problemática e ela é revoltada, angustiada e toda emoção. Ela grita ao mundo seus problemas. Mas o grito é a fala dos que não são ouvidos... Até dentro de seus países elas são marginalizadas do processo de libertação de seus povos. O condicionamento é econômico, político e cultural”.

As palavras são de Therezinha Zerbine, presidente do Movimento Feminino pela Anistia, em conferência ontem na Câmara dos Vereadores sobre sua participação no Congresso Internacional das Mulheres recentemente realizado no México.

A conferencista explicou que os trabalhos foram desenvolvidos a nível de tribuna, onde cinco mil mulheres (3 mil americanas; 1.200 européias, orientais e africanas e 500 latino-americanas) expuseram seus problemas, suas revoltas e suas angústias.

Segundo Therezinha Zerbine, os problemas das mulheres dos países desenvolvidos são bem diferentes dos problemas do terceiro mundo. Referindo-se à Europa e aos Estados Unidos disse: “Pude notar nitidamente os problemas de uma sociedade velha, decadente, com problemas como lesbianismo, a prostituição e o aborto, que evidentemente não deixam de ser problemas mas não tão fundamentais”. Sobre as mulheres africanas a conferencista disse que “elas sabiam e diziam que a miséria de seu povo se devia a anos de colonialismo e, em última análise ao impe-

rialismo que por lá sempre andou de ave de rapina”. Apesar destas denúncias “muito bem colocadas” Therezinha Zerbine disse que estas mulheres não refletiam a realidade de seus países. “Percebia-se que eram mulheres de classe alta que estudaram na França, Inglaterra e que são porta-vozes dos problemas sem tê-los vivenciado”.

## Mulheres do Mundo

Além da reunião com as mulheres latino-americanas, Therezinha Zerbine trabalhou com grupos feministas reunidos sob o nome Mulheres do Mundo. Deste grupo de trabalho foi tirado um documento com três pontos básicos: 1) não proliferação de armas nucleares; 2) uma grande e incondicional Anistia a todos os resistentes de guerra (os que se recusaram a servir no Vietnã) e todos os presos políticos do mundo e, os que sofrem exílio por oposição ao seu governo; 3) desarmamento geral de armas nucleares até o ano de 1977.

Especificamente sobre a América Latina, as mulheres que participaram da tribuna representando “organizações e instituições não-governamentais apresentaram um documento contestando as atuais estruturas econômicas, sociais e políticas e culturais por dependentes, manipuladoras e alienantes”.

O documento continua: “A luta por nossa libertação se nos apresenta como uma dupla tarefa: como mulher frente a uma problemática feminina e universal, e como cidadã frente a uma realidade latino-americana de exploração econômica e dominação cultural”. As mulheres exigem também que sejam modificadas as leis civis, trabalhistas e penais “lesivas à dignidade da pessoa humana e discriminatórias em razão do sexo assim como as que atentam contra a livre realização das mulheres. E que se adotem e se cumpram leis para proteger a função maternal”.

O item seis diz: “protestamos energeticamente contra a exploração comercial da mulher como símbolo e objeto sexual; contra sua utilização como sujeito e como objeto

da sociedade de consumo e contra sua prostituição e coisificação”.

O documento apresenta 16 itens exigindo mudanças e propondo soluções para a libertação feminina e política da mulher latino-americana.

---

*Publicado no JORNAL DO COMÉRCIO  
Porto Alegre, R. G. do Sul em 12 de julho de 1975.*



**ENTREVISTA À REVISTA "ECOS"  
DIREITOS HUMANOS  
ANO 1 - N.º 3 - SETEMBRO 1975**

"A Conferência do Ano Internacional da Mulher foi organizada pela ONU em dois planos: ao nível governamental e ao nível não-governamental. Estavam então presentes as delegações oficiais e as não oficiais. E foi com as segundas que se realizou realmente a conferência internacional das mulheres.

Os assuntos que começaram a ser discutidos eram os mais diversos: uma mulher da Austrália colocou o problema do lesbianismo, como libertação e igualdade. Acho que sua posição deve ser respeitada, mas este problema na América Latina não é principal. Pode ser para um grupo minoritário, mas num mundo subdesenvolvido como o nosso, em que morre uma criança por segundo, o problema é de pão. É de pão, é de teto, é de saúde. Depois falou uma outra senhora sobre o problema da mulher de político e suas dificuldades. Então, quando eu falei de Anistia, pude entrar tranqüila, mais ou menos com essas palavras.

"Nós, mulheres de todo o mundo, podemos e devemos aqui, nessa Assembléia Internacional apresentarmos uma moção, pedindo Anistia a todos os presos políticos do mundo — homens e mulheres".

Quando terminei esse trecho, uma platéia ávida de ouvir qualquer coisa séria, alguma coisa que tivesse peso, que tivesse valor, caiu de palmas. Aí então eu pude aferir quais eram as forças que se somavam a nós. E elas eram inúmeras e muito fortes. E nós tiramos um documento que contém

três pontos básicos: um deles é o de não proliferação de armas atômicas, o segundo é uma Anistia ampla e incondicional aos resistentes de guerra (caso do Vietnã, já que existem milhares de jovens norte-americanos fora do país por terem se recusado a lutar na guerra) e o terceiro, Anistia incondicional a todo os presos políticos do mundo. O grupo de mulheres latino-americanas era minoritário (ao todo umas quinhentas) e quando um grupo é minoritário, ele tem sempre que se unir para se defender e então nós fizemos uma reunião com mais ou menos 500 mulheres e elas colocaram os problemas de seus países. O problema da mulher do Panamá é um problema seríssimo, extremamente político, mas tudo que é fundamental e básico, é político; e essa mulher dizia que o Canal estava com os americanos, dentro do país deles. E o cidadão do Panamá é considerado um cidadão de terceira classe, nem mesmo de segunda. E que era fundamental a libertação, a entrega do canal, que eles saíssem de lá, do solo deles, porque praticamente o canal está dividindo o país ao meio e eles são os donos, eles são os senhores, eles tem o dólar e o povo do Panamá é marginal dentro do seu próprio país, o que é muito triste. A mulher chilena comovia a gente, sabe? Naquele brado de angústia pela libertação do povo do Chile, sabendo, mostrando, que todas as medidas de libertação do seu povo tinham sido esmagadas pela ditadura que reina no seu país. Falou sobre as minas de cobre do Chile ( porque o cobre é a base da economia, praticamente)... E o Allende, como um bom patriota, procurou ter a base da economia na mão do estado para poder reverter a riqueza do país para o povo. A primeira medida que a ditadura tomou foi devolver as minas de cobre... Disse que hoje havia no Chile um desconsolo; que hoje o Chile era um país de mendigos, de bêbados e onde havia uma perseguição política atroz e essa mulher bradava, clamava aos céus, e tocava muito o coração da gente ver toda aquela angústia. Apesar da nossa angústia, ser grande, imensa, a delas é incomensurável.

Então se via a mulher chilena, a uruguaia, e paraguaia, a colombiana. Enfim, uma colcha de retalhos. E depois de terem colocado seus problemas foram feitas as recomendações e se tirou um documento de 16 pontos (que basicamente questiona a exploração das mulheres e dos povos da América Latina, exige mudanças estruturais que

permitam o fim desta situação, condena as perseguições por motivos ideológicos, e pede Anistia para todos os presos políticos, além de outras reivindicações) (NR).

No dia da conferência sobre desarmamento, o Movimento Feminino pela Anistia fez ouvir sua voz, porque na fala há um trecho que diz que a Anistia virá desarmar os espíritos, a Anistia virá fortalecer a união. É evidente que, quando os espíritos estão desarmados, a gente não precisa de armas, não é? A primeira coisa que a gente precisa, quando se quer estar em diálogo com outro ser humano, é a gente se desarmar espiritualmente, porque daí é muito mais fácil. E o que precisa haver aqui no Brasil, é um desarmamento dos espíritos prá gente poder se unir... é a pacificação da família nacional. Eu acredito que até o governo deveria louvar esta atitude das mulheres, e principalmente da mulher brasileira, que nesta hora colocou com a maior dignidade sua posição de mulher, lutando por uma coisa tão justa”.

**PALESTRA REALIZADA NA SEDE DA ABI —  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA EM  
18 DE SETEMBRO DE 1975, NA CIDADE DO  
RIO DE JANEIRO.  
TEMA DA CONFERÊNCIA: “A MULHER E A PAZ”.**

Eu tive a felicidade de ser precedida por Rose Marie Muraro e Thristão de Athaíde e a minha fala vai ser quase uma síntese do que eles falaram.

Eu vou fazer para vocês um relato de minha ida ao México e minha posição no Ano Internacional da Mulher. Eu não fui ao México para chegar aqui e dizer: “Ah, eu sou uma mulher que esteve no Ano Internacional da Mulher”. Eu fui ao México para lançar a campanha da Anistia em termos internacionais.

O Ano Internacional da Mulher começou dia 19 de junho. Os dois primeiros dias foram um compasso de espera para a chegada das delegações. Levaram como tema da conferência “A Mulher e a Artesania”. É incrível que 5 mil mulheres do mundo fossem reunidas para falar de artesanaria. Seria cômico.

Eu estava com muita garra, a garra de quem vai vencer, para colocar o problema e queria saber quais as forças que se somavam a nós. Mas, eu estava subestimando as forças, pois estava com medo, falando para uma platéia de 2 mil mulheres. Quando comecei a falar minha perna tremia, pois nunca tinha enfrentado uma situação daquelas, mas quando enfoquei o 3.º parágrafo de nossa fala: “amparadas em idéias de justiça e paz, nós, mulheres de todo o mundo, podemos e devemos propor aqui nessa conferência mundial que seja

apresentada uma moção — anistia para todos os presos políticos do mundo — homens e mulheres”. (Palmas da plateia).

O que vocês fizeram agora foi feito lá no México. Duas mil mulheres caíram de palmas e eu fiquei esperando 2 minutos para que as palmas parassem. Foi muito bom pois tive tempo para me recompor e para me assumir emocionalmente. Vi que as forças que se somavam a nós eram muito mais forte do que eu imaginava.

Éramos 5 mil mulheres — 3 mil americanas. 1.200 europeias, asiáticas e africanas e umas 500 latino-americanas. Nós, latino-americanas sentíamos inferioridade até em relação a linguagem. Mas, como todo grupo pequeno nos unimos e no dia 24, na sala 3, foi tirado um documento importantíssimo — que é o documento da mulher latino-americana e no qual a mulher latino-americana coloca a sua tarefa de libertação duplamente: com uma tarefa de cidadã e de mulher. O 15.º ponto desse documento foi a anistia. Anistia para todos os presos políticos do mundo, aos banidos, aos perseguidos, aos que estão no exílio, e aos que fazem oposição aos seus governos.

Às 6 horas, quando terminou essa reunião com todos os grupos feministas do mundo, que se intitulam “Womens of World”, são grupos muito sérios, acabamos tirando um documento de três pontos: 1.º) pela não proliferação das armas atômicas; 2.º) Anistia incondicional a todos os resistentes de guerra, presos políticos, exilados e banidos. O continente americano fechou em um só. Hoje, a anistia é tão importante para os Estados Unidos quanto na Latino América. Os grupos americanos trabalham por essa anistia incondicional aos resistentes de guerra, pelos que se recusaram a lutar no Vietnã, pois era uma questão, de consciência: eles tinham o direito de não ir à guerra. 3.º) Desarme. Marcou-se 1977 como o ano do desarme.

Nos dias seguintes houve discussões sobre saúde, habitação, encaminhados de forma plástica, com uma certa manipulação. Por exemplo: Os problemas de uma sociedade rica como a dos Estados Unidos ou a da Europa são diferentes dos problemas do continente latino-americano onde o básico é a fome.

Na 6.<sup>a</sup> feira eu participei de uma conferência de paz que foi seríssima e importantíssima. Podemos destacar a parte da manhã, quando falou a delegação cubana e Cuba mandou o que tinha de melhor. A representação cubana disse claramente, a bom tom, que interessava a todos nós a paz. Mas não a paz dos cemitérios, a paz baseada na justiça, a paz que cada país tem que ter na sua auto-determinação.

O ponto alto da tarde nos reunimos do grande salão 5, para ouvir Sean Mac Bride, físico, prêmio Nobel da Paz. Ele fez um apelo patético a nós, mulheres como geradoras da vida, responsáveis pela conservação da espécie humana, e que tínhamos uma tarefa séria, pois, apesar da Rússia e dos Estados Unidos terem assinado um tratado de não-proliferação de armas atômicas, continuaram produzindo-as. Eles não padecem da situação que os cientistas passam. A mocidade não crê neles e tem razão, porque os cientistas se omitiram, traíram, pois poderiam ter denunciado.

Em seguida a ele, falou o Dr. Noel Brown, doutor em sociologia e professor de Direito Internacional e Assuntos Políticos da ONU. Ele mostrou que o mundo está desesperado: “duas potências, como os EUA e a Rússia, tem capacidade de destruir o planeta terra 10 vezes”. Ele disse: “Eu quero denunciar dessa tribuna internacional da mulher que o Vietnã foi campo de provas tanto da Rússia como dos Estados Unidos em armas nucleares”.

Amélia Roitua era uma mulher da Indonésia, das Ilhas do Pacífico, contando dos horrores, do sofrimento das mulheres do Pacífico, pois as grandes potências como França, China, Rússia estouraram suas bombas atômicas lá. Cada vez que a França detona uma bomba no Pacífico, há desmoronamentos no Peru, haja visto que o Peru cortou relações com a França, com quem teve sérios atritos. E não é só isso: os submarinos atômicos poluem todas as águas, matando a flora, a fauna. E o horror que essas mulheres sentem é pela própria preservação da espécie.

Esta foi a sessão que mais me tocou como ser humano, pois é uma hecatombe. O que aquelas pessoas da mais alta responsabilidade estavam mostrando: que nós estávamos à beira do desastre nuclear, e, como seres conscientes temos o dever de evitar, em defesa da vida.

## **THEREZINHA ZERBINE FALA SOBRE ANISTIA AOS VEREADORES DE LONDRINA**

A coordenadora nacional do Movimento Feminino pela Anistia, Therezinha Godoy Zerbine, compareceu ontem à Câmara de Londrina e fez a alguns vereadores das bancadas arenista e emedebista um rápido pronunciamento sobre o trabalho que seu grupo vem desenvolvendo no sentido de que seja concedida a "Anistia Ampla e Geral a todos os brasileiros que foram atingidos pelos atos de exceção". Aos membros do legislativo londrinenses, Therezinha Zerbine solicitou a aprovação de moção aos moldes de um documento já aprovado por unanimidade pelos vereadores de Campos do Jordão (SP), de pleno apoio ao movimento.

A princípio, estava prevista uma explanação no próprio plenário da Câmara, entretanto, por falta de quorum, a sessão foi suspensa e Therezinha Zerbine apenas conversou com os vereadores, na sala da presidência.

### **A Cura**

Antes mesmo de iniciada a sessão, toda a bancada emedebista já se encontrava reunida com um grupo de senhoras que acompanhavam a coordenadora do movimento. E foi este o motivo alegado pelos vereadores do MDB de ausência em plenário.

No salão de reuniões, estavam somente os arenistas Daniel Gonçalves, Zildo Bacarin, Milton Guimarães e Álvaro Agostinho, que compuseram a mesa de trabalhos, estabelecendo a suspensão por falta de quorum. Em seguida, Daniel Gonçalves e o líder da bancada da Arena, Jorge Scaff, jun-

taram-se aos vereadores do MDB e conversaram pouco mais de dez minutos com a líder do movimento pela Anistia.

Therezinha Zerbine, numa mesa formada na sala da presidência, explicou aos vereadores que a Anistia aos brasileiros atingidos pelos atos de exceção “é um dever de consciência de cada um”, salientando que o movimento que encabeça, se atingir seus objetivos, será a “saída honrosa e digna para a pacificação do país”, que segundo a líder atualmente está dividido.

Bastante emocionada, Therezinha Zerbine (mulher do General Euryale de Jesus Zerbine, cassado pela Revolução), tentando situar a necessidade de os vereadores aderirem ao movimento e a sua validade, indagou se os fatos passados há onze anos podem ainda interferir na vida política da nação, justificando assim que os presos políticos, se não libertados, assumiriam posições contra o atual sistema de governo.

Por outro lado, frisou que não caberia, no momento, deter-se nas causas que levaram a um movimento para a Anistia. E acrescentou que “todos sabem que têm saudade de um tempo que foi bom” e que “todos só terão paz quando tiverem paz em seus corações” (Santo Agostinho).

“Ninguém no Brasil, neste momento, pode dizer que está vivendo em paz. A Anistia é uma coisa que está no coração de cada um”.

Logo após o rápido contato com os vereadores arenistas (com a bancada do MDB seu diálogo já havia se estendido durante aproximadamente trinta minutos), Therezinha Zerbine pediu que os vereadores se compromissassem a apresentar uma moção, ouvindo então que “quando for apresentada na Câmara, ela será analisada com carinho pela gente”.

## **Direito de Liberdade**

Depois do contato com os vereadores, a coordenadora nacional do Movimento Feminino pela Anistia compareceu, juntamente com um grupo de senhoras, no Teatro Universitário, onde o advogado Antonio Acir Breda (Conselheiro da Ordem dos Advogados do Paraná) fazia palestra sobre o



projeto do novo Código de Processo Penal, numa explanação que cumpria programa da XIX Semana Jurídica.

Acir Breda foi interpelado por Therezinha Zerbine a falar sobre sua posição a respeito da Anistia, logo após uma longa explicação que o advogado havia feito sobre o direito de liberdade do projeto do novo Código de Processo Penal.

“Therezinha: Qual a sua opinião a respeito da Anistia?”

Breda: Gostaria que viesse a Anistia mas parece que ela não virá.

Therezinha: Mas a Anistia visa a pacificação da Família Brasileira. . .

Breda: Não é o momento político oportuno. Acho que é problema de convencimento dos agentes do sistema. Respeito a sua coragem em lutar pela causa.”

A coordenadora do Movimento Feminino pela Anistia aos brasileiros atingidos pelos atos de exceção deverá retornar amanhã, mas ainda manterá contatos com grupos de mulheres para expor as razões do trabalho que desenvolve, conclamando, segundo um manifesto que vem distribuindo, as mulheres a se unirem ao movimento.

## **“LÍDER FEMININA PEDIU APOIO AOS VEREADORES PARA A ANISTIA”**

Dona Therezinha Godoy Zerbine, presidente do Movimento Feminino pela Anistia e que representou o Brasil no Congresso Internacional da Mulher, promovido pela Organização das Nações Unidas, no México, chegou ontem a Londrina, para desenvolver uma série de contatos, entre os quais se inclui visita ao arcebispo D. Geraldo Fernandes e D. Romeu Alberti, bispo diocesano de Apucarana.

A líder feminina esteve ontem na Câmara Municipal, onde manteve demorado contato com os vereadores, ocasião em que expôs as bases do Movimento pela Anistia, salientando que um documento pleiteando aquele desiderato e contendo mais de 12 mil assinaturas colhidas em vários estados do Brasil foi encaminhado ao Presidente da República.

### **Sem Quorum**

O presidente da Casa, Cláudio de Almeida e Silva convidou as lideranças dos dois partidos, bem como outros vereadores, para que pudessem conversar com a líder feminina. Isso foi feito na sala da presidência e deste encontro participaram também o presidente da Arena, vereador Jorge Scaff e o vice-presidente do MDB, advogado Edilson Leal. Therezinha Zerbine disse que “a idéia de um movimento feminino pela Anistia aos presos e punidos por ações políticas surgiu dentro do espírito do Ano Internacional da Mulher” e pela constatação de que “uma nação dividida, cheia de ódios e ressentimentos não tem condições para as tarefas do desenvolvimento e pode soçobrar”.

## Chagas

Interpelada pelo vereador Daniel Gonçalves sobre as motivações do seu entusiasmo pela causa, a líder feminina explicou que como mãe (ela tem filhos com idades entre 19 e 20 anos) sentiu “o drama da juventude vivendo em uma nação dividida, com chefes de família recolhidos a cárcere por pensamento político” e entendeu que “só com a pacificação nacional, através da Anistia, a paz política pode voltar a reinar no país”.

— “Não nos cabe inquirir sobre as motivações das prisões. O que importa é a Anistia, pois todos sabemos que uma ferida sempre dói e por isso mesmo não devemos mexer nas chagas” — disse, acrescentando que o próprio Papa Paulo VI tem pregado para todo mundo “a reconciliação, que hoje é sinonimo de Anistia”.

## Apoio

Ao final do encontro com os vereadores, Therezinha Zerbine que se fazia acompanhar de senhoras londrinenses responsáveis pelo movimento na cidade, pediu que a Câmara aprovasse uma moção de apoio à Anistia, lembrando que a Câmara de Campos do Jordão aprovou idêntica moção pela unanimidade dos seus pares. O líder do MDB Edson Gradia e o presidente da Câmara, Cláudio de Almeida e Silva, disseram que na próxima reunião vão apresentar a matéria. Da Câmara a comitiva seguiu para o Teatro Universitário, onde a líder feminina participou dos trabalhos da Semana Jurídica que ali se desenvolve.

## Na Folha

“Se o homem é o instrumento da história, pela sua condição de fonte de vida, a mulher é a própria história”. A afirmação foi feita ontem na *Folha* pela presidente do movimento, Therezinha Godoy Zerbine, que veio atendendo convite do núcleo local do Movimento, tendo à noite participado de reuniões na Câmara dos Vereadores e da Semana Jurídica.

Therezinha Godoy Zerbine informou que o MFPA nasceu dentro do espírito do Ano Internacional da Mulher, que se comemora em todo mundo, e cujos princípios são igualdade, desenvolvimento e paz. E que a Anistia estaria incluída no último item. Advogada, especializada em Direito Administrativo, Therezinha foi quem lançou oficialmente a idéia da Anistia em termos de América, a nível de tribuna, no Congresso do Ano Internacional da Mulher, patrocinado pela ONU e realizado no México de 19 de junho a 27 de junho.

## **12 Mil Assinaturas**

Em termos de Brasil, o Movimento Feminino Pela Anistia conseguiu recolher 12 mil assinaturas em vários Estados da Nação, que juntamente com uma declaração, foram entregues ao Ministro da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, para apreciação. Cópias foram distribuídas às lideranças do Senado e da Câmara Federal, lidas na tribuna do Senado, na sessão de 14 de agosto, e transcritas no Diário do Congresso, no dia 15. A presidente do Movimento diz, ainda, que a idéia da Anistia recebeu apoio da CNBB — Conferência Nacional de Bispos do Brasil, e que se trata de uma iniciativa aberta e legal.

A respeito de sua participação no Congresso do México, garantiu que esse encontro, que reuniu mais de 5 mil mulheres e homens de todo mundo, foi uma oportunidade universal, em que os participantes demonstraram o mais vivo interesse pelo diálogo, pela troca de idéias e pelo debate.

A participação de Therezinha Zerbine na tribuna do Congresso incluiu a exortação para que as mulheres pedissem aos seus governos a Anistia aos presos políticos e resistentes de guerra. A presidente do Movimento Brasileiro pela Anistia argumentou que muitas organizações femininas americanas estão propondo moções de Anistia aos jovens que se recusarem a lutar no Vietnã.

Assinalou que 500 mulheres da América Latina redigiram um documento de 16 itens, no qual, além de abordar direitos da mulher e outros aspectos de sua libertação, pediam a Anistia incondicional a todos os presos. Pretendia-se que esse documento fosse incluído no Plano Mundial de Ação da ONU,

válido por um período de 10 anos, programando os caminhos de maior participação da mulher em todo o mundo. Ocorre que essa emenda não pode nem ser discutida em termos do Plano porque — conta Therezinha — muitas outras foram propostas e a Organização preferiu aprovar o documento original. Além disso, as participantes da tribuna não tinham poder deliberativo.

Explicando o porquê do Movimento Feminino pela Anistia, Therezinha Zerbine, argumentou que considerando-se as preocupações do Ano Internacional, voltado para a libertação da mulher, em primeiro lugar ela deve ter sua libertação como cidadã. Acrescentou que “numa época de transição em todo o mundo, a mulher deve assumir seus deveres perante a história e seus filhos”. E concluiu: “Esse é um compromisso com o futuro”.

**CONFERÊNCIA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO A 16 DE OUTUBRO DE 1975, DURANTE O SIMPÓSIO “DIAGNÓSTICO DA MULHER PAULISTA”, ORGANIZADO PELO CENTRO DA MULHER BRASILEIRA — SETOR SÃO PAULO.**

**A MULHER E O DIREITO**

Primeiramente, queria dizer a vocês que me sinto dignificada por ter sido escolhida para representar a Curia Metropolitana nesta sessão.

Nós, mulheres brasileiras, neste momento emergencial, precisamos nos colocar como companheiras do homem, pois somos nós mulheres que vamos formar a sociedade do amanhã, somos geradoras de vida, responsáveis pela sociedade do hoje e pelas transformações do amanhã.

A mulher tem que participar, e com pode ela participar? Tomando consciência plena de que ela é cidadã, é isso que a mulher tem que por na cabeça, acho básico se convencer de que é cidadã. Ela tem direitos e deveres e nada cai do céu de graça para ninguém, nem direitos, nem liberdade, nem Anistia... O nosso dever é lutar.

As mulheres brasileiras deram através da história exemplos de dignidade. Na Bahia tivemos Maria Quitéria; tivemos Soror Joana, na Guerra da Independência; Anita Garibaldi nos Farrapos; as paulistas na Guerra dos Emboabas; em 1932 e até mesmo em 1964 as mulheres foram às ruas. Não vamos fazer caricatura, porque o tempo revela tudo. Tudo que é válido permanece. O que vai permanecer é a dignidade da Mulher, assumindo seu papel de cidadã.

E nessa hora, vamos dizer “Chega!”. Nós vamos lutar pela pacificação da família nacional. Onze anos se passaram da família dividida e é hora de dar um “Basta”! Isso já foi longe demais e nós podemos dizer isso.

Quando recebi a incumbência da Curia de falar por ela, senti dupla responsabilidade. Tem um homem na História, um homem que eu respeito como humanista, como revolucionário, que mudou a história do mundo e sua revolução foi a revolução do amor. Eu não preciso dizer o nome desse homem. O Filho de Deus revolucionou a história do mundo. Esses 2 mil anos estão marcados pela ação dele. Esse homem dignificou a mulher pela primeira vez. Desde o período neolítico até os tempos modernos, a mulher só teve lugar como escrava. Depois de Cristo, durante a sociedade romana — uma sociedade jurídica, criou o direito administrativo — a mulher continuava sendo nada. Durante a sociedade feudal, que precisava de braços, a mulher foi valorizada com matriz apenas. Nas classes altas eram dadas em casamento ainda crianças, eram coisas, objetos. Depois veio a revolução francesa com o lema “Igualdade, Liberdade e Fraternidade”, mas era bem verdade que haviam uns bem mais iguais que os outros. A mulher só vai assumir a cidadania na França em 1845. Na Inglaterra em 1868. Na Rússia houve a revolução de outubro de 1917 — uma sociedade decadente levou idealistas, intelectuais e grande parcela do povo a levar o seu povo ao alcance de uma saída para a condição humana.

A vitória da Revolução Russa consolidou-se com a 1.ª Constituição de 1918 que conferiu à mulher igualdade total: econômica, política e cultural. Quando uma sociedade possui direitos iguais, cresce. De uma sociedade semi-feudal em 1917, a Rússia chega a 1957 lançando o Sputink, que foi o primeiro passo para a conquista espacial e logo em seguida lançam Valentina Terescowa à Lua.

A mulher tem que tomar consciência de que é cidadã, não é coisa, não é objeto. É companheira do homem e caminha lado a lado. Na sociedade de transição que estamos vivendo, nessa civilização que aí está, só quem for cego não enxerga, nós, as mulheres, estamos partejando um mundo

novo. Como todo parto é doloroso, daí vemos todas as convulsões mundiais.

Mas, somos 50% da população mundial. Temos que trabalhar com seriedade, porque somos geradores de vida, somos responsáveis pela sociedade do hoje — tudo que está errado somos responsáveis — e pelas transformações do amanhã.

A Constituição, pelo artigo 147 — Parágrafo 1.º nos confere o direito de votar e sermos votadas. Com isto, a Constituição nos insere no universo político da Nação.

Temos que dizer aos homens “Chega! CHEGA dessa sociedade masculina, onde só vocês ficaram com o timão na mão. Também queremos participar. Vamos segurar juntos o timão e vamos dar os rumos que nós, homens e mulheres brasileiros, achamos que a embarcação deve tomar”.

A minha posição é política e acho que nessa hora emergencial a palavra de ordem da mulher brasileira é Anistia — o resto fica sendo coisa menor, porque uma casa dividida soçobra. Não se pode nem falar em nacionalismo, porque se nessa hora todos os homens e todas as mulheres gritassem pelas mesmas coisas, tudo seria diferente.

Não veríamos, como hoje, pais de família, presos, ameaçados, tirados de suas casas encapuçados, sumindo, desaparecendo.

Vivemos em uma ispostura, uma mentira constante, total e plena e não podemos aceitar isso!



1976

**DIA INTERNACIONAL DA MULHER EM SÃO PAULO. REUNIÃO COMEMORATIVA DA DATA, REALIZADA NO MASP — MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO, EM 8 DE MARÇO DE 1976. COORDENADORA DA MESA DE TRABALHOS: THEREZINHA ZERBINE.**

**Grupo Anistia**

Nossos objetivos são os mesmos: Igualdade, Desenvolvimento, Paz. “Escolhemos Paz como nosso objetivo por ser uma necessidade emergencial do mundo de hoje,” diz Therezinha Zerbine, presidente do Movimento Feminino pela Anistia.

Continuando, Therezinha cita exemplos de mulheres, como Anita Garibaldi, Maria Quitéria, que participaram da vida do Brasil e faz um convite para que todas participem da vida do país.

A luta pela Anistia foi iniciada com um abaixo-assinado de doze mil assinaturas, levado à Câmara, ao Senado e à Presidência da República.

Em 14 de agosto, o Senador Franco Montoro leu o documento pela Anistia, manifestando-se a favor. Desde então a luta tem continuado sempre.

A necessidade da luta pela Anistia surgiu e com ela a idéia do lançamento de boletins que informassem sobre a campanha, que evoluíram mais tarde para a formação do jornal *Brasil Mulher* que, além de tratar deste problema, trataria de outros atinentes à Mulher Brasileira.

— No primeiro número, éramos apenas quatro mulheres, diz Joana Lopes, editora, — e o jornal *Brasil Mulher*

foi tirado sem dormir. Já no segundo número, outras mulheres se somaram e hoje já somos quinze.

A sede do Movimento Feminino pela Anistia é R. Caio Prado, 102, podendo também as interessadas procurar à R. José de Freitas Guimarães, 209. São Paulo CEP. 01237.

## THEREZINHA ZERBINE: DEVEMOS SER AGENTES DA HISTÓRIA

Para dar início ao Movimento Feminino pela Anistia no Nordeste, está em Fortaleza a dra. Therezinha Zerbine, mantendo contatos e tendo feito conferência sobre “A mulher na América Latina e os Direitos Humanos”.

O Movimento Feminino pela Anistia teve seu começo em abril do ano passado, quando um grupo de mulheres, tendo à frente a dra. Therezinha Zerbine, resolveu comemorar o Ano Internacional da Mulher, “da forma mais positiva, isto é, trabalhando”, disse à reportagem de *TRIBUNA DO CEARÁ* a dra. Therezinha.

O Movimento nasceu de uma necessidade emergencial do Brasil de hoje, e é “formado unicamente por mulheres para que deixemos de ser apenas parte da História e sim Agentes da História”. Acrescentou que pretendem mudar o que Spengler afirma: “O Homem faz a História, a Mulher é a História”, acha a dra. Terezinha que “a Mulher é a História” dá um sentido muito estático ao sexo feminino que também deve ser participante, “a mulher brasileira deve se reafirmar perante seus concidadãos como democrata, justa e fraterna”, complementou.

### O Começo

A dra. Therezinha Zerbine conta como começou o Movimento, dizendo que, no princípio, era um grupo restrito de mulheres que se preocupava com os problemas da mulher brasileira. Este pequeno grupo de mulheres pela

Anistia teve idéia de fazer um boletim evoluiu para jornal e nasceu assim o *Brasil Mulher*, cujo número zero circulou em 9 de outubro do ano passado.

Falando sobre o *Brasil Mulher*, dra. Therezinha diz que não é o jornal da mulher, seu objetivo é ser mais uma voz em busca da igualdade perdida. Trabalho que se destina aos homens. Acrescenta que o jornal do qual é uma das fundadoras “quer falar de problemas que são comuns a todas as mulheres do mundo. Quer falar também das soluções encontradas aqui e em lugares distantes; no entanto, quer discuti-las em função de nossa realidade latino-americana”, diz a dra. Therezinha.

### **Primeiros Contatos**

Os contatos com cearenses foram feitos antes do Natal, “quando enviamos cartas a algumas mulheres daqui, que sabíamos serem receptivas, acessíveis e que afinavam com os nossos objetivos”, informou à reportagem a dra. Therezinha Zerbine. Depois a correspondência tomou vulto e para lançar a pedra fundamental, veio pessoalmente à Fortaleza fazer conferência, explicar detalhadamente o que é o Movimento e conseguir maior número de adeptas.

Na primeira etapa do trabalho, que teve início em abril de 1975 e se estendeu até agosto, o Movimento Feminino pela Anistia tinha angariado 12 mil assinaturas de mulheres das mais variadas classes sociais, “temos adesão de universitárias, profissionais liberais, donas de casa e participantes de movimentos feministas”, declara a dra. Therezinha. Estas assinaturas são feitas através do Manifesto da Mulher Brasileira, “os manifestos são entregues, e se a mulher está de acordo, assina e nos envia”, acrescentou a dra. Therezinha.

### **Respaldo Legal**

O Movimento Feminino pela Anistia tem respaldo legal pela Constituição Brasileira, “da mesma maneira que a Constituição nos indica obrigações, como por exemplo a de votar, segundo seu Artigo 147, temos também nossos direitos” esclarece a dra. Therezinha.

As componentes do Movimento Feminino pela Anistia, elaboraram documento que foi entregue às lideranças do Senado, Câmara Federal e Presidência da República, tendo alcançado excelente receptividade principalmente por parte do Senador Franco Montoro, “que inclusive é professor de Direito Constitucional”, observa a dra. Therezinha Zerbine. Adianta também que o referido senador, “não só leu o documento, como complementou dizendo que “lutar pela anistia é dever de todo democrata e exigência do bem comum”. O senador Franco Montoro se comprometeu de encaminhar o documento ao Ministro da Justiça, Armando Falcão, para que fossem tomadas as medidas de sua competência.

O Documento do Movimento Feminino pela Anistia, através da fala do senador Franco Montoro, foi publicado pelo Diário Oficial do Congresso, em 15 de agosto de 1975.

“No dia 14 de agosto do ano passado, prosseguiu a dra. Therezinha Zerbine, “fomos recebidas pelo sub-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, dr. Alberto Costa, que também nos prometeu fazer chegar às mãos do Presidente da República o nosso documento onde pedíamos que o sr. Presidente reconsiderasse a negativa de anistia quando de seu discurso a 1.º de Agosto de 1975”.

O sub-Chefe da Casa Civil, continuou dra. Therezinha, com o qual mantivemos diálogo bastante cordial nos pediu que relessemos o pronunciamento do Presidente, fato do qual nos comprometemos. “pra vermos se não tínhamos interpretado erroneamente o texto”, complementou.

## Semear

O trabalho do Movimento Feminino pela Anistia no momento consiste em “semear idéias de justiça e liberdade, que esperamos, caiam em terras férteis das mentes e dos corações das mulheres e homens deste país”, afirma dra. Therezinha. E prossegue, “o trabalho se fundamenta na Justiça e conduz à liberdade, pela qual o homem, através dos séculos, vem lutando”.

Quanto aos movimentos feministas espalhados pelo mundo afora, dra. Therezinha tem sua opinião, “são movimentos que não condizem com a nossa realidade, são válidos

nas sociedades onde o movimento começou, isto é, Europa e Estados Unidos". As mulheres brasileiras e latino-americanas, de uma maneira geral, têm primeiro de pensar em conseguir alimento, teto e saúde para si e para os seus, explica a dra. Therezinha, dizendo que "o movimento feminista propriamente dito, começou nos EUA, por volta de 1967, numa sociedade rica, opulente e decadente. Dentro desta problemática o movimento feminista é concebível, mas não pode ser transferido para o Brasil, onde há outra realidade". Adianta que os problemas da América Latina são outros, "são problemas afeitos a um Continente subdesenvolvido, violento e traumatizado", concluiu.

### **Participação**

Durante o Congresso Internacional de Mulheres realizado em 1975, no México, a dra. Therezinha Zerbine trabalhou junto a grupos feministas, reunidos com o nome Mulheres do Mundo. Deste grupo de trabalho foi tirado um documento com três pontos básicos: 1) não proliferação de armas nucleares; 2) uma grande e incondicional Anistia a todos os resistentes de guerra (os milhares de jovens americanos que se recusaram a servir no Vietnã), a todos os presos políticos do mundo e os que sofrem exílio por oposição a seu governo; 3) desarmamento geral de armas nucleares, até o ano de 1977.

Também no Congresso Internacional de Mulheres, 500 participantes latino-americanas apresentaram um documento de 16 pontos, falando sobre a liberdade da mulher latino-americana e dos problemas do Continente "explorado economicamente e dominado culturalmente", como consta do documento que apresenta em seu 15.º ponto um pedido de Anistia ampla para todos os presos do mundo, homens e mulheres. nos informou dra. Therezinha Zerbine.

A dra. Therezinha é graduada em Ciências Jurídicas, com curso de especialização em Direito Administrativo, e conferencista, tendo feito palestras na Câmara Municipal de Porto Alegre, Associação Brasileira de Imprensa ("A mulher e a paz"), em São Paulo, Belo Horizonte, Ribeirão Preto, Niterói e outras cidades brasileiras. A dra. Therezinha foi também a única brasileira que participou da tribuna do Congresso do México.

O Movimento Feminino pela Anistia está se expandindo agora pelo Nordeste brasileiro, “Fortaleza foi a cidade escolhida porque confiamos na bravura da mulher cearense, e porque temos a certeza que as sementes da Liberdade e Justiça brotarão e a mulher cearense se reafirmará como democrata, justa e fraterna”, finalizou a dra. Therezinha Zerbine.

---

*Publicado na “Tribuna do Ceará”  
Fortaleza, Ceará em 17 de Março de 1976.*

## **MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA CHEGA A JOÃO PESSOA**

Para implantar o Movimento Feminino pela Anistia na Paraíba, está em João Pessoa a sra. Therezinha Godoy Zerbine, esposa do general Euryale de Jesus Zerbine.

O Movimento Feminino pela Anistia, que consiste em trabalho iniciado no Ano Internacional da Mulher, em São Paulo visa a pacificação da família brasileira. O Ano Internacional da Mulher, teve como princípios igualdade, desenvolvimento e paz — disse a presidente do Movimento.

Acrescentou que o seu trabalho se insere num objetivo de paz, visando também a concórdia e a união. Citou a paulista que o Movimento é um manifesto da mulher brasileira, reivindicando seus direitos cidadã, solicitando anistia. O documento, segundo ela, continha 12 mil assinaturas conseguidas na primeira etapa do trabalho, com mulheres de todo o país.

### **Necessidade**

O Movimento — frisou — nasceu de uma necessidade emergencial do Brasil de hoje, nada tendo em relação ou semelhança com os grupos feministas de Betty Friedam, que considera tudo “frutos de sociedades opulentas e decadentes”. No continente latino-americano o contexto do MFPA é outro: “consta de participações políticas, visando a transformação da sociedade, pedindo mais teto, pão, educação e saúde para todos”.



Citou Therezinha Zerbine que as 12 mil assinaturas do manifesto foram entregues às lideranças do Senado, Câmara dos Deputados e à Presidência da República.

Em João Pessoa, a advogada paulista fará uma conferência às 20 horas de hoje, na sede das Voluntárias sobre o tema "A Problemática da Mulher Latino-Americana e os Direitos Humanos".

## LÍDER DO MFPA DIZ QUE VAI CONTINUAR LUTA PELA ANISTIA

“Estarei à disposição das mulheres da Paraíba. E aqui voltarei se for chamada por um grupo interessado em se unir a nós neste trabalho de paz que é a pacificação da família brasileira.”

Foi o que disse ontem a *O Norte*, pouco antes de regressar ao sul do País, a sra. Therezinha Zerbine, líder do Movimento Feminino pela Anistia que não pode realizar em João Pessoa ao contrário do que esperava, a sua conferência sobre Direitos Humanos, Anistia e União do Povo Brasileiro.

### Nas Voluntárias

A palestra da Sra. Zerbine estava marcada para às 20:30 hs. de ontem, na Sede da Associação das Voluntárias. Pouco antes do horário, porém, a direção da entidade informou que não mais poderia realizar no local a anunciada conferência. A alegação: “As Voluntárias não se envolvem com problemas políticos.”

Therezinha, uma corada senhora ainda bastante jovem, ficou extremamente decepcionada especialmente porque diversas pessoas foram às Voluntárias, no horário anunciado, para ouvi-la. Como a desistência somente se tornou conhecida pouco antes da hora prevista, não foi possível conseguir outro local. “Agradeço, disse ela, aos homens e mulheres que compareceram à Sede das Voluntárias, e estendo o meu agradecimento ao jornal *O Norte* e à *Rádio Arapuan*, pelo noticiário em torno de sua malograda conferência.

## **Explicando o Movimento**

Ela explicou em detalhes a *O Norte* em que consiste o seu Movimento Feminino pela Anistia, de âmbito nacional e oficialmente lançado em núcleo no Rio Grande do Sul, na Câmara Municipal de Porto Alegre, com uma conferência sobre "A Problemática da Mulher Brasileira". No Rio, ela falou na Sede da Associação Brasileira de Imprensa, fazendo uma conferência sobre "A Mulher e a Paz", após o que se constituiu mesa-redonda com a participação de Tristão de Athaide, Barbosa Lima Sobrinho, Rose Marie Muraro e outras pessoas engajadas nos movimentos femininos brasileiros.

Após esta conferência, o MFPA recebeu maior apoio com a publicação de artigos de Alceu de Amoroso Lima (*Jornal do Brasil*, sob o título "A Vez de Eva") e de jornais como *O São Paulo*, da arquidiocese paulista e *Brasil Mulher*, "o único jornal feminino do Brasil, embora não trate de moda nem de cozinha". Dona Therezinha e sua equipe receberam também o apoio público da Conferência dos Bispos do Brasil, através do Padre Hilário Mazarollo, representante da CNBB.

## **Em São Paulo**

Na Câmara Municipal de São Paulo, ela participou de um ciclo de conferências intitulado "Diagnóstico da Mulher Paulista" em nome da Cúria no dia da Mulher e o Direito, falando por delegação da irmã Maria Estela, patrocinadora.

Dia 3 de novembro, outra conferência sobre "A Paz Fundamentada na Justiça", seguida de palestra de Dalmo de Abreu Dallari, professor da USP, Universidade de Direito do Largo de São Francisco.

## **No México**

No exterior, Therezinha Zerbine representou oficialmente o MFPA, a nível de tribuna, falando em nome da mulher brasileira. Disse na oportunidade que "as mulheres

de todo o mundo pedem desta tribuna internacional que seja feita moção a todos os governos em favor da Anistia política a todos os presos políticos, homens e mulheres, das nações da Terra". Segundo informou a *O Norte*, sua colocação foi aplaudida por duas mil mulheres que lotavam o grande auditório da Conferência do Ano Internacional da Mulher.

Os Estados Unidos hoje, diz a Sra. Therezinha Zerbine, têm necessidade de uma Anistia, pois ela beneficiará milhares de jovens que se negaram a combater no Vietnã. A América Latina está toda ela cheia de presos políticos. E os princípios do Ano Internacional da Mulher foram Igualdade, Desenvolvimento e Paz.

### **Trabalho de Paz**

— Nosso trabalho, diz ainda, insere-se num trabalho de Paz. A Anistia visa a concórdia, a paz, a união do povo brasileiro. A Anistia já faz parte da História do Direito em nosso país. Ela já foi concedida cinquenta vezes. Os que mais anistiaram foram Getúlio Vargas e o Duque de Caxias, que se projetou na História como o Pacificador. Nossa missão é semear Justiça e Liberdade, que cairão na terra fértil de nossas mentes e de nossos corações, e a Anistia se concretizará através de nós, trazendo a paz tão almejada para a família brasileira.

### **No Nordeste**

Na região nordestina, o MFPA iniciou seu trabalho por Fortaleza, inclusive com entrevista pela TV, palestra na *Rádio Uirapuru*, encontro com Dom Aloísio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza, palestra no Colégio Nossa Senhora de Lourdes sobre "A Mulher latino-americana e os direitos humanos" etc. Mais de quatrocentas pessoas assistiram a esta última conferência. O jornal *A Tribuna do Ceará* publicou a 17 de março noticiário completo sobre o tema.

No Recife formou-se outro núcleo do MFPA e o *Diário de Pernambuco* divulgou entrevista. Na Assembléia, o Deputado Marcos Cunha fez-lhe uma saudação. Na Paraíba, a Sra. Therezinha Zerbine (esposa do general reformado Euryale

de Jesus Zerbine) não pôde concretizar sua conferência. Ao despedir-se, informou: "O meu endereço é R. José Freitas Guimarães, 209, São Paulo, Capital, CEP 01237," e que "estarei à disposição das mulheres da Paraíba e voltarei se fôr chamada."

---

*Publicado no O NORTE  
João Pessoa, Paraíba em 21 de Março de 1976.*

## LUTA PELA ANISTIA

Formado em 1975, Ano Internacional da Mulher, o Movimento (brasileiro) Feminino pela Anistia (MFPA) começa agora a se estender pelo Brasil, tendo à frente sua coordenadora, a Dra. Therezinha Godoy Zerbine. Depois de passar este mês pelo Ceará, Therezinha Zerbine veio à Salvador, onde ontem conversou com o Cardeal Avelar Brandão Vilela.

Sua luta formal pela Anistia a todos os presos políticos brasileiros começou no ano passado, na Cidade do México, durante uma Conferência do Ano Internacional da Mulher. Com presença de mulheres de todas as partes do mundo, a Conferência resultou numa série de documentos cujos pontos se prendem, na maior parte dos casos à Anistia e aos direitos da Mulher.

Representado pela própria Dra. Therezinha, o Brasil interveio na conferência afirmando que “as mulheres de todo o mundo podem e devem daqui desta tribuna internacional pedir que seja tirada uma moção para todos os governos do mundo, por uma Anistia ampla e geral a todos os presos políticos, homens e mulheres”.

### **Justiça e Liberdade**

Para Therezinha Zerbine, “a Anistia hoje é um anseio universal”, segundo ela, desejado pelo Papa Paulo VI; por Andrei Sakharov, Prêmio Nobel da Paz; pelo Movimento Democrático Espanhol “como primeiro passo de reconciliação do povo espanhol”, e pelo representante americano na

ONU, onde apresentou projeto pela Anistia a todos os presos políticos do mundo.

Convicta de que “a Anistia se fundamenta na Justiça, e conduz à Liberdade”, Therezinha Zerbine atuou na Conferência do México disposta a não deixar que aqueles momentos fossem só aqueles, que todas as idéias não se perdessem nelas próprias. Com a delegação americana, tirou um documento de três pontos, que, em síntese, são: a não-proliferação das armas atômicas, Anistia a todos os norte-americanos presos por se recusarem a lutar no Vietnã e a Anistia incondicional aos homens e mulheres presos políticos em todo o mundo.

### **Pátria Comum**

Já as mulheres latino-americanas presentes, repudiando a sua condição de exploradas, “uniram-se frente a uma realidade feminina universal e como cidadãs de um continente explorado economicamente e dominado culturalmente”. Do documento resultante, de dezesseis pontos, destaca-se igualmente o pedido de Anistia aos presos e “aos que estão fora de suas terras por fazerem oposição ao governo,” e mais a necessidade de um planejamento familiar consciente não imposto, e o direito de as mulheres se candidatarem a todos os postos eletivos e tentar mudanças pelas vias políticas.

Em Fortaleza, onde se apresentou no *Canal 10* e fez Conferência no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Therezinha Zerbine avistou-se com o Arcebispo Aloísio Lorscheider, com quem discutiu bastante sobre o tema principal de sua campanha. Ela entende que vencerá pois está “semeando idéias de Justiça e Liberdade, que brotarão, e as terras férteis serão nossas mentes e nossos corações”. Ela cita a coincidência do tema da Campanha da Fraternidade deste ano: Caminhar Juntos. Acha que “a Anistia se enquadra perfeitamente ao tema: todos irmãos numa pátria comum”.

## MULHERES A FAVOR DA ANISTIA

Senhor Diretor :

Levamos ao seu conhecimento o que se segue :

O Movimento Feminino pela Anistia que se formou no ano passado Ano Internacional da Mulher, congrega profissionais liberais, universitárias, mães de família e trabalhadoras, cômnicas de seus direitos de cidadãs, que escolheram para comemorar o Ano Internacional da Mulher da forma mais positiva, isto é, trabalhando pela pacificação da família brasileira. Foi a forma honrosa e digna que a mulher brasileira marcou sua posição em âmbito universal.

Na primeira etapa do nosso trabalho, que foi feito em âmbito nacional, etapa esta de princípio de abril a princípio de agosto conseguimos 12 mil assinaturas que foram levadas e entregues às lideranças do Senado, Câmara e Presidência da República. A liderança que se sensibilizou pelo nosso trabalho foi a do MDB, cujo líder leu nosso documento na tribuna do Senado e fez mais complementos dizendo ser a luta pela Anistia um dever de todo democrata e uma exigência do bem comum e que ele encaminharia nosso documento ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça para que ele tomasse as providências que fossem de sua competência.

Começamos por Fortaleza.

Dia 15 — entrevista no Canal 10 da *TV Globo*; entrevista pela *Rádio Uirapuru* no programa de maior audiência; às 12 horas, entrevista com Dom Aloísio, Arcebispo de Fortaleza e, às 20 horas, conferência no Colégio N. Senhora de Lourdes, com assistência de 400 pessoas.

Dia 16 — Entrevista à *Tribuna Cearense*.

De Fortaleza — Recife — contatos com D. Helder, mulheres de associações e com o deputado Marcus Cunha, deputado mais votado do Recife, que registrou nossa passagem pelo Recife na tribuna da Assembléia e foi publicado em *Diário Oficial*.



João Pessoa :

Dia 18 — entrevista na *Rádio Arapuã*.

Dia 19 — conferência feita em frente à Sede das Voluntárias que na última hora negaram o auditório, alegando não poderem se envolver em política. A mensagem em forma de palestra foi feita a céu aberto e o núcleo de João Pessoa ficou formado.

Vereador Derivaldo Mendonça — no dia 19 — registrou a passagem do MFPA por João Pessoa e destacou a importância das mulheres neste movimento.

De João Pessoa o MFPA se dirigiu à Bahia — onde contactou e deixou formado o núcleo da Anistia e à tarde registrou sua passagem pelo *Jornal da Bahia* onde deu entrevista que foi publicada dia 23, além de contato com Dom Avelar Brandão.

O Movimento Feminino pela Anistia espera que a mulher do nordeste se senbilize com a mensagem e as sementes de justiça e liberdade que brotarão na terra fértil de nossas mentes e nossos corações. A Anistia se fundamenta na justiça e conduz à liberdade, e pela liberdade a humanidade luta desde os albores da civilização.

Se possível pedimos publicação desta para conhecimento dos leitores de seu prestigioso órgão de divulgação.

Therezinha Godoy Zerbine  
Presidente do MFPA

1977

**CONFERÊNCIA REALIZADA NO AUDITÓRIO DAS  
MERCÊS, NO DIA 15 DE JANEIRO DE 1977,  
SALVADOR, BAHIA.**

Em primeiro lugar quero que vocês saibam da minha sincera felicidade de estar no meio de vocês. A Bahia é o sol e o sal da nacionalidade. Inclusive ao boletim do Movimento Feminino pela Anistia nós demos o nome de Maria Quitéria. Maria Quitéria para nós tem o peso da mulher, da cidadã. Em 1823, a Bahia ainda era de Portugal. D. Pedro já tinha gritado "Independência ou Morte" em São Paulo, mas aqui ainda era de Portugal. Maria Quitéria se empolgou pelos ideais de liberdade. Maria Quitéria era uma moça de 29 anos, analfabeta, filha de camponeses, pois o pai tinha uma sesmaria, o que não a impediu de saber o que era justo e o que era verdadeiro. Ninguém precisa ser sábio ou doutor para entender o que é justo e verdadeiro. Então, na sua época em 1823, essa mulher de 19 anos, cortou o cabelo, enfaixou o corpo para disfarçar suas formas de mulher e foi combater de armas na mão pela Independência do País, que era necessidade emergencial da nação. Hoje, a necessidade emergencial da nação transportando de 1823 para cá é a anistia ampla, geral e irrestrita a todos que foram punidos pelos atos de exceção. A anistia aos presos políticos, aos banidos, aos exilados, a todos que sofreram injustiça.

Eu acredito que vocês sabem que a anistia é um Instituto de Direito. A anistia não foi inventada pelas mulheres, no Ano Internacional da Mulher.

A Nação, de 64 até hoje ansiava por fazer alguma coisa. Nenhum de nós endossava as situações de injustiça, porque a justiça é anterior às leis, todas as pessoas sabem o que é justo e verdadeiro. Mais letradas, menos letrados, no fundo todos sabem que a justiça é fundamental.

No Ano Internacional da Mulher, a mulher brasileira assumiu uma tarefa digna e honrosa de lutar como cidadã. Tudo se conquista. A Anistia não é dávida, é conquista. O nosso trabalho é aberto, legal, feito à luz do sol, dentro das leis do país e nosso manifesto começa dizendo: “Nós, mulheres brasileiras assumimos as nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional”.

E o que é assumir responsabilidades de cidadãs?

Pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelo artigo 147, nós somos obrigadas a votar. Quem tem obrigações, deveres, obviamente tem direitos — os direitos de cidadão. Agora, pelo simples fato da gente votar, não esgotamos nossos direitos de cidadãos. Nós temos obrigação de participar da vida comunitária nacional. Os povos com maturidade lutam, fazem tudo para que seus direitos de cidadãos sejam respeitados. Dentro dessa tônica é que temos que lutar.

A ONU em sua declaração universal dos direitos do homem, que é a carta que tem a lei maior, diz:

“Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos inalienáveis e iguais constitui o fundamento da liberdade, justiça e da paz no mundo”.

O nosso movimento se insere num trabalho de paz — é a pacificação da família brasileira. Nós não trabalhamos com jargões políticos, nós não trabalhamos em grupos, nós trabalhamos com princípios. E os nossos princípios são amor, liberdade, justiça. E estes são princípios iguais aqui, na China, no Himalaia, na Conchinchina. Por isso que essa declaração universal dos direitos humanos tem peso, pode haver adaptações, mas ela não muda em sua essência.

Muito se tem falado sobre a anistia, depois que o Movimento Feminino pela Anistia foi criado. Foi como uma bola de neve, que aliás era nosso intuito. Nós começamos a

procurar outras entidades que nos apoiassem como a CNBB (que nos apoiou oficialmente); a ABI — que em novembro tirou uma noção pela anistia; o DCE livre da USP, que no dia 4 de junho fez um ato público pela anistia; a Frente Nacional do Trabalho e a OAB sessão de São Paulo. Muitas pessoas falam da anistia, inclusive o Presidente Geisel, como está na *Folha de São Paulo* no dia 20 de setembro, disse no Japão, que ainda não é hora de anistia no Brasil. Vejam vocês que aqui ele não tem tempo de falar de anistia, mas quando sai ele dá uma abertura. Mas entendo isso. Porque estive fora do país e quando a gente sai dessa panela fechada sem horizonte, a gente enxerga um pouco mais. Então, o Presidente Geisel quando estava no trem bala que vai para Quioto disse: “Eu não tenho nada contra ninguém, sou um homem sem ódios”. Isso é muito bom porque uma pessoa sem ódios tem amor no coração e está mais perto da compreensão. “Mas se concedo anistia política, de uma hora para outra recomeçam as crises e o responsável sou eu”. Aí é que está o engano de focalização. Porque o presidente de uma nação é o chefe político, ele é o chefe da nação brasileira e respeitado como tal. Nós estamos num estado de excepcionalidade, mas que ele é o chefe da nação ninguém discute. Como chefe da nação ele tem que atender aos reclamos da nação brasileira, composta de cidadãos com direitos. Como ele não é o representante de um sistema, é o chefe da nação brasileira, então aqui está a nossa saída porque compete a nós mostrarmos que o enfoque dele está errado.

Nós mulheres procuramos o apoio do Instituto dos Arquitetos, da Ordem dos Advogados, da Frente Nacional do Trabalho, dos DCEs, dos operários, das comunidades de base, da igreja, todos se somando, homens e mulheres. Essa união resulta em uma coisa muito importante em política, que é o consenso.

Se o Presidente Geisel desse a anistia sem o respaldo da nação, ficava numa situação muito delicada, nenhum de nós ia querer estar como chefe da nação nessa hora, sem respaldo ele não podia dar a anistia mesmo. Mas, se a nação brasileira está unida, trabalhando pela anistia, se todos dizemos, se somos porta-vozes, os operários, os estudantes, as donas de casa, os profissionais liberais etc., nós dizemos não: chegou a hora. Isso já foi longe demais. São 12 anos.

A natureza que é a fonte primeira de todas as coisas nos mostra que as águas do rio que correm, não refluem. Doze anos se passaram, quer dizer que o mundo é outro. Muitos dos senhores que estão na platéia quantos anos tinham? Tinham 7, 8 anos. Meus filhos por exemplo: minha filha tinha 8 e meu filho 7 anos. Quer dizer, não existe punição eterna. Existem saídas e elas tem que ser achadas politicamente.

E nesta hora, há o Movimento Feminino pela Anistia. Nós mulheres temos um peso muito grande. Somos 50% da população mundial, 50% da população brasileira. Vocês são as mães do amanhã e não vão querer ter filhos dentro de uma sociedade bloqueada, cerceada em sua liberdade, castrodo toda a criatividade, tudo que as pessoas podem dar de bom, porque vocês sabem que a ditadura se nutre do medo. Todas as situações de excepcionalidade se nutrem do medo. Quer dizer, se nós tivéssemos os direitos de cidadãos, se tivéssemos a declaração dos direitos humanos, a mulher teria sua posição firmada, como fonte de vida, responsável pela sociedade do hoje e pelas transformações do amanhã. Agora, o que vocês precisam saber de trágico é que a campanha da anistia tem que ser encarada com muito critério, pois vocês sabem que a nossa campanha desperta inúmeras esperanças no exílio, nos cárceres, nas famílias dos presos, então, não podemos brincar com uma coisa tão séria. No exterior, está acontecendo uma situação muito delicada: os filhos dos nossos exilados, dos banidos, após 12 anos, cresceram, estão se casando, tendo filhos. Quando essas crianças nascem, seus registros são levados à nossa embaixada que diz: "Não, nós não registramos, não são cidadãos brasileiros, nós não temos a ordem de registrar". Então essas crianças ficam apátridas, sem pátria, sem documentos e isso é uma desumanidade, porque essa criança não pode se internar num hospital, não pode viajar. Esta é uma situação de iniquidade e fere frontalmente a declaração universal dos direitos humanos, cujo artigo 15.º diz: "Todo indivíduo tem direito à nacionalidade, que é inalienável e própria do ser humano".

Agora, eu vou encerrar minha fala para dar a oportunidade de vocês perguntarem, com uma frase que eu gostaria que fosse bem guardada. Estão fazendo na televisão uma

propaganda subliminar muito bem feita, onde aparecem umas coisas muito bonitas, como tudo que é pintado de rosa, parece que estamos no melhor dos mundos, a propaganda diz "A paz se faz com quem ama o mesmo chão". Como nós temos que fazer o novo e aproveitando essa frase que já entrou em muitas casas, dizemos que porque amamos o mesmo chão esperamos que a paz se concretize através da anistia. Anistia que será abençoada e que por ela iremos lutar com todas nossas forças, com nosso coração.

## Debate

*P — Mas essa campanha da anistia, não é uma campanha de flores, de paz e amor? Não é um jeito de botar o ódio para fora?*

R — Eu entendi o que você quer dizer. Acontece que a Campanha da Anistia não é uma campanha de flores, não. Você está me vendo gorda, bem penteada, mas meu filho, não foi mole, precisava ter tutano e eu sou de faca na bota sabe? Isso que você está dizendo das lutas para soltar gente, do Herzog, todos nós estamos nisso há muito tempo. Agora, é uma luta demorada, nós somos um poder desarmado e não é toda população, não são todos que tem consciência plena de seus direitos de cidadãos e consciência de luta. O que nós estamos fazendo é um trabalho de conscientização. Como disse aquela mulher: precisa levantar as consciências e o povo unido é que vai conseguir isso. Nós não estamos num aparato de cânticos festivos, tanto é que numa situação de excepcionalidade pode tudo e nós estamos arriscando a nossa tranquilidade. É luta. Mas a gente tem que aceitar as regras do jogo. Como o que está aí é uma... "democracia", nós aceitamos o que está dentro do jogo "democrático". Até quando não sei, quando não puder a gente arranja outro jeito mas nós estamos lutando. Eu vim trabalhar — não estou aqui brincando. Vocês que vieram assistir estão em uma concordância de trabalho. Eu vim com uma proposta de trabalho e vocês com a receptividade do trabalho. Porque a campanha da anistia é muita coisa e precisamos espantar o medo, dar umas boas vassouradas no dum-dum dele e marchar firme.

*P — Sobre levantar a consciência, como a sra. disse, deixa algo a desejar. Partes fundamentais. A consciência, ela não aparece, nem cai do céu. Como nós sabemos, a consciência não vai se dar apenas com instruções desse tipo, ou simplesmente passando filmes ou levando abaixo-assinados. A consciência, que nós sabemos, é o que se processa numa luta concreta, a consciência é um meio que se pode conseguir da população para a sociedade mudar...*

*Tem também a questão do abaixo assinado, que é também uma forma de luta que se propaga. No entanto, qual o grau de consciência que será elevada, com uma assinatura num abaixo assinado?*

*Outra coisa: como essa classe dominante esclarecidamente usaria essa anistia tanto desejada pelo homem...*

*R — O que eu posso dizer para você é que a luta da anistia não é uma luta só de abaixo-assinado, nem de assinaturas, meu filho. Eu acho que essa colocação é injustiça e desrespeito. Se o companheiro é tão imaginoso e tão corajoso, nos campos, nas searas do Senhor têm trabalho para todo mundo. Você pode arranjar uma forma de lutar pela a anistia que seja mais forte e eficaz que a nossa. Nós achamos esse caminho. Há trevas a 12 anos e em 11 anos não tinha nada organizado em luta pela anistia, nada, tinham vozes esparsas — um senador, um deputado, um cardeal, mas, coisa organizada não tinha. Núcleos de anistia não caem do céu. Eu deixei minha família e tudo o que tinha a fazer, por muitos e muitos dias. Passei fome porque muita gente não tinha o que comer, montando núcleos de anistia. Quer dizer: núcleos não caem do céu. É uma forma tática que se usa. É uma tática que numa “democracia”, já que aceitamos o jogo, tem que ser com cartas marcadas. Mas nós aceitamos e quando a gente aceita não pode reclamar. Se você sabe fazer uma coisa mais eficaz, mais violenta, você vai fazer sozinho e depois dá apoio para nós.*

*P — Como se situa a anistia diante dos outros galhos (pois ele coloca os problemas do país como galhos) como a fome, a falta de liberdade de expressão, a invasão do capital alienígena, a censura...*

R — Meu filho, eu acho que o fundamental no país nessa hora, para nós lutarmos contra a miséria, contra a falta de liberdade de expressão, contra a invasão do capital alienígena, contra a censura, justamente o fundamental, a raiz, o problema crucial e emergencial é a anistia. Na verdade, a luta pela anistia, em última análise, é a luta pela redemocratização do país e com a redemocratização do país nós seremos livres. Podemos nos reorganizar, nós lutaremos contra capital alienígena, contra miséria, mas o centro, o radical, nessa hora, é a luta pela anistia.

*P — Qual é o respaldo que o movimento de anistia tem encontrado entre as mulheres operárias e camponesas?*

R — Eu quero falar com vocês agora de coração na mão. Eu não tive contato nenhum com a mulher operária, nem com a mulher camponesa. Pelo que vocês podem deduzir e podem ver, da minha figura, é que sou de média burguesia para alta. Acontece que a mulher operária e a mulher camponesa estão esmagadas pelos problemas mais primários, como o problema da fome, filhos morrendo, elas indo para o desespero, essas mulheres não têm condições de fazerem o que estou fazendo. Eu vou lhes dar meu testemunho de coração. Poucas mulheres no Brasil tem condições de fazer o que estou fazendo. Em primeiro lugar, sou advogada e como advogada posso tratar com certa habilidade com um instituto do direito. Eu tenho uma situação econômica folgada que me proporciona estar saindo de minha casa por uma semana ou por dias. Eu sou mulher de um general do Exército Brasileiro, cassado para honra minha e dos meus filhos. Eu tenho um poder de combatividade, eu sei que tenho condições de, nessa hora, quando a mulher brasileira não é uma mulher politizada, passar muita coisa. Então, eu acho que quem recebeu mais de Deus, pois sou cristã e não marxista, sou cristã e democrata, tem obrigação de dar o que recebeu. Eu não tenho acesso à mulher operária e à mulher camponesa, mas, por exemplo, quem foi tocado, sensibilizado, atingido pelo trabalho e quem não é burro, sabe que é a hora da gente lutar, da gente abrir a porta. Que nós estávamos num tunel escuro e sem luz e a hora em que sairmos desse tunel, vamos ver o horizonte, vamos ter luz e vamos poder caminhar. Aí, cada um faz o



seu caminho, mas, temos que abrir a porta juntos, então, quem tem condições de chegar à mulher operária e à mulher camponesa aí está a missão. Estou estou fazendo o que posso.

*P — No ano internacional da mulher a sra. participou de uma semana que se chamou “A mulher em questão”, quando, ao lado da sra. e de outras personalidades, deram depoimentos a classe operária e pessoas pertencentes ao clube de mães do Rio e São Paulo. A sra. assistiu?*

R — Correto. Assisti e aí está o que fui fazer lá. Essas mulheres estão fazendo o trabalho delas. No Clube de Mães cada uma trabalha no seu setor e lá estavam as mulheres em questão (Você é Antonieta Nunes, do Movimento das Mães, não?) Tinham muitas mulheres da periferia mas, acontece que eu fôr trabalhar numa fábrica com essa minha cara não sou aceita. Se eu fôr para o campo, vão dizer: “essa mulher está aqui de lelé da cuca”. Quer dizer cada um tem que trabalhar no seu setor, o que nós estamos fazendo é semear, estamos pregando ideais de justiça e de liberdade e que eu sei que vão brotar porque vão cair em terras férteis. Esse depoimento foi muito bom eu nem ia falar nisso, ainda bem que veio pela sua boca. Porque você trabalha num clube de mães, então quem trabalha num clube de mães e as próprias mães, elas sim, podem atingir as outras com o trabalho da anistia.

*P — Eu queria perguntar agora qual o movimento feminista, ou esse movimento feminista...*

R — Não é feminista o nosso movimento, o engano já está começando pelo radical...

*P ... se esse movimento de mulheres tem perspectivas de funcionar sendo elitista? Ora, não pode haver separação de classes...*

R — Claro que tem que haver democracia dentro do movimento e há.

*P — Aqui tem uma pergunta que é chover no molhado: a luta pela anistia pretende organizar futuramente núcleos com mulheres operárias e camponesas?*

R — Mas é claro que pretende. Movimento pela Anistia sempre foi um movimento de luta, de conquista, de rua, nunca foi uma coisa de salão, o que nós começamos a fazer foi uma originalidade. Foi criatividade. Agora, cabe a quem possa levar esse movimento às operárias e camponesas que comece, que já não é sem tempo.

*P — Ela colocou que é uma pessoa que não tem acesso às classes operárias e camponesas... Porque não dar trabalho às classes operárias se é interesse delas que haja transformação social?*

R — Eu acho que vocês sabem perfeitamente que uma pessoa não pode planificar e atuar. Ou quem está organizando uma coisa, tentando que ela cresça, não pode fazer as duas coisas. Se você está com a estratégia de um movimento, você não pode se perder num trabalho... Não dá. É uma questão de organização de luta. Alguém precisava pegar o começo... A campanha da anistia não é uma coisa organizada e burocrática, ela é uma bola de neve e a bola de neve vai crescer, porque tudo que é bom e verdadeiro assume as proporções devidas...

*P — ... a nossa conferencista colocou que a paz se consegue com a anistia, então eu quero saber dela o seguinte: se por trás da anistia se conquista a paz, onde ficam as lutas de classes? Ou a anistia é uma luta a mais nesse conflito social? E eu pergunto também se não é necessário que se desenvolva conseqüentemente à luta pela anistia, uma consciência de classe aos setores explorados da sociedade, para que possam levar à frente qualquer luta democrática?*

R — Você disse que eu teria dito que anistia é bondade, isso eu não disse, é uma inverdade, pelo contrário, eu disse que a anistia era conquista — nada cai do céu. Eu tenho o auditório de testemunha, nada cai do céu. É conquista é luta, nós temos que pegar direitos que fora lesados. Agora você disse no final que eu teria dito que a paz se faz pela anistia... Está havendo uma deturpação na sua afirmação. Eu disse que estão fazendo na televisão uma propaganda subliminar que diz: a paz se faz com quem ama o mesmo chão. Eu não sei se você não tem humor ou se não atinou

com o que eu queria dizer. Não, eu disse que nós poderíamos usar a propaganda subliminar feita pelo governo no que ela tem de negativo e colocando no positivo. Poderíamos dizer: Nós que amamos o mesmo chão, esperamos que a paz se concretize entre nós através da anistia. Tem muita diferença. Se você não teve capacidade para entender, meu filho.....

## **MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA LUTA CONTRA ATOS DE EXCEÇÃO**

“Qualquer processo de abertura democrática tem que começar pela Anistia,” declarou ontem em entrevista coletiva, a presidente do Movimento Feminino pela Anistia, advogada Therezinha Godoy Zerbine, informando que o principal objetivo do Movimento é lutar contra os atos de exceção e a busca pela redemocratização do país.

Therezinha Godoy Zerbine está em Salvador, e ontem à tarde manteve contato com profissionais liberais e estudantes na sede do Instituto dos Arquitetos da Bahia, ficando definida a instalação, na Bahia, de um núcleo do Movimento Feminino pela Anistia, com uma comissão composta de uma profissional liberal, uma estudante, uma dona de casa e uma mulher de preso político.

Às 20:00 hs., no Colégio das Mercês, Therezinha Zerbine fez um pronunciamento sobre o trabalho do MFFPA. Segundo a presidente do MFFPA, existem no Brasil cerca de trezentos presos políticos, sendo que o número de exilados também é muito grande. Disse ainda que, no período entre 68 e 70, “não se pode dizer que houve abrandamento porque se permite que uma pessoa seja violada, nada impede que dez ou mais também sejam”.

Para Therezinha Zerbine, os direitos humanos no Brasil estão violentados: “Não temos habeas-corpus e há presos políticos e exilados que têm seus filhos nascidos no exterior sem documentação, porque o governo brasileiro nega este direito, infringindo o parágrafo 6.º da Declaração do Direitos Humanos, onde diz que todo ser humano tem direito à nacionalidade.”

Ela revelou que o problema é tratado pela Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, esclarecendo que o MFPA não tem cunho de assistência social. "O que nós pretendemos é a libertação dos exilados, acabando com esse regime que intranqüiliza a família brasileira." O trabalho do MFPA consiste, portanto, "na luta pela Anistia, englobando a luta pelos Direitos Humanos".

"Nós caminhamos dentro da lei do País e não nos cabe fiscalizar os atos de exceção, e sim pedir para que eles acabem de uma vez," disse Therezinha Zerbine, acrescentando que entre os políticos a maior sensibilização ocorreu no MDB, através de seu líder no Senado Franco Montoro, quando, em agosto de 1975, foi enviado um documento aos líderes do Senado e da Câmara de Deputados.

Entre as entidades que apóiam o MFPA, Therezinha Zerbine citou a CNBB, o DCE da Universidade de São Paulo, ABI, Frente Nacional de Trabalho e OAB. Atualmente existem núcleos do Movimento nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Paraíba, Santa Catarina, Rio de Janeiro e nas cidades de Recife e Campinas.

O MFPA é composto por uma diretoria e um núcleo de vinte mulheres que procuram atingir outras através de manifestos. Therezinha Zerbine salientou que a mulher que trabalha sofre mais dificuldades e é mais sensibilizada pelo Movimento do que as intelectuais. Sobre a situação da mulher brasileira ela diz que "a mulher do povo é muito marginalizada porque não tem acesso à cultura e, se não tem acesso à cultura, também não tem acesso econômico".

O MFPA não está ligado ao Movimento de Anistia Internacional e suas bases foram lançadas no ano de 1975, durante a realização do Ano Internacional da Mulher. A meta principal a ser cumprida é o desenvolvimento, a igualdade e a paz. "Nós escolhemos a Paz por ser uma necessidade emergencial. Nosso trabalho tem que ser criterioso e nós nos pautamos pelo princípio do amor, liberdade e justiça porque a justiça é anterior às leis."

---

*Publicado na TRIBUNA DA BAHIA,  
entrevista coletiva realizada no Instituto dos  
Arquitetos da Bahia em 14 de Janeiro de 1977,  
Salvador, Bahia em 15 de Janeiro de 1977.*

## DOCUMENTO RESSALTA UNIÃO PELOS DIREITOS

Foi lançado ontem, em Salvador, um manifesto em favor dos direitos humanos no país, assinado por representantes de 43 entidades — religiosas, estudantis, culturais, de profissionais liberais e associações de bairro — e por alguns intelectuais, políticos e religiosos.

O manifesto, em forma de folhinha, depois de fazer um breve relato de fatos ocorridos no ano passado na capital baiana e amplamente divulgados pela imprensa, conclui: “Diante de tantos acontecimentos contrários aos direitos humanos ocorridos em 1976, na cidade do Salvador, como no resto do país, firmamos a certeza de que é preciso, em 1977, avançarmos cada vez mais unidos na luta por justiça, direito de participação e melhores condições de vida para a população.”

O lançamento oficial do documento foi feito depois de uma exposição da presidente do Movimento Feminino pela Anistia, advogada Therezinha Godoy Zerbine, que ratificou a posição do manifesto, afirmando que os direitos humanos no Brasil estão sendo violentados.

### Exilados

“Não temos habeas-corpus, disse a advogada, e há presos políticos (cerca de trezentos, segundo ela) e exilados no exterior sem documentação, porque o governo brasileiro nega este direito, infringindo o parágrafo 6.º da Declaração dos Direitos Humanos, onde diz que todo ser humano tem direito à nacionalidade.”

Therezinha Zerbine (casada com o General Euryale de Jesus Zerbine, cassado e reformado pelo revolução de 64) afirmou ainda que a principal luta atualmente no país deve ser pela Anistia, defendendo o princípio de que "qualquer processo de abertura democrática deve começar pela anistia geral dos presos e exilados políticos". Ela definiu como principal objetivo do Movimento que preside "a luta contra os atos de exceção e a busca pela redemocratização do país".

A advogada também manteve contatos com entidades de profissionais liberais e estudantes para a implantação em Salvador de um núcleo do Movimento Feminino pela Anistia, constituindo uma comissão composta de uma profissional liberal, uma estudante, uma dona de casa e uma mulher de preso político para iniciar as atividades.

## **DIREITOS HUMANOS SÃO VIOLENTADOS NO BRASIL**

Afirmando que qualquer processo de abertura democrática deve começar pela Anistia, e que os direitos humanos no Brasil estão violentados, “uma vez que não temos habeas-corpus e constatamos a existência de presos políticos e exilados com seus filhos nascidos fora do país, sem documentação ou nacionalidade,” a advogada Therezinha Zerbine, presidente do Movimento Feminino pela Anistia, em entrevista concedida à imprensa da Bahia, traçou o panorama da situação política do Brasil e da participação da mulher brasileira na luta contra os atos de exceção.

“Não somos feministas. Somos, sim, pela participação da mulher na vida econômica, social e política do país.” Ressaltou que a redemocratização do país é o maior objetivo do Movimento, que hoje já conta com o respaldo de quinze mil assinaturas e núcleos em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Campinas, Recife e na Bahia ainda em formação.

### **País Dividido**

Explicando mais detalhadamente o seu objetivo, a presidente do Movimento Feminino pela Anistia disse ainda que a sua luta engloba também a preocupação pelo respeito aos direitos humanos, pretendendo conseguir a pacificação da família brasileira através, principalmente, da Anistia ampla e geral. “A existência de exilados, com seus filhos nascidos fora de sua pátria e com o direito de documentação recusado pelo governo brasileiro e pelo país onde se encon-



tram, só vem ferir o parágrafo sexto da Declaração dos Direitos Humanos, onde diz que todo ser humano tem direito à nacionalidade.”

Sobre as possibilidades de vir a conseguir a Anistia no Brasil, a presidente do Movimento Feminino pela Anistia declarou acreditar que este ano será um ano político muito bom, apesar de economicamente se apresentar bastante caótico. “São essas más condições econômicas que virão a forçar as classes políticas e dirigentes do governo a se aperceberem da necessidade política de pacificação e ver que é mais fácil lutarmos em comum do que com o país dividido e enfraquecido.”

## **Paz**

“A Bíblia tem uma imagem que diz que a casa dividida soçobra”, afirmou Therezinha Zerbine, acrescentando que “o nosso trabalho se insere num esforço de paz e, nós que amamos o mesmo chão, esperamos que a paz se concretize através da Anistia.” Explicou ainda que o Movimento Feminino pela Anistia começou no Ano Internacional da Mulher, cujos princípios básicos eram igualdade, desenvolvimento e paz, tendo sido escolhido a paz por ela se constituir numa necessidade emergencial no Brasil de hoje.

Colocando a penetração que vem conseguindo o MFPA e explicando que esse trabalho tem de ser extremamente criterioso e pautado pelos princípios de amor, liberdade e justiça, “porque a justiça é anterior às leis,” Therezinha Zerbine citou o apoio recebido da Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros, Frente Nacional de Trabalho e do VI Congresso dos Advogados do Rio Grande do Sul.

## **Núcleo da Bahia**

Interrogada sobre a situação dos presos políticos no Brasil, Therezinha Zerbine foi categórica em afirmar: “Nós caminhamos dentro das leis do país e não nos cabe fiscalizar os atos de exceção, mas pedir para que eles se acabem de uma vez.”

Therezinha Godoy Zerbine veio à Bahia manter contatos para a formação de um núcleo em Salvador. Ontem manteve alguns contatos, deixando certa a formação de uma comissão

composta de uma estudante, uma dona de casa, uma esposa de preso político e uma profissional liberal, para que juntas comecem a trabalhar pela formação do núcleo. À noite, às 20:00 hs., Therezinha Zerbine realizou uma Conferência no Convento das Mercês, onde fez um depoimento de todo o trabalho do Movimento Feminino pela Anistia.

---

*Publicado no JORNAL DA BAHIA,  
entrevista coletiva realizada em 15 de Janeiro de 1977.  
Salvador, Bahia em 16 de Janeiro de 1977.*

## ADVOGADA CRIA NÚCLEO DO MOVIMENTO PELA ANISTIA

Em entrevista coletiva à imprensa, a advogada Therezinha Godoy Zerbine, presidente do Movimento Feminino pela Anistia em São Paulo, afirmou ser o maior objetivo do movimento a redemocratização do País, através da extinção dos atos de exceção, como é o caso dos presos políticos, exilados, acabando deste modo com um sistema que “intranqüiliza a família brasileira”.

A visita da advogada à Bahia prende-se à criação de um núcleo do Movimento em Salvador e, neste sentido, houve ontem uma reunião com as pessoas interessadas, principalmente estudantes universitários, ficando definida a escolha de uma comissão constituída por uma dona de casa, uma profissional liberal, uma estudante e uma mulher de preso político para iniciar o Movimento Feminino pela Anistia na Bahia.

Considerando a existência de presos políticos e exilados como atos arbitrários, a advogada Therezinha Zerbine considera o Movimento Feminino pela Anistia como um passo fundamental para qualquer abertura democrática, e para a luta em favor dos direitos humanos que, segundo ela, estão sendo “violentados” no Brasil, com a inexistência do habeas-corpus e a negação da nacionalidade brasileira para os filhos de exilados.

O Movimento Feminino pela Anistia, de acordo com a sua presidente, nada tem a ver com “feminismo” e foi criado inicialmente em São Paulo não para fiscalizar os atos de exceção, mas para tentar acabar com esses atos. E, por

ser um movimento de posição "bastante delicada", como informou Therezinha, procura estar sempre agindo dentro da lei, sem um cunho de assistência social, mas tentando penetrar nas comunidades e defender os princípios "Amor, Liberdade e Justiça".

Calculando em cerca de trezentos o número de presos políticos no Brasil, a advogada acredita na importância de seu trabalho pela Anistia, e prevê, para 77, um ano político muito bom. "Economicamente o ano vai ser péssimo, caótico; nessas condições forçosamente a classe política e os dirigentes do governo vão se aperceber da necessidade da coesão por idéias comuns, já que é mais fácil lutar juntos contra uma situação caótica do que divididos e, conseqüentemente, enfraquecidos," diz ela.

### **Penetração do Movimento**

O Movimento liderado por Therezinha Zerbine através da Anistia, que ela própria vê como uma maneira de atingir a paz, nasceu em São Paulo, há cerca de um ano e meio. Hoje tem núcleos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná, Fortaleza, Recife, Paraíba e Bahia (em formação). Sua criação se deve à existência de uma "consciência cívica" e, através de palestras, reuniões e a publicação do Manifesto da Mulher Brasileira, boletim periódico que atinge a quinze mil assinantes, homens e mulheres.

Da diretoria do Movimento em São Paulo, só fazem parte mulheres, assim como nos núcleos nos diversos Estados. Therezinha Zerbine acha que nesta luta devem estar unidos os dois sexos, porque enquanto houver uma só pessoa sofrendo os reflexos do regime de "exceção", não se pode falar em "abrandamento da situação".

Para tratar especificamente dos casos de presos políticos, inclusive dando um apoio com características de assistência social, segundo a advogada, existe em São Paulo a Comissão de Justiça e Paz, mas como pessoa, sem assumir a responsabilidade do cargo de presidente do Movimento Feminino pela Anistia, ela diz já ter sido procurada por várias famílias de presos e exilados, "sempre fazendo o possível para ajudar ou então encaminhar à Comissão".

Sobre o número de exilados brasileiros, ela afirma ser muito difícil calcular, porque "é um número muito grande e a arbitrariedade é sempre contínua". O Movimento, segundo ela, não tem ligação com movimentos em outros países e, mesmo dentro do Brasil, cada núcleo tem autonomia para agir, porque as condições variam em cada Estado. "O que temos em comum é o ideal de lutar pela Anistia e assim tentar defender os Direitos Humanos".

### **Mulher Marginalizada**

Embora antifeminista, a presidente do Movimento Feminino pela Anistia considera a mulher brasileira marginalizada, sem acesso à cultura e à economia. Para ser atingida pela consciência da seriedade e validade do Movimento, ela vê com mais abertura a "mulher trabalhadora muito mais fácil de ser atingida que a mulher intelectual".

Em São Paulo, o Movimento, além da publicação do Manifesto da Mulher Brasileira, começou este mês com uma série de edições bimensais, que pretende distribuir entre líderes políticos, sindicatos, faculdades e centros comunitários, para difundir cada vez mais os seus objetivos.

Em 1975, os documentos do Movimento foram levados às lideranças do Senado e à Presidência da República e a sua presidente diz que a maior receptividade foi da liderança do MDB que através de seu líder, Franco Montoro, apoiou o Movimento e acrescentou que "lutar pela Anistia é um dever de todo democrata, uma exigência do bem comum".

### **Mais Solidariedade e Bahia**

Outras grandes demonstrações de solidariedade com o Movimento, conforme declarou Therezinha Zerbine, foram: ato público do Diretório Central dos Estudantes da USP pela Anistia; moção da Associação Brasileira de Imprensa; apoio formal da Frente Nacional do Trabalho (São Paulo); apoio em tese da OAB de São Paulo; moção pela Anistia durante o VI Congresso dos Advogados no Rio Grande do Sul; votação de moção em favor da Anistia apresentada pelo Vereador Clovis Soares Azevedo aprovada por unanimidade

da Câmara Municipal de Campos de Jordão “provam ser a Anistia um imperativo de consciência,” conforme a advogada.

Na Bahia já ficou estabelecido que as pessoas que tomaram a liderança do Movimento no contato inicial com a presidente de São Paulo estão encarregadas de formar a primeira comissão. Therezinha Zerbine diz que “as orientações já foram dadas e continuarão sendo até o núcleo baiano ter condição de trabalhar. Espero muito dos baianos, em quem confio para colaborar na nossa luta”.

Ontem à noite, no Auditório da Mercês, a presidente do Movimento em São Paulo promoveu um debate para esclarecimentos sobre os seus objetivos e distribuição de uma mensagem aos presentes.

---

*Publicado no jornal GRANDE SALVADOR,  
entrevista coletiva realizada no Instituto dos  
Arquitetos da Bahia em 14 de Janeiro de 1977.  
Salvador, Bahia em 16 e 17 de Janeiro de 1977.*

## **CONFERÊNCIA NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, A CONVITE DO IEPES — INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS E SOCIAIS — DIA 3 DE JUNHO DE 1977**

Em estudo promovido pela Unesco de pesquisa de desenvolvimento político, os especialistas concluíram que: “Escolher objetivos e criar técnicas que permitam atingi-los, isto se chama política.”

A Anistia é um Instituto do Direito e o mais flexível dos instrumentos políticos.

Nós do Movimento Feminino pela Anistia, lutamos por Direitos Humanos e contra os atos de exceção, somos cidadãs brasileiras participando e influenciando politicamente nos destinos da Nação.

Apartidárias, trabalhamos com princípios: Liberdade e Justiça, como valores absolutos e não admitimos tergiversações: ou se é justo ou injusto, ou se é livre ou escravo.

Começamos o nosso trabalho no Ano Internacional da Mulher, em março de 1975. Os princípios do Ano foram: Igualdade, Desenvolvimento e Paz. Escolhemos para nosso trabalho o campo da Paz, uma necessidade fundamental de nosso país.

Marcado o objetivo a atingir que seria Anistia visando a pacificação da família brasileira, partimos para a ação.

Elaboramos o Manifesto da Mulher Brasileira, e distribuimos estes Manifestos visando angariar assinaturas de cidadãs brasileiras que, cômicas de seus direitos de cidadãs, se posicionassem pela Anistia.

Com o Manifesto distribuído a nível nacional, o Movimento Feminino pela Anistia fez representar-se oficialmente na Tribuna Livre do Congresso do Ano Internacional da Mulher, na Cidade do México.

No primeiro dia da semana de trabalho, apresentamos nossa posição perante um auditório de três mil mulheres.

“Nós, mulheres de todo o mundo, podemos e devemos, aqui desta Tribuna Internacional, pedir que seja tirada uma Moção a ser enviada a todos os governos do mundo, na qual se peça Anistia a todos os presos políticos do mundo, homens e mulheres.”

Aquele auditório caiu em palmas e pudemos aferir quais as forças que se somavam a nós.

O Continente Americano fechou num só, de Norte a Sul. A idéia-força da Anistia catalizou as vontades e as consciências.

Trabalhamos com todos os grupos femininos de Paz, de não-violência, de Direitos Humanos e movimentos feministas que se intitulam Women's of World e juntas elaboramos e assinamos um documento de três pontos, sendo que o ponto número dois era Anistia. “Anistia aos resistentes de guerra, aos exilados, aos banidos e a todos que estivessem perseguidos por fazer oposição aos seus governos”.

Com as mulheres latino-americanas, (quinhentas mulheres), reunidas no Grande Salão Três, foi elaborado um documento de dezesseis pontos, sendo que o ponto número quinze foi Anistia para todos os presos políticos do mundo, repudiando perseguições por causas ideológicas.

Esta foi a posição da Mulher Brasileira no Congresso do Ano Internacional da Mulher.

As mulheres norte-americanas que lutavam pela Anistia, Direitos Humanos e por Paz, hoje, são vitoriosas. Um exemplo disso é que o primeiro ato da administração Carter foi conceder Anistia aos resistentes de guerra.

Quando recentemente em sua viagem pela América Latina, Rosalynn Carter disse que 100% do povo americano apoia a Política dos Direitos Humanos, mostrou muito bem



a evolução do povo americano que, do silêncio e da omissão no macarthismo, hoje se posiciona também por valores absolutos da humanidade.

Nosso trabalho se insere num trabalho de Paz, mas não queremos a Paz dos cemitérios, e sim a Paz que é fruto da Justiça.

Nós não podemos aceitar situações de injustiça, como a de não termos habeas-corpus, que o direito de nacionalidade seja negado aos filhos de nossos exilados, que pessoas continuem presas depois de terem cumprido suas penas, ou como nos casos dos presos políticos de Florianópolis, que foram obrigados a usar do recurso extremo da greve de fome, para através dela chamar a atenção dos Juizes do Supremo Tribunal Militar, para que seus processos pudessem ser julgados, que cidadãos brasileiros morram fora de sua pátria, como a estudante de Medicina que se suicidou na Alemanha sobre os trilhos do Metrô em Colonia e nosso presidente João Goulart impedido de voltar à nossa terra.

De 1975 até hoje, crescemos muito. Estamos estruturadas nacionalmente de Norte à Sul, de Leste à Oeste. Contamos com o apoio da CNBB, OAB, ABI, IAB, Setor Jovem do MDB, DCEs dos estudantes, Frente Nacional do Trabalho, Câmara de Campos de Jordão que votou por unanimidade uma Moção de apoio e solidariedade ao MFPA. Personalidades como D. Paulo Evaristo Arns, Alceu Amoroso Lima, Barbosa Lima Sobrinho e o mais recente apoio recebido da Regional do Rio Grande do Sul do MDB, se posicionando em documento aprovado na última convenção, pela Anistia e pela Constituinte.

Após o pacote de 1 de abril refletimos e, num desdobramento lógico de nossa luta, fizemos nossa também a bandeira da Constituinte. As bandeiras da Anistia e da Constituinte se somam.

Os núcleos do Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia já desenvolveram trabalhos práticos neste sentido.

Partimos do princípio de que qualquer abertura democrática tem que começar obrigatoriamente por uma Anistia Ampla e Geral a todos os que foram atingidos pelos atos de exceção.

Agora mais do que nunca precisamos de uma Anistia Ampla. Por isso, nós do Movimento Feminino pela Anistia, conclamamos os cidadãos brasileiros a que se mobilizem para a luta que se fará em cada fábrica, em cada escola, em cada sindicato, em cada associação, em cada bairro, em cada casa. Lutemos! Nada cai do céu!

A Anistia impõe-se como um imperativo da consciência. Cabe a nós conquistá-la. Ela será o primeiro passo para o retorno ao Estado de Direito.

## **LÍDER FEMININA NA LUTA PELA LIBERDADE E ANISTIA**

“A luta pelas liberdades democráticas não é um ato subversivo, mas uma luta da qual todos devem participar, sendo que a mulher atual deve ver a necessidade de democratização e de pacificação nacional, seguindo exemplos de baianas como Joana Angélica e Maria Quitéria,” disse ontem em entrevista coletiva a presidente do Movimento Feminino pela Anistia, Therezinha Godoy Zerbine.

Hoje, às 20:00 hs., ela fará uma conferência na Associação dos Funcionários Públicos da Bahia, sobre o tema “Luta Populacional pela Independência”. Também falará o historiador e professor da UFBA, Ubirajara Rebouças.

### **Movimento**

O Movimento Feminino pela Anistia, fundado em São Paulo em 1975, quando da comemoração do Ano Internacional da Mulher, empenha-se na luta contra os atos de exceção e pela Liberdade, lutando pelos direitos políticos das pessoas atingidas por cassação, banimento, exílio ou prisão política.

O Movimento, segundo Therezinha Zerbine, está estruturado nacionalmente e o núcleo da Bahia foi fundado em 16 de janeiro de 1977, quando da sua primeira visita ao Estado, que ela considera como uma terra feliz “não só porque é o berço da nossa nacionalidade, lutando pela independência, mas também por ser o estado de mulheres que se destacaram nas lutas pelas liberdades democráticas e pela

expulsão dos estrangeiros do solo pátrio: Joana Angélica e Maria Quitéria”.

“O exemplo de Maria Quitéria deve ser tomado por todas as mulheres como exemplo de coragem e civismo, e é por essas razões, pelas lutas travadas por esta cidadã participante pela liberdade, que a escolhemos como símbolo do nosso Movimento Feminino pela Anistia,” disse.

Therezinha Godoy Zerbine revelou que existem cinco mil pessoas exiladas do país e cerca de trezentos presos políticos e que por isso se mostra favorável à eleição de uma Assembléia Constituinte, reconhecendo, porém, que “qualquer processo de redemocratização política só pode ser feito com a Anistia irrestrita aos que foram atingidos pelos atos de exceção e com a revogação de tais atos”.

“Depois do pacote de reforma do dia 1 de abril, o país perdeu todos as esperanças de se redemocratizar”. Therezinha Godoy Zerbine e todos os membros do Movimento Feminino pela Anistia, no dia 2 de julho, às 9:00 hs., vão homenagear a memória da cidadão baiana Maria Quitéria, colocando flores na estátua localizada no Largo da Soledade.

---

*Publicado no DIÁRIO DE NOTÍCIAS,  
entrevista coletiva realizada quando da ida de Therezinha Zerbine  
à Bahia, para Comemoração do Dia da Independência — Dois de  
Julho. Salvador, Bahia em 1 de Julho de 1977.*

## **PRESIDENTE DO MFPA DEFENDE FORMAÇÃO DE CONSTITUINTE**

Ao defender ontem, em entrevista coletiva, a eleição de uma Assembléia Constituinte para o país, a presidente do Movimento Feminino pela Anistia, Therezinha Godoy Zerbine, declarou que "qualquer processo de redemocratização do país tem que começar com a Anistia ampla e irrestrita a todos os presos políticos, cassados e exilados e com a revogação dos atos de exceção".

Therezinha Zerbine disse ainda que depois do pacote de reformas editado em 1 de abril pelo Presidente Geisel, "não sobrou mais esperanças para ninguém neste país". A presidente do MFPA chegou ontem em Salvador para participar da programação do núcleo baiano do Movimento para o Dois de Julho.

### **Homenagem**

A programação do Dois de Julho, que será realizada pelo núcleo baiano do MFPA, começa hoje às 20:00 hs., quando em colaboração com a Associação Feminista da Bahia, promoverá um debate na Associação dos Funcionários Públicos. Therezinha Zerbine falará sobre o tema "Luta Popular pela Independência". Além dela vão pronunciar-se o historiador Ubiratan e o professor da Universidade Federal da Bahia, Ubirajara Rebouças.

Amanhã às 9 hs., as componentes do núcleo baiano do MFPA colocarão flores na estátua de Maria Quitéria, na Soledade, em presença de Therezinha Zerbine. Não será feito pronunciamento na ocasião, pois segundo entende a

presidente do Movimento: "O silêncio tem força, e nós vamos usar a força do silêncio." A homenagem à heroína baiana, que também é a figura símbolo do MFPA, estende-se aos que lutaram no Dois de Julho.

Segundo Therezinha Zerbine, o povo baiano, mobilizado e galvanizado pelos ideais de liberdade e independência, travou sozinho a luta para a expulsão dos estrangeiros de nossas terras. Maria Quitéria, heroína desta luta, é considerada como um personagem de grande valor, representando para as mulheres de hoje um exemplo de coragem e civismo.

Maria Quitéria é tomada como símbolo do MFPA, pois representa a mulher participante e, segundo Therezinha Zerbine, as mulheres de 77 devem atentar para a necessidade da luta pela pacificação e união nacional.

Existem hoje, no país, cerca de trezentos presos políticos e, no exterior, cinco mil exilados sem direito de retornar ao Brasil, segundo Therezinha Zerbine. Adiantou ainda que o mais grave é que o governo brasileiro nega a cidadania aos filhos dos exilados, o que contraria a Declaração dos Direitos Humanos.

---

*Publicado no JORNAL DA BAHIA,  
entrevista coletiva realizada em 30 de Junho de 1977.  
Salvador, Bahia em 1 de Julho de 1977.*

## **THEREZINHA ZERBINE: HA CINCO MIL BRASILEIROS NO EXÍLIO**

O número de brasileiros exilados no exterior é atualmente de cinco mil e o de presos políticos no País está em torno de trezentos, segundo assegurou ontem a líder do Movimento Feminino pela Anistia, Therezinha Godoy Zerbine, que está em Salvador para participar de promoções do núcleo baiano do Movimento, durante as comemorações da Independência do Brasil na Bahia, "o Dois de Julho".

"O que é mais absurdo nessa situação, e que nós mulheres não podemos aceitar, é que o governo brasileiro está atualmente negando a cidadania aos filhos dos exilados," disse Therezinha, logo após explicar o sentido do Movimento, "que, antes de tudo, baseia-se nas raízes greco-romanas da palavra Anistia, que quis dizer apagar, esquecer."

Partindo disso é que as militantes se empenhariam, então, na participação da construção de um País cada vez mais autônomo, cada vez mais soberano. Ao citar esse sentido de soberania, foi lembrado à militante a questão da carta entregue por ela durante a visita de Rosalynn, mulher do presidente Jimmy Carter, ao Brasil, e que foi tomada por alguns setores como uma incoerência, pois sugeriria a intervenção de um país estrangeiro no Brasil.

Discordando prontamente deste ponto de vista, ela explicou que a carta conteria apenas uma saudação ao presidente americano pela Anistia que concedeu aos que se recusaram a lutar na guerra do Vietnã, logo no primeiro ano de seu governo.

As comemorações baianas da Independência do Brasil foram destacadas pela visitante com a afirmação de que “a Bahia diz muito pelo espírito de nacionalidade relacionado com a sua independência, pois foi aqui, neste local, que se conseguiu a independência política do País”. No dia Dois de Julho, sem qualquer pronunciamento, as integrantes do Movimento vão depositar uma coroa de flores no Monumento da heroína Maria Quitéria, símbolo da organização. “Estaremos caladas, porque usaremos a força do silêncio,” explicou.

A escolha de Maria Quitéria como símbolo prende-se aos fatores singulares que envolveram a heroína baiana, uma camponesa sem instrução e humilde, a participar das lutas de libertação da sua pátria, alistando-se no exército. “Para nós, mulheres que estamos adentrando no século XXI, é um exemplo de coragem e civismo, pois uma camponesa iletrada nos mostrou que para entender o que é justo e verdadeiro não existe necessidade de se ser um sábio.”

Esse exemplo, no entanto, não lhe levaria a fazer sugestões de participação da mulher no serviço militar brasileiro, explicando que foi uma proposta em que realmente nunca pensara antes, apesar de explicar que “a mulher e o homem, como seres humanos, são iguais, por isso as funções e os deveres de servir à Pátria tanto tocam a um como a outro”.

Ela falou um pouco sobre movimentos estudantis, explicando primeiro o contexto político da nação, quando em 1964 foi rompida a constitucionalidade e quatro anos depois, a partir de 1968, “como não havia diálogo, o grito tornou-se a fala dos que não são ouvidos”. Essa quebra da constitucionalidade também, em sua opinião acolheria perfeitamente agora a adoção de uma Constituinte, “já que se mostrou eficaz, através da história, sempre que o país encontra-se numa entaladela”.

O Movimento Feminino pela Anistia foi fundado há dois anos, em São Paulo, já tendo hoje, segundo explicou, núcleos regionais em quase todos os estados brasileiros, com exceção do Amazonas, Pará e Territórios. Uma tomada de posição que, segundo explicou, já é conhecida em todos os



setores da vida brasileira, "inclusive com correspondência e entrevistas que vão desde o Presidente Geisel, aos ministros, senadores e deputados".

"Lutar pela Anistia não é subversão, é uma bandeira sagrada, e essa bandeira paira acima de todos os interesses contrários aos da nacionalidade", resumiu a líder do Movimento. Hoje, às 20:00 hs., Therezinha Zerbine vai fazer uma conferência na sede da Associação dos Funcionários Públicos do Estado.

---

*Publicado no jornal TRIBUNA DA BAHIA,  
entrevista coletiva realizada em 30 de Junho de 1977.  
Salvador, Bahia em 1 de Julho de 1977.*

## MULHER PEDE UMA CONSTITUINTE

Salvador — A Sra. Therezinha Godoy Zerbine, presidente do Movimento Feminino pela Anistia afirmou que a luta pela anistia não significa subversão, mas sim “uma bandeira sagrada que está acima de todos os interesses contrários a nacionalidade, e só uma Constituinte poderia dar uma saída para o impasse nacional”.

---

*Publicado no JORNAL DO BRASIL  
Rio de Janeiro, em 3 de Julho de 1977.*

## ZERBINE: SÓ ANISTIA DEMOCRATIZA O PAÍS

“Humilha e envergonha qualquer nação civilizada”. Esta é a opinião de Therezinha Zerbine, presidente nacional do Movimento Feminino pela Anistia no Brasil, a respeito da posição de autoridades diplomáticas brasileiras que no exterior têm negado insistentemente aos filhos dos exilados políticos, passaportes e até mesmo simples documento de identidade.

Ela está em Natal desde anteontem à noite, e proferiu, noite passada, na Câmara Municipal, conferência exortando os natalenses a se engajarem no movimento pela Anistia, criado em 1975 Ano Internacional da Mulher, e contando hoje com onze núcleos estaduais, inclusive o daqui, presidido pelo deputado estadual Roberto Furtado (MDB).

Para Therezinha Zerbine, que concedeu entrevista coletiva à imprensa, “anistia é liberdade e, mais do que um direito é um dever”. Por isto, “temos que superar o medo, e dentro dos princípios de Igualdade, Desenvolvimento e Paz, precisamos lutar por ela”.

## FEMINISMO: DE BERTA LUTZ AO MOVIMENTO BAIANO

*Texto de Marcos Luedy*

A história do homem registrou, nos seus anais, como o sexo masculino sobrepujou e oprimiu o sexo oposto. A mulher, no seu processo histórico, sofreu, reprimiu-se, acatou e agora, pouco a pouco vai tomando consciência desta repressão e de quem é o causador deste estado de coisas. No século passado, 129 mulheres operárias em greve foram brutalmente assassinadas em Cotton, Nova Iorque. E as crianças do sexo masculino eram confiadas a um gramático e tinham toda uma educação esmerada. As do sexo feminino só aprendiam o que as mães lhes ensinavam e eram guardadas para procriação, como se fossem animais. Nas regiões onde o gelo é eterno, os esquimós ainda hoje dão sua mulher de presente ao eventual visitante, para que o mesmo possa passar a noite mais aconchegado. Na Idade Medieval, a mulher era sinônimo de feiticeira e muitas delas, por qualquer motivo, eram queimadas inocentes na fogueira da Santa Inquisição, a exemplo do caso Joana D'Arc, hoje heroína francesa.

Uma das coisas que determinaram a mudança deste panorama deprimente, favorecendo uma maior compreensão e participação feminina no contexto social, foi quando, no século XVIII, com o advento da Revolução Francesa e seus ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, as mulheres iniciaram uma tímida, mas inevitável mudança de comportamento, motivadas pela diferença de formas de trabalho

experimentadas com o então recente processo de industrialização, contrapondo as tradicionais maneiras de trabalho da Idade Média.

Daí em diante, mais politizadas, estas moças, mães e viúvas operárias foram assimilando e desenvolvendo uma tendência sempre crescente de sentirem que não mais estavam separadas e isoladas.

Que a dor de uma, era a dor geral. Então, unidas, começaram a reivindicar e gritar por seus direitos. As mulheres começaram a fazer greves, a serem presas e assassinadas, a realizarem comícios e abalarem a opinião pública do mundo. Em 1919, Clara Zetkin, na Dinamarca, lança a proposta do Dia Internacional da Mulher: 8 de março. Em 1917, na Holanda e na Rússia as mulheres conseguem o direito de votar e serem votadas.

Em 1920, os Estados Unidos também acatavam esta determinação. No período de 1952, nas Nações Unidas, uma Assembléia Geral aprovou a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher.

### **Berta Lutz, a Pioneira**

No Brasil, apesar do exemplo europeu e norte-americano, o movimento feminino só foi alcançar o mínimo necessário para ser considerada como um "movimento" no começo deste século. Em 1907, houve manifestações organizadas em São Paulo quando mulheres costureiras conclamavam suas companheiras a participarem da resolução dos problemas enfrentados pelo trabalhador em geral.

A principal figura, inclusive pioneira no Movimento Feminino Brasileiro, a bióloga Berta Lutz, foi quem, a partir do seu retorno da Europa, em 1919, começou a batalhar incansavelmente pelos ideais do sexo feminino, não tão frágil como diziam. Não foi uma luta fácil e atualmente ainda continua difícil. Havia opiniões que sustentavam ser a mulher inadequada para campanhas políticas. Segundo um jornal paulista "... na política, a mulher jamais se sentirá bem. A sua pesada atmosfera requer pulmões fortes".

Em 1916, o Código Civil Brasileiro considerava parcialmente incapazes "... os índios, os loucos, os menores e as

mulheres casadas...". Berta Lutz não descansou e criou várias entidades, com participação feminina ampla como a União Universitária Feminina, União Profissional, União das Funcionárias Públicas, Liga Eleitoral Independente.

Por fim, depois de muitas batalhas, frente às pressões, as mulheres alcançaram o direito de voto. Isso aconteceu em 1934, durante a realização do II Congresso Internacional Feminino feito na cidade do Rio de Janeiro. Depois disso, o movimento continuou seus trabalhos que foram intensificados durante a 2.<sup>a</sup> Grande Guerra Mundial, quando as mulheres se reorganizaram, criando comitês, comissões, e, no final da Guerra, fundando a Federação de Mulheres do Brasil e Comitê das Mulheres pela Democracia, ambas as entidades de cunho já bastante político.

Atualmente, desencadeia-se a nível nacional uma tendência das mais necessárias para o progresso sócio-cultural da mulher brasileira.

Com o reconhecimento da ONU do dia 8 de março como sendo o Dia Internacional da Mulher e sua comemoração efetivada em todo o país, acendeu-se a chama da procura da emancipação e participação social feminina que tanto Berta Lutz fomentara durante seus 57 anos de luta pelos direitos de suas conterrâneas e companheiras de sexo.

### **Associação Feminista da Bahia**

A necessidade de se concentrar esforços no sentido de desenvolver uma luta da reivindicação de direitos femininos e sociais foi o motivo que levou, meses atrás, um punhado de mulheres baianas a fundarem a Associação Feminista da Bahia. Na ocasião, a entidade foi lançada através de um seminário que durou precisamente três dias, onde vários assuntos foram abordados e expostos para questionamento do grande público. Dentre estes temas foi efetivado um grupo de estudos baseado num livro do economista Chico de Oliveira; projetada uma película denominada "Fogo de Palha", e, para fechar o referido seminário, a temática escolhida foi um debate sobre os objetivos da A.F.B. que, surgida no começo do ano, só então tinha sido levada oficialmente aos meios intelectuais, estudantis e religiosos de Salvador.

No término da programação diversas personalidades ligadas ao Movimento Feminino Nacional estiveram presentes, entre elas Jane Raschkovky, do jornal paulista "*Nós, Mulheres*" e a socióloga Inaiá de Carvalho, da Universidade Federal da Bahia.

As conclusões que se puderam tirar do seminário foram de grande valia para as componentes da Associação Feminista da Bahia, uma vez que foi dada bastante ênfase, naquela oportunidade, ao debate da questão da participação feminina na sociedade. No referido encontro houve chance das pessoas presentes tomarem conhecimento de uma gama de fatos e verdades, inclusive históricas, que favoreceram a uma tomada de posição baseada naquilo que foi apresentado, sugerido e discutido no seminário.

Atualmente, a associação está em fase de estruturação de objetivos, além de realizar estudos sobre o papel da mulher no seu contexto social. A partir destas pesquisas se verá que tipo de atuação será efetivada na cidade de Salvador.

A entidade, desde a sua fundação, já começou a dar seus frutos como o recente desligamento de algumas de suas componentes para a formação de um novo grupo com características e métodos próprios, sendo que o objetivo final continua o mesmo: o papel da mulher na luta das transformações sociais.

Indagada sobre as perspectivas deste novo grupo feminista baiano, uma das integrantes especificou que "de modo geral, todo movimento feminino é visto como "coisa de mulher", dizendo que as pessoas deste sexo gostam mesmo é de falar, fofocar e se reunir para nada, só para baterem papo. Mas esta é a reação de uma pessoa desinformada".

"As pessoas que têm um nível de informação mais elevado já estão respeitando e se posicionando a favor do processo de emancipação feminina desde que este não se desvincule da luta mais geral do povo brasileiro". Sobre este aspecto, Maria Renilda Daltro Moura, presidente do Diretório Acadêmico de Filosofia da Universidade Católica de Salvador, afirma que "... realmente não se pode desvincular a luta feminina da luta social". Não se pode reivindicar

uma falsa "libertação feminina", sem observar a atual situação histórica brasileira que necessita da união de todos os setores para a resolução dos problemas mais gerais como por exemplo, o alto custo de vida. Decerto que os problemas femininos são importantes, mas eles, quando específicos, deverão ser solucionados após uma outra transformação mais urgente necessária e por que não dizer, histórica".

## **Participação**

Quanto à Associação Feminista da Bahia, sua secretária geral, Cleuza Zanetti, coloca a entidade como aberta à participação de todas as pessoas, inclusive do sexo masculino. A luta feminista traz a falsa impressão de ser um movimento exclusivamente feminino.

Na verdade, tanto a mulher como o homem, têm, desde a infância, uma carga de ensinamentos que levam as crianças a terem comportamentos diferentes entre si. Quem não se lembra quando o pai fala para o filho que "homem não chora", quando este, por qualquer motivo, dá vazão a este instinto? Quantas vezes a mãe não discrimina a filha nos folguedos infantis, aconselhando existirem "brincadeiras que não são para meninas?" Deste modo, tanto a participação masculina quanto a feminina na sociedade é cheia de preconceitos, poréns e instintos, desde a tenra infância, reprimidos.

Baseado nisso é que ficaria ilógico uma unilateridade na procura de mudança deste estado de coisas. Se a mulher procura sair do entrave histórico, o homem, por força de sua própria educação terrivelmente machista, também necessita tomar consciência da urgência de mudança do seu comportamento social.

Feminismo é uma luta sem sexo, uma luta do ser humano na sua escala evolutiva. Não tem razão ser assumido só pelas pessoas do sexo feminino. Infelizmente, o termo e o movimento foram deturpados desde quando começou a luta. Nos países europeus, as primeiras mulheres que assumiram a difícil tarefa de serem pioneiras, eram tachadas de lésbicas, mulher-macho e outras baboseiras semelhantes pela diferença de comportamento das outras que ficavam em casa,



assumindo o papel tradicional de acomodadas mães de família.

Depois do massacre de Nova Iorque, em 1857, o Movimento Feminino Mundial só fez crescer na sua escala de conscientização geral. No Brasil, só no sul do país, dois jornais são de alçada exclusivamente feminina, o *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, sendo que o fato de serem feitos só por mulheres não exclui a participação masculina, é claro.

Em Moçambique, as mulheres se reuniram na Organização das Mulheres Moçambicanas (OMM) e estão numa campanha ideológica para erradicar a opressão que existia anteriormente naquele país, e que só agora se tem condições de construir uma frente ampla para a reparação deste erro.

Por fim, nos Estados Unidos, apesar desta nação levantar bandeiras em favor dos direitos humanos (com discordância de alguns países de que sejam realmente verdadeiras) numa pesquisa recente, demonstrou-se que uma significativa parcela da população feminina apanha dos seus maridos, que já se constitui, segundo o livro "Wife Beating: the silent crisis" (Espancamento de Esposa: a crise silenciosa), um esporte nacional.

Maria Quitéria, se tomasse conhecimento destes acontecimentos, estaria dando voltas no túmulo.

### **Movimento Feminino pela Anistia Núcleo Baiano**

"Vivemos numa nação dividida. Milhares de brasileiros estão impedidos de participar da vida do país por força de prisões, banimentos e cassações políticas.

A busca da união da nação brasileira em torno dos ideais de justiça e liberdade impõe como necessidade urgente a Anistia ampla e irrestrita a todos aqueles atingidos por atos e leis de exceção..." Com este manifesto, o núcleo baiano do Movimento Feminino pela Anistia começava, meses atrás, a encampar uma luta de caráter nacional em defesa dos direitos humanos, principalmente dos presos políticos.

Este grupo de cerca de trinta mulheres, na sua maioria estudantes e profissionais liberais, tem na figura de Maria Quitéria, heroína nacional, seu símbolo de mulher participante nos destinos da nação.

A fundação da entidade foi bastante motivada pela chegada e intervenção, na Bahia, da advogada Therezinha Zerbine, líder nacional do Movimento pela Anistia, que sugeriu através de contatos pessoais a necessidade do núcleo baiano.

As programações efetuadas pelo grupo começaram com debate sobre direitos humanos, no auditório das Mercês, dia 8 de março, com a presença de duas sociólogas e do abade do Mosteiro de São Bento, D. Timóteo Amoroso. No Dia das Mães, a entidade imprimiu um cartão com uma poesia de Édila Mangabeira, intitulada "Balada da Mãe do Preso", distribuindo-o em algumas igrejas da cidade.

A 15 de junho ocorreu o Culto Ecumênico, baseado nos Direitos Humanos e em trechos da Bíblia. Anteriormente, o grupo tinha se manifestado no Ato Público organizado pelos estudantes, lendo um manifesto elaborado com vistas à situação emergencial em que se estava. Por fim, nas programações do 2 de julho, o grupo liderado por Therezinha Zerbine levou flores à estátua de Maria Quitéria, na Soledade.

O Movimento Feminino pela Anistia, de caráter nacional, foi fundado em 1975, não ocorrendo antes por causa do medo e preconceito ainda existentes no país.

Apenas em 1945 é que houve uma Semana de Anistia. E o governo da época, pressionado pela força que vinha da junção das diversas camadas populares, teve que interceder, elaborando um decreto concedendo o benefício pedido por milhares de pessoas, aos presos e exilados políticos. De lá para cá houve um grande hiato que só foi quebrado pelo MFPA.

De modo geral, inclusive, muitas coisas que, no Brasil, eram omitidas há um tempo atrás, hoje já se podem comentar, analisar, criticar, pelo próprio processo histórico de conscientização de algumas camadas mais informadas da população, assim como, a nível menor, do povo em geral.

O manifesto dos juristas, a problemática estudantil, o encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) são sintomas de que já se pode, embora ainda não tão fortemente, se movimentar mais organizadamente para reivindicação de direitos, levantamento de questões, etc. Por isso, foi acompanhando todo esse processo que se deu o surgimento da entidade nacional em defesa dos presos políticos, destacando-se uma pessoa como líder do movimento: a advogada, mãe de dois filhos, Therezinha Zerbine. Tendo representado o Brasil no México ela conseguiu que 3.000 pessoas a aplaudissem de pé, quando da leitura da moção pedindo a libertação dos presos políticos de todo o mundo.

Depois disso o movimento elaborou em Manifesto da Mulher Brasileira, assinado por 12.000 mulheres que foi levado ao Senado e à Câmara. Segundo a Sra. Zerbine, as perspectivas da entidade são as melhores possíveis, pois sabe-se perfeitamente que a anistia é uma questão fundamental dentro de qualquer projeto conseqüente de abertura democrática, além de não ser uma luta só de mulheres, mas de todo o povo brasileiro.

Apesar da resistência de algumas entidades mais tradicionais em apoiar o movimento, o grupo liderado pela sra. Zerbine já conta com a solidariedade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), além de várias personalidades do mundo sócio-político brasileiro.

---

*Publicado na A TARDE.*

*Salvador, Bahia em 8 de Setembro de 1977.*

## **INTERVENÇÃO FEITA NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 1977**

O Movimento Feminino pela Anistia há dois anos e meio vem lutando contra os atos de exceção e a favor da Anistia. Quando outro mérito não tivesse, teria o de ter sido o primeiro Movimento organizado com a finalidade específica de lutar pela Anistia.

No dia 29 de abril próximo passado, quando da reunião do Diretório do MDB de São Paulo, o Movimento Feminino pela Anistia elaborou um documento pedindo que esse Diretório assumisse posição firme e coesa pela Constituinte, por estar esta Constituinte de acordo com as aspirações da gente paulista e ser coerente com a nossa História. Este documento foi lido no início da reunião por sua Excelência o Presidente desta Casa, Deputado Natal Gale.

Neste Palácio Nove de Julho, cujo nome é homenagem à epopéia dos paulistas que, em 1932, se levantaram pela Lei e por uma Constituinte, onde nos encontramos hoje, nós herdeiros do ideal de Justiça e de generosidade da gente paulista, assumimos nesta noite, perante a História, a mesma responsabilidade cívica, pela Constituinte Livre e Soberana.

Nós do Movimento Feminino pela Anistia afirmamos perante a Nação que qualquer abertura democrática conseqüente tem obrigatoriamente que começar pela Anistia.

Nosso trabalho se insere num trabalho de Paz! A Pacificação da Família Brasileira. Mas não queremos a paz dos cemitérios, e sim a paz que é fruto da Justiça.

A Anistia virá restaurar direitos que foram lesados. Quando se cassaram pessoas, nelas foram cassadas correntes

de pensamento, e não é admissível que um novo pacto social seja elaborado com a ausência destas correntes, que quer queiram ou não, fazem parte da nacionalidade.

A Anistia virá desarmar os espíritos e ela se impõe com uma necessidade imperiosa.

Nós do Movimento Feminino pela Anistia, que está estruturado nacionalmente, somamo-nos à luta do MDB por ser também a nossa luta, pela Constituinte e pela Anistia.

**Anistia é Paz! Chegou a hora da Paz!**

## QUINZE MIL MULHERES NA LUTA PELA ANISTIA

“Nós, mulheres brasileiras, cômicas dos nossos direitos de cidadãs, estãvamos amarguradas com a situaçãõ da família brasileira. Por isso escolhemos o campo da paz para trabalhar. O nosso trabalho é um trabalho de paz. Mas não queremos a paz dos cemitérios. Queremos a paz, fruto da justiça”.

Assim, a advogada Therezinha Zerbine, uma das fundadoras e atual líder do Movimento Feminino pela Anistia falou aos repórteres que a cercavam, na tarde de sábado, em Belo Horizonte. A advogada veio à cidade para participar do Encontro Mineiro do Movimento Feminino pela Anistia.

### Um Sonho

Com a quebra das garantias constitucionais no Brasil, explicou Therezinha Zerbine, a família começou a sofrer. “Sabemos que no campo político é normal haver divergências, mas sempre, quando essas começavam a passar, a Anistia se impunha como um elemento pacificador. A verdade é que a criatividade, a ciência e a cultura de um povo se baseiam na liberdade, e o ser humano só desenvolve as suas potencialidades quando é livre. Por isso a nossa luta é pela justiça e pela liberdade, valores esses que estão no substrato do ser humano desde as épocas mais remotas”.

Já há alguns anos, conta a líder do MFFPA, “um grupo de mulheres acalentava o sonho da pacificação da família brasileira. Em 1975, a ONU estabeleceu o Ano Internacional da Mulher, que tinha como princípios básicos a igualdade,

o desenvolvimento e a paz. Nós escolhemos a luta pela Paz e criamos o Movimento Feminino pela Anistia, em março de 1975. A princípio éramos apenas um grupo, somos cerca de quinze mil mulheres em todo o Brasil, hoje. Marcamos nossa presença em tribuna internacional, quando participamos do Congresso da Mulher, realizado pela ONU, em 1975, no México. A tese que levamos lá, foi a Anistia a todos os presos políticos do mundo, homens e mulheres”.

### Uma Confiança

“A Anistia é um imperativo de consciência”, disse Therezinha Zerbine, “e é, acima de tudo, uma necessidade. Nossa arma é a verdade, e é através da verdade que procuramos ganhar a consciência das mulheres brasileiras, onde elas estiverem. O Movimento Feminino pela Anistia é essencialmente brasileiro, não tem ligação com a Anistia Internacional. É um movimento nacional, pois achamos que temos primeiro de buscar a justiça em casa”.

“Nossa missão,” disse ela, “é espalhar a confiança e a absoluta certeza que temos de que essa é uma causa justa, e que por isso, mesmo caminhando devagar, vai vencer. Queremos apenas a justiça, que aliás sempre esteve presente na história do Direito no Brasil. A justiça e a paz estão na própria índole do brasileiro, que nunca foi povo dado a ódios e rancores. E nesses 14 anos, a estrutura mental do brasileiro não mudou”.

“Eu acredito — disse ela — na generosidade, na cordialidade e na inteligência de um povo jovem, que tem o futuro pela frente. Nunca fomos barrados por ódios ou rancores intransponíveis. Falam tanto nas tradições brasileiras, e basta você estudar nossa história para ver quais são nossas tradições mais caras. Veja, por exemplo, o caso do Duque de Caxias, um herói nacional que se projetou e foi reconhecido pelo povo brasileiro exatamente por ter sido um pacificador”.

Therezinha Zerbine explica que em 1945 as mulheres brasileiras empalmaram a bandeira da Anistia. “Já não é a primeira vez que saímos a campo para fazer esse trabalho. A Anistia é um conagraçamento, é a união do povo que diz

seu chega, seu basta. O governo está propondo a diminuição da penas previstas na Lei de Segurança Nacional, para pacificar a família brasileira. Mas não somos ingênuas. Sabemos que quando se está no escuro, acender uma vela é bom. Mas o que queremos é a Anistia ampla e geral a todos os atingidos pelos atos de exceção. As medidas paliativas não nos enganam”.

---

*Publicado no jornal DIARIO DA TARDE,  
Belo Horizonte, 24 de Outubro de 1977.  
Encontro das Mulheres Mineiras do MFPA realizado em  
23 de outubro de 1977,  
realizada no Colégio dos Bancários com cerca de 250 mulheres.*



**PALESTRA REALIZADA NA CÂMARA DOS  
DEPUTADOS DE FLORIANÓPOLIS, SANTA  
CATARINA, NOVEMBRO DE 1977.  
INSTALAÇÃO DO NÚCLEO DO MFPA DE  
SANTA CATARINA**

A todos vocês, às organizadoras do núcleo, aos deputados que tão gentilmente cederam a casa, a todos que estão aqui para me ouvir, quero em primeiro lugar deixar claro que não vim fazer uma conferência, nós vamos conversar. O que nós vamos fazer é uma palestra rápida para depois dar oportunidade ao diálogo. Porque nós precisamos começar a dialogar no Brasil. São 13 anos de monólogo, chegou a hora de conversar, porque divergências são naturais e humanas, até nas famílias acontecem, mas conversando a gente se acerta, as vezes uma coisa que a gente achava intransponível deixa de ser.

Em primeiro lugar eu vou explicar como nasceu o Movimento Feminino pela Anistia, que surgiu de uma necessidade emergencial do Brasil. Em 1964, a constitucionalidade foi quebrada e o país passou a viver na exceção. Todo mundo sabe que a ordem constitucional foi quebrada e usaram, para quebra dessa constitucionalidade, o argumento que estavam defendendo a democracia. Mas, passaram-se 13 anos, vamos entrar no 14.º ano e ela não foi restabelecida no Brasil, que vive na excepcionalidade, então alguma coisa muito grave aconteceu. Houve a falta de verdade e faltar com a verdade é a mentira, é crime contra o espírito. De 1964 até 1975, éramos um grupo de mulheres muito sofridas, muito amarguradas e como cidadãs nos angustiávamos ao ver a sorte do nosso país. Realmente sofriamos muito como todo o povo. Mas

até 1975 ninguém falava em anistia, porque era um tabu. Quando nós começamos a luta pela Anistia, muita gente perguntava "Por que movimento feminino?" Eu digo que há um estudo da Unesco que diz: a escolha de um objetivo e a criação de condições para se chegar a esse objetivo, isso se chama política. O nosso Movimento Feminino pela Anistia é um movimento político, mas apartidário. Nós colocamos que a anistia é necessidade imperiosa da consciência e cabe a nós, do MFPA, ganhar essas consciências aonde elas estiverem, até do lado de lá. O movimento tem muito valor, pois ganhar quem já fala nossa língua não é ganhar, nosso papel é ganhar consciências.

Aproveitamos o Ano Internacional da Mulher organizado pela ONU cujos princípios eram igualdade, desenvolvimento e paz. Evidente que escolhemos o campo da paz para trabalhar, nos empenhamos em uma luta séria por justiça e liberdade. E a gente só luta pelo que não tem, não se trava uma luta para conseguir o que já se tem não é?

Anistia é fundamental no país hoje, quando estamos vivendo num caos político, econômico e jurídico. A situação do país é trágica. A nossa dívida externa é uma barbaridade mas, o problema mais sério do país é o problema político.

Arduo para nós do MFPA foi começar o movimento, que é estruturalmente político, porque a mulher tem aversão à política. Mas, a mulher precisa passar a entender que as soluções, que quase tudo na vida é política, que o homem é um animal político. Na igreja, na universidade, em nossas relações com nossos maridos, com nossos filhos são relações políticas, que quando a gente puxa demais a corda arrebenta. Então a verdade que temos que saber é que somos iguais aos homens, não existe diferença entre o homem e a mulher, a nossa única diferença é biológica, só isso. Porque o ser humano tem inteligência e inteligência não tem sexo. A nossa postura não é uma postura de feminista. Nós não estamos numa luta feminista. Nós estamos numa luta de mulher como companheira do homem. Porque a libertação da mulher é a libertação do ser humano. Nós não podemos construir nada sem liberdade. A liberdade está na raiz, no fundamento de tudo.

Nós começamos nosso trabalho devagarzinho, dizendo que éramos fontes de vida, responsáveis pela sociedade do hoje e pelas transformações do amanhã, então muita gente dizia: "Ah, mas isso é campanha de paz e amor, bicho!" Nós dizíamos: deixa, não vamos radicalizar nada. Nós não usamos jargões políticos, pois a anistia servirá para desarmar os espíritos. Vamos entrar no 14.º ano de divergências, de país dividido — um país civil e um país militar. Os militares usurpando todos os cargos políticos do país, eles que tem sua função precípua marcada pela Constituição. Aos políticos cabe a política e por isso está esse caos, essa confusão. Quer dizer, os economistas tem que planejar a economia mas, nós temos que ter parlamentos livres, temos que ter toda uma estrutura de verdade para nos contestarmos. Vejam vocês: os militares chegaram ao poder dizendo que eram os defensores da soberania nacional e em seu governo foi quebrado o monopólio do petróleo, que foi luta e conquista nacionalista, que foi luta e conquista de um povo, porque todo mundo sabe que petróleo é liberdade, petróleo é o sangue de um país. Isso é muito triste. Nós não somos uma nação de 110 milhões de débis mentais. Somos uma nação de seres pensantes.

E o que acontece hoje? A mocidade vai para a rua para lutar, para gritar por justiça e liberdade. Essa mocidade, em 1964, tinha 7, 8 anos, eram crianças. Então, a revolução não ganhou ninguém. Ou será que essa mocidade é imbecil, não pensa? Todos os desencontros que existem é justamente porque quem estuda sabe e, quando vai analisar o processo vê que está tudo errado. Mas tudo tem solução. O Sadat agora deu um exemplo ao mundo. Sadat foi o líder que substitui Nasser no Egito — onde havia aquela mística do nasserismo, aquele fanatismo. Sadat pegou uma nação fanatizada. Mas, foi dirigindo-a, e na hora em que ele viu que o importante para o povo dele era fazer o que ele fez, não teve dúvidas, mesmo sendo chamado de traidor da causa árabe.

Nós também precisávamos de um gesto de grandeza do governo que este governo tivesse a grandeza de ver, que visse que os moços vão ser as lideranças de amanhã, quer queiram ou não. Por exemplo: eu já estou com 49 anos, estou quase no fim da vida, pois depois dos 50, 60 anos a gente vive de gás, o gás que tiver. Não é possível que os

anciãos tenham a pretensão de segurar uma nação moça, uma nação que tem 60% da população com menos de 21 anos de idade. Uma nação de gente que estuda, que pensa, que quer realizar, fazer alguma coisa e é impedida.

Depois da quebra da constitucionalidade vieram as cassações. Foram cassados ex-presidentes da República, magistrados, militares, profissionais liberais, operários, o povo enfim. Quem discordava foi cassado, quem divergia foi cassado. Mas o comportamento não pode ser de terra ocupada, porque essa terra é nossa, é de todos nós, somos nós que vamos tocar e dirigir, temos o direito de participar da vida nacional.

Em 1964, tentaram arrolhar a imprensa, os meios de comunicação, tentaram castrar nossa juventude, amordaçar a voz de nossa mocidade. Todo mundo sabe que o grito é a fala dos que não são ouvidos. Então, veio a rebelião e vivemos os dias trágicos de 68 a 75. Será que não se aprendeu nada em todo esse tempo? Será que todo sacrifício foi em vão? Sacrifício de todos os lados: de mães, de pais, de filhos, até dos torturadores, até de quem cometeu a violência contra os outros. Porque em sã consciência ninguém faz isso, então é hora da gente parar para pensar. São 13 anos. A natureza que é a fonte primeira de todas as coisas mostra que as águas de um rio que correm, não refluem. Nós mulheres brasileiras, nós o povo brasileiro, nós os cidadãos conscientes não podemos entender como fatos passados há 13, 14 anos atrás ainda venham influir como entrave do progresso e da paz nacional. O MFPA luta pela paz, pela união e concórdia. A anistia é um instituto do direito, ela se baseia na liberdade, faz parte do histórico, do direito da nossa terra. Sempre houveram dissensões. Mas passado o calor da dissensão, o normal era as águas do rio voltarem ao leito. A anistia vinha como a solução dos problemas políticos e jurídicos.

Alguna coisa de estranho, de alienígena aconteceu neste país. Porque 14 anos se passaram e a anistia hoje ainda é um fantasma. Caxias que se projetou na história como pacificador, como patrono do exército brasileiro, ele ia com a anistia na mão. O que mudou? O patrono não foi.

Há de importante que estamos há 23 anos do século 21, no fim de uma civilização e começo de outra. Nós temos pouco tempo para transformar essa nação e vamos precisar desse contingente humano de 60%, dessa mocidade pura, generosa, querendo produzir, querendo trabalhar e todo mundo entravado com esse negócio de segurança. Não existe segurança sem paz, sem liberdade.

Então o que estamos fazendo é uma pregação. Queremos ganhar consciências, queremos dialogar. Precisamos de paz para a reconstrução da nação e todos precisam ser os artífices dessa construção.

Com o pacote de abril paramos um pouco para refletir. Nós vimos que foram esvaziados todas as nossas esperanças. Como não haviam esperanças, resolvemos pegar como nossa a bandeira da Constituinte. Porque a Constituinte também será a forma que vai promover uma constituição — que é a lei maior para reorganizar a vida política nacional. Acontece que essa Constituinte terá que ter um pressuposto básico que é a anistia. Porque quando se cassaram pessoas, não foram pessoas cassadas, mas sim, correntes do pensamento. E essas correntes têm que ser reintegradas no processo político nacional, porque quer queiram ou não, elas fazem parte da nacionalidade e somente uma constituinte livre e soberana poderá reformular a política nacional e propiciar uma ordem constitucional que será duradoura e consequente.

Vejam: hoje a situação do país é uma situação de iniqüidade e injustiça — nós não temos habeas corpus que foi uma conquista da humanidade, durante a idade média; então, voltamos para trás séculos. Estamos desrespeitando a declaração dos direitos do homem, quando esta diz que a vontade do povo será a base de autoridade do governo e essa vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto. Quer dizer, o Brasil está desrespeitando um compromisso assinado internacionalmente. Um país quando assina um compromisso como esse, esse compromisso passa a ter força de lei maior. A nossa própria Constituição, a constituição vigente no país que foi feita na excepcionalidade diz: Todo poder emana do povo. Podemos

então notar que existem muitas coisas erradas e de certa forma todos nós temos muito de responsáveis, porque pecamos por omissão, porque todos podemos fazer alguma coisa de algum jeito. Nas escolas, nas igrejas, nas organizações de trabalho, nas nossas associações. Por exemplo: tem a associação dos advogados. Advogado que não acreditar em justiça e liberdade pode procurar outra profissão. Mas a Ordem dos Advogados até hoje não se manifestou pela anistia.

Agora vejam vocês que no Recife dois presos políticos, Rolin Sondi Cavalcanti e Carlos Alberto Azevedo que cumprem prisão perpétua, entraram em greve de fome. Não é para pedir liberdade para sair às ruas, porque eles tem consciência que foram julgados por um tribunal e que suas penas são perpétuas, nem caberia a nós pedir para eles a libertação pura e simples. Mas pela própria declaração dos direitos humanos cabe que essa pena não seja suplantada em força e em arbítrio. Desde que estes homens foram condenados à pena de prisão perpétua, é de justiça que se peça que os dias deles sejam humanizados. Isso todos nós podemos fazer em nossas organizações, em nossos clubes de mães, nas igrejas e nós não fazemos. Gente, isso não está acontecendo na China, está acontecendo aqui e se a gente não pode fazer muito, que faça o pouco. Aqui, é muito comum todo mundo pichar o que os outros estão fazendo. "Ah, o MFFPA não dá certo porque não tem homem. . ." Ora, se os homens querem lutar pela anistia. . . O nosso MFFPA não tem no seu ideal liderar exércitos de gente, a nossa função é levantar consciências, que se mobilizam em suas áreas de trabalho para pedir, porque a petição é o direito mais sagrado do ser humano. Então, é um trabalho político que pode e deve ser feito. Porque anistia não é subversão. A bandeira da anistia não é uma bandeira subversiva como a bandeira da constituinte não é também. A Constituinte está pedindo uma lei maior que reintegre toda a realidade nacional, todos os anseios da nação. E são essas as bandeiras que nós pregamos, por essas bandeiras que lutamos e conclamamos homens e mulheres livres deste país a cerrarem fileiras com nossa luta, com esperança de que os frutos serão em breve conseguidos.

E a esperança é o porvir, e o porvir vai depender de nós, da nossa fé, da nossa luta e nosso trabalho.

Como estou em terras catarinas e sei da formação racial de vocês — há a miscigenação do caboclo, dos açoreanos, da imigração alemã. Tudo isso deu uma raça muito boa. Eu mesma, por parte de mãe sou neta de português e alemão, e sei que é um povo trabalhador, um povo que se miscigenou com o brasileiro e o brasileiro tem ansia de liberdade. Não é só o brasileiro. A humanidade, através dos séculos sempre lutou pela liberdade e justiça. Então, se o porvir depende de nós, de nossa fé, da nossa luta e do nosso trabalho — ao trabalho pois.

## **MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA FAZ ENCONTRO EM SÃO PAULO**

Com a presença de mais de trinta representantes de todo o país, o Movimento Feminino pela Anistia deu início, ontem, em São Paulo, ao I Encontro Nacional pela Anistia no Salão de Conferências do Hotel Eldorado. Na abertura do encontro, a presidente da entidade, Therezinha Zerbine, conclamou “o povo brasileiro para que se entrincheire na batalha pela liberdade dos trezentos presos políticos em nosso país e pelo direito de retorno de cinco mil pessoas exiladas”. “Além disso, acrescentou, exigimos a explicação sobre os incontáveis desaparecimentos”.

Therezinha Zerbine acusou o governo de estar negando cidadania aos filhos de exilados políticos, o que é uma desumanidade.

A presidente do Movimento Feminino pela Anistia anunciou que amanhã, Dia Universal dos Direitos Humanos, a entidade divulgará um documento relatando “os terríveis sofrimentos por que passam as mãe brasileiras cômicas de suas responsabilidades que vivem sob o peso da luta em favor de seus filhos presos ou exilados”.

### **Denúncias**

As representantes do MFPA presentes ao I Encontro Nacional pela Anistia fizeram várias denúncias sobre atos de desrespeito aos direitos humanos em seus Estados, que serão juntadas em relatório, ao documento que a entidade lançará amanhã, no encerramento de sua reunião nacional.



Eni Raimundo Moreira e Marta Ramos, duas advogadas observadoras que integram o escritório do advogado Sobral Pinto disseram que o juiz auditor Antônio Rosas, acolhendo uma representação em favor dos presos de Itamaracá, declarou inconstitucionais as restrições determinadas pelo Secretário da Justiça de Pernambuco, Sérgio Higino, que não tomou conhecimento da decisão judicial.

Essa atitude, segundo Therezinha Zerbine, demonstra que o Secretário da Justiça de Pernambuco estaria seguindo as ordens de seu chefe, o governador Moura Cavalcanti, que teria declarado: "O que os presos querem? Eles têm comida, cama, roupas. Se querem entrar em greve de fome, que morram".

A representante do MFPA em Recife denunciou o isolamento carcerário a que estão submetidos os presos políticos Carlos Alberto Soares e Rolin Sondi Cavalcanti, impedidos de tomar sol com os demais detentos e com sua correspondência censurada.

Entre representantes do MFPA, presentes ao encontro, estavam Maria Augusta de Oliveira, esposa de David Capristano da Costa (desaparecido há três anos, depois que retornou de seu exílio na Tchecoslováquia) e Francisca Brizola Rotta, irmã do ex-governador Leonel Brizola.

A abertura do I Encontro Nacional pela Anistia ocorreu durante um almoço. Às 17:00 hs., houve culto ecumênico na Capela Nossa Senhora do Sion, durante o qual as representantes do MFPA pediram em preces pelo fim da greve de fome dos presos políticos de Itamaracá, no Recife. Hoje, às 20:00 hs., será realizada, na Câmara Municipal, uma palestra da escritora Mila Cauduro, presidente do núcleo do MFPA no Rio Grande do Sul, sobre "A Importância da Participação Política da Mulher".

## O ENCONTRO NACIONAL PELA ANISTIA

Ao abrir ontem o I Encontro Nacional do Movimento Feminino pela Anistia, Therezinha Zerbine, presidente da entidade, anunciou que será lançado amanhã, quando se comemora o aniversário da Assinatura da Declaração Universal dos Direitos do Homem, um documento que “será a nossa afirmação com cidadãs brasileiras cômicas de nossas responsabilidades perante a Pátria, depois dos quase 14 anos nos quais a Nação se encontra dividida. Como mães, mulheres e profissionais, ressaltou, não podemos aceitar esta situação”. O encontro reúne em São Paulo representantes de quase todos os Estados brasileiros.

Therezinha Zerbine não quis adiantar maiores detalhes sobre o documento, afirmando apenas que “ele precisa ainda de uma elaboração final”. Citou, no entanto, diversos acontecimentos que provavelmente serão mencionados no documento, “como o fato de o governo brasileiro negar a nacionalidade para os filhos dos exilados. Isso, frisou, é uma desumanidade e um arbítrio com o qual não concordamos”.

Segundo a presidente do Movimento Feminino pela Anistia, “o exílio é a mais dura pena que um cidadão pode sofrer e nossos exilados estão sofrendo muito”. Disse, ainda, que o documento a ser divulgado incluirá um pedido às autoridades e aos jovens para que “a mocidade não seja mais impedida de participar dos destinos de sua Pátria. Pobre e infeliz do País onde os moços não se interessam pela sua Pátria”. Prosseguiu. “Nós não queremos um país de castrados morais”.

“Somos uma afirmação da mulher brasileira,” declarou Therzinha Zerbine, ao que Mila Cauduro, presidente do

Movimento no Rio Grande do Sul, completou: "Nossa luta é a paz. Não somos ingênuas. Como agentes da História não podemos ficar omissas. Quando se tem consciência que se está lutando pela justiça e liberdade de um povo, não se pode ter medo." Mila Cauduro considerou ainda que "D. Paulo Evaristo Arns é o maior líder católico e político que temos hoje".

## Justiça e Liberdade

Sobre a possibilidade de o governo brasileiro vir a permitir uma Anistia gradual, baseada no reestudo dos processos, Therezinha Zerbine disse que "nosso trabalho não se restringe apenas à Anistia, mas a todo tipo de defesa do indivíduo contra a violência e o arbítrio. Por isso pensamos já em estender nosso movimento em prol da luta pelos direitos humanos, justiça e liberdade".

No Brasil, há atualmente, de acordo com a presidente do MFPA, cerca de trezentos presos políticos, cinco mil exilados e 25 pessoas desaparecidas que nós temos os nomes. No entanto, o número verdadeiro deve chegar a mil pessoas desaparecidas".

"Não se mede justiça por números. Se houvesse apenas uma pessoa desaparecida ou exilada, nós teríamos que lutar da mesma maneira," disse, acrescentando que em São Paulo não há atualmente casos de tortura. Pediu que "neste Natal sejam restaurados os direitos que foram negados a todos os exilados. Que se faça a reconciliação da família brasileira. Que a consciência jurídica do povo brasileiro se levante".

Considerou que "as divergências são naturais, mas que passado o calor das discussões e dos acontecimentos, no Brasil sempre se solucionou tudo com a Anistia. Não há desenvolvimento sem paz e a paz é fruto da Justiça". Conclamou todas as mulheres brasileiras "a se entrincheirarem na luta pelas liberdades democráticas. Hoje temos 15 mil assinaturas de mulheres, mas muitas ainda têm medo de se juntar a nós".

## **“Estão Morrendo”**

A representante do Movimento Feminino pela Anistia em Pernambuco, que recusou identificar-se, denunciou que os “presos políticos de Itamaracá, em greve de fome há vários dias, estão morrendo. Luciano Almeida e José Emildon Ribeiro estão em coma no Hospital da Polícia Militar, no Derby. Um sofre de asma crônica e o outro de problemas renais. E, enquanto isso, o secretário de Justiça de Pernambuco recusa-se a tomar qualquer atitude”.

Eni Raymundo Moreira, do escritório de Advocacia de Sobral Pinto, no Rio de Janeiro, concordou com as acusações da pernambucana. Ela esteve na semana passada em Itamaracá e afirmou que “os presos estão debilitados e desmaiando. O que surpreende é o descaso do secretário de Justiça por essa situação”.

Therezinha Zerbini aduziu: “Onde está a sensibilidade do governador, quando declarou que se os presos morressem não teria nada a ver com isso? Ele fala assim porque é fruto de uma dívida da excepcionalidade. Se fosse eleito pelo povo nunca teria dito o que disse”. A representante de Pernambuco contou, ainda, que 11 organizações do Estado uniram-se na vigília permanente do Movimento Feminino pela Anistia, para acompanhar a situação desses presos e mais uma vez repetiu: “Eles estão começando a morrer”.

## **O Movimento**

O Movimento Feminino pela Anistia surgiu em 1975, em São Paulo, sob a influência do Ano Internacional da Mulher, decretado naquele ano pela ONU. Em seguida expandiu-se a outros Estados e atualmente já tem mais de 15 mil adesões em todo o Brasil. “São quinze mil mulheres clamando pelos direitos humanos” diz uma das representantes do Movimento. Entre seus membros, estão mães, esposas e filhas de presos políticos, exilados e desaparecidos. Seu objetivo fundamental é conseguir a Anistia ampla e irrestrita a todos os perseguidos por motivos políticos.

O Primeiro Encontro Nacional do Movimento Feminino pela Anistia termina amanhã, quando, além do documento que será lançado, haverá um culto ecumênico na Igreja do

Colégio Sion, às 17 horas, e com uma conferência de Mila Cauduro, na Câmara Municipal de São Paulo, às 21 horas.

Entre as inúmeras representantes estaduais ao Encontro, encontra-se dona Maria Augusta de Oliveira, esposa de David Capistrano da Costa, que está desaparecido há três anos, ou seja, desde quando retornou do seu exílio na Tchecoslováquia, assim como a irmã de Leonel Brizola, Francisca Brizola Rotta.

**DOCUMENTO ELOBORADO NO I ENCONTRO  
NACIONAL DO MOVIMENTO FEMININO PELA  
ANISTIA, QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DE  
DEZ ESTADOS: RIO DE JANEIRO, MINAS GERAIS,  
BAHIA, PERNAMBUCO, CEARÁ, RIO GRANDE DO  
SUL, SANTA CATARINA, PARANÁ, PARAÍBA E  
SÃO PAULO.**

No momento histórico em que a Nação brasileira anseia pela redemocratização do país.

No instante em que o Exmo. Sr. Presidente da República promete devolver ao país a sua mais alta aspiração, que é a democracia, admitindo abertamente a possibilidade da eliminação da legislação de exceção, reconhecendo, assim, o regime de excepcionalidade existente;

Nós, mulheres brasileiras do Movimento Feminino pela Anistia, em nosso I Encontro Nacional, firmamos o seguinte posicionamento:

Que sejamos nós, em meio ao obscurantismo dos estados de fato e do arbítrio, a chama da consciência nacional do estado de direito, clamando pela Anistia política ampla, já que não existem, para estado nenhum, ideais mais altos que os da Justiça e da Liberdade.

Acreditamos que nenhuma abertura política conseqüente, desde a crise que instalou o país em regime de exceção, será possível sem Anistia política ampla.

Acreditamos, também, que somente a Constituição com representação popular poderá restabelecer a ordem legítima, como legítima aspiração do povo.

Com base nessa crença, solicitamos ao Exmo. Sr. Presidente da República que sejam adotadas medidas imediatas:

— Em face da abordagem da pena do exílio.

— Em face do fato de o Governo negar nacionalidade aos filhos de nossos exilados.

— Em face dos reais motivos das greves de fome dos presos políticos de Tavares Bruce e Itamaracá.

Com certeza absoluta que, dizendo assim, exprimimos o legítimo pensamento da família brasileira, nós, mulheres brasileiras do Movimento Feminino pela Anistia, perante a Nação, reafirmamos neste documento histórico o compromisso de não descansar enquanto nossos objetivos não forem atingidos na sua totalidade.

E exprimimos nosso mais sincero pedido para este Natal.

Que em nenhum lar haja criança, homem ou mulher, chorando a ausência dos seus entes queridos.

Que nenhum preso político, exilado, banido, desaparecido ou atingido pelos atos de exceção, comemore no cárcere ou no exílio a data do nascimento de Jesus, o redentor da humanidade.

E que o gesto da assinatura da Anistia passe para a História como o gesto da redenção do Brasil.

São Paulo, 10 de dezembro de 1977

---

*Responsável pelo documento: Professora Neide Azevedo, presidente do núcleo do MFPA, professora catedrática em Psicologia do Paraná. A professora Neide foi quem coordenou a dinâmica do grupo.*

*Publicado no JORNAL DO BRASIL (Rio de Janeiro) e DIÁRIO POPULAR (S. Paulo) em 11 de Dezembro de 1977.*

1978

## **THEREZINHA ZERBINE, UMA BRASILEIRA EM LUTA PELA ANISTIA.**

Fundadora do Movimento Feminino pela Anistia e do jornal *Brasil Mulher*, tentou entregar um documento a Rosalynn Carter, quando esta esteve no Brasil, mas foi impedida pelo esquema de segurança.

Jimmy Carter, Paulo VI, organizações mundiais falam da importância da Anistia dos presos políticos. E aqui no Brasil, uma mulher de 49 anos, casada com o general da reserva Euryale de Jesus Zerbine, atualmente trabalhando na indústria, trabalha dando suas forças para que haja Anistia.

Therezinha Godoy Zerbine, alourada, olhos muito verdes e transparentes, é a responsável pela organização do Movimento Feminino pela Anistia. Descendente dos desbravadores desta terra, trabalhou desde cedo na farmácia de sua mãe, no ponto final do bonde de Indianópolis, em São Paulo. Cedo, também, ficou tuberculosa, e passou dois anos num sanatório de São José dos Campos.

Lá trabalhou no escritório e descobriu que um jovem de 17 anos pode morrer de caquexia (estava na ficha e significava morrer de fome). Despertou para a realidade objetiva e histórica deste país, lentamente. É casada, advogada, mãe de dois filhos. Um dia sentiu que seu potencial, sua força, tinha de ser utilizado e não apenas em seu próprio benefício, mas em favor de pessoas que acreditavam e sofriam também.



No momento em que a academia sueca acaba de conferir o Nobel da Paz a duas irlandesas, que também lutam pela Anistia, *Mais* entrevistou essa brasileira que, hoje, dedica sua vida pela mesma causa.

*Mais: Como surgiu a idéia do Movimento Feminino pela Anistia?*

Therezinha: O MFPA nasceu de mulheres muito sofridas, angustiadas com a situação do país. Mulheres conscientes, livres e inteligentes, que sofriam com o sofrimento da Nação. Em 75 houve o Ano Internacional da Mulher, no México. Acho que a ONU, com a proximidade do ano 2000 — daqui a 23 anos — quis aferir o que pensava e como vivia metade da população de todo o globo, isto é, as mulheres, e fez organizar o Ano Internacional da Mulher, que se apresentava em dois níveis: governamental e de tribuna, que respectivamente se faziam representar por uma comissão política e por organizações, movimentos, associações femininas e pessoas interessadas.

*Mais: Quais os princípios básicos que regem o MFPA?*

Therezinha: Bem, nós tomamos conhecimento dos princípios que regiam a organização da ONU, através da Unesco e se baseavam em: igualdade, desenvolvimento e paz. E Anistia é paz. Não tivemos outra idéia. Não teria sentido organizarmos uma luta que não fosse pelo básico e essencial. E, assim, demos vida ao Movimento Feminino pela Anistia. Acho que é uma das lutas mais importantes que se faz no país, nesta hora.

*Mais: Além de você, quantas pessoas mais compõem o MFPA?*

Therezinha: No início, éramos eu, minha filha de 21 anos, estudante de Direito, uma colega de minha filha, uma socióloga, uma advogada — Aldenora de Sá Porto, uma pedagoga — Margarida Naves Fernandes, enfim, mulheres marcadas, sofridas e conscientes. Em termos pessoais é aquela história conhecida: em casa de ferreiro, espeto é de pau.

*Mais: Explique-se melhor.*

Therezinha: Meu marido é um general casado e meus filhos sofreram muito com isso. Quando houve o movimento de 64 muitas famílias foram sacudidas violentamente. Nós inclusive. Mas quem tem valor, tem valor em qualquer lugar, e meu marido é um homem inteligente. Posso dizer que era uma das cabeças do exército e foi aluno e professor da Escola Superior de Guerra. Agora está trabalhando na indústria e hoje nós não temos que catar tostões como na época em que ele estava no exército. Aí é que está: senti muito sua vida ter sido amarfanhada como um papel sujo, que você amassa e joga no lixo. É um ato de profundo desamor. Afinal ele entrou para o exército com 15 anos e deu o melhor de sua vida durante 40 anos. Ele acreditava e amava o que fazia...

*Mais: O que esta situação acarretou para a sua família e como influenciou em suas posições atuais?*

Therezinha: Meus filhos sofreram muito, porque toda criança acredita e admira o pai, seja ela general ou pedreiro. Fomos todos muito machucados. Na altura em que estávamos, fomos alvo de imprensa sensacionalista. Os meios de comunicação podem fazer muito bem, mas também muito mal. Os repórteres têm uma responsabilidade incrível, porque a palavra tem muita força. Havia um programa na Tupi, do Maurício Loureiro Gama, e um outro do Tico-Tico, que pisaram feio nos que caíram. Diziam que a revolução tinha sido feita para esmagar os corruptos e os comunistas. Acontece que muitas das pessoas atingidas não eram nem uma nem outra coisa. Então, um dia, tive que ouvir do meu filho: "O papai não é comunista, mas o que é ser corrupto?" Meu marido estava preso nesta época — do dia 2 de abril a 21 de maio — inteiramente incomunicável.

*Mais: O que pretende o MFPA, qual o seu objetivo e o que tem sido feito?*

Therezinha: Penso que qualquer abertura democrática tem de começar pela Anistia. E no coroamento dessa luta, virá tudo: liberdade de expressão, liberdade de imprensa,

liberdade de mobilização e de organização. Nós, as oito mulheres que assumimos esse trabalho, acalentamos o sonho de ver nosso país unido novamente, de ver nossa mocidade, nossas organizações e nossas instituições partindo para a construção de um país feliz. É próprio de países novos, que não têm preconceitos, a formação de uma sociedade mais justa e mais fraterna, e nós somos um cadinho de raças, com uma formação diversificada. Então, criamos o MFPA e nosso primeiro trabalho foi o Manifesto da Mulher Brasileira, que é a espinha dorsal desse Movimento, fundamos o jornal *Brasil Mulher*, e, durante a visita da mulher do Presidente Carter ao Brasil, tentamos entregar um documento sobre a situação no Brasil, sem sucesso, como foi noticiado pela imprensa na época.

*Mais: Qual a proposição do Manifesto da Mulher Brasileira?*

Therezinha: Como já disse, ele é a espinha dorsal do Movimento e diz: "Nós, Mulheres Brasileiras, nesse Ano Internacional da Mulher, assumimos os nossos direitos de cidadãs, e começamos a lutar por uma Anistia Ampla e Geral para todos os que foram atingidos pelos atos de exceção'. O saldo disso que está aí vai ser muito positivo, porque muita gente que não pensava, passou a pensar. Eu era uma dona de casa que fazia cerâmica, tricotava, via se as cortinas estavam em ordem, fazia o menu, fazia o que a dona de casa faz. Mas aos poucos a gente se conscientiza.

*Mais: Como a mulher brasileira reage diante da política?*

Therezinha: As mulheres têm horror à palavra "política", mas todos nós somos seres políticos, na nossa casa, com nosso marido, nossos filhos, na igreja, no bairro, na cidade. E dentro de casa a mulher resolve problemas a toda hora, ela é eminentemente prática. Então cabe à nós nos interessarmos por política, sim. Cabe a nós cobrarmos do nosso companheiro um comportamento correto, cabe à nós ver o que está errado. Nós entendemos de tanta coisa...

*Mais: Num sentido mais objetivo, de que maneira a mulher pode começar a agir?*

Therezinha: O governo está aí com a campanha da pechincha. Então vamos analisar se não é uma propaganda de engodo da opinião pública. E vamos ver porque o leite chega tão caro e aguado em nossas casas. Por que o iogurte, o creme de leite o leite condensado sobram? Porque são produtos industrializados pelas multinacionais que têm bastante dinheiro para pagar o leite gordo. Temos que cobrar isso das nossas autoridades, através de movimentos comunitários, por exemplo. Cobrar que a nossa verdura não seja imunda como é. Cobrar o saneamento básico, porque não pode haver saúde sem água e esgoto. E o Presidente Geisel, ao consolidar o plano da Sabesp em São Paulo, disse que esgoto também é direito humano — ao que um senador, digno médico de Sergipe, respondeu dizendo que então os direitos humanos em Sergipe estão visivelmente violentados, porque, na terra dele, há mais de 30 anos não se colocava uma manilha. É disso que a mulher deve participar. Ela deve saber que o feijão no Nordeste chegou a custar 25 cruzeiros, e 25 cruzeiros lá não são 25 cruzeiros do Sul. Podem ser quase cinco dias de trabalho de um homem. Feijão, carne, leite, impostos são um problema político. A mulher precisa acordar, precisa conscientizar-se da vida política. E a nossa luta abrange uma problemática universal e feminina.

*Mais: Qual é a situação da mulher frente ao Código Civil, o que tem sido feito para ajudar a conscientizar a mulher?*

Therezinha: A situação da mulher dentro do Código Civil até 1961 era equiparada à situação do silvícola, do incapaz. Já houve algumas modificações, mas não foi a mulher que lutou por elas. Ainda foram alguns homens de boa vontade, levados por mulheres mais cultas, de mais peso, que mostraram a situação de indignidade da mulher. Os órgãos de comunicação ainda propiciam um estado de coisas do passado. Nós estamos numa sociedade capitalista onde o núcleo de tudo é o lucro. Enquanto isso, tem a mulher do Belém do Pará ou da Transamazônica, fazendo parte de uma população de párias, vivendo no Centro-Oeste ou Norte uma realidade do século XVI. A gente corre o risco de chegar a um desmembramento da unidade nacional.

*Mais: Explique-se melhor.*

Therezinha: Veja você, por exemplo, o Projeto Jari, do milionário americano Ludwig. Ele é uma ameaça de invasão da Amazônia por estrangeiros que trazem *know-how* e dinheiro e pode afetar a produção de celulose do país. Eles têm até a marinha mercante deles! E plantaram milhões de árvores para fazer celulose. Então arregimentam homens que trabalham em regime de capitão-do-mato, mulheres, vindas de Belém e São Luís do Maranhão, que são usadas e depois recambiadas. Como podemos aceitar essa disparidade dentro do nosso país?

*Mais: Como você encara as proposições de Betty Friedan e o Women's Lib? São um caminho?*

Therezinha: Não. Vi a Betty no México, e sei que ela é extremamente inteligente e culta, e, sem dúvida, é uma líder, mas esse congresso feminino de Houston provou bem a loucura que foi aquilo.

*Mais: Que tipo de loucura?*

Therezinha: Assistimos à desorganização de uma iniciativa séria de mulheres que querem atuar na sociedade. Mas lá houve elementos com sérios desvios de comportamento e conseguiram dar uma imagem falsa ao que o congresso se propunha, que era a luta das mulheres por seus direitos mais justos.

*Mais: Diante disso, o que significa na verdade o Ano Internacional da Mulher?*

Therezinha: No congresso do Ano Internacional da Mulher, ficou provado que a Europa e os Estados Unidos são uma sociedade decadente, carente de forças morais. Nos estágios de decadência, é comum aparecerem coisas assim, mas não é caminho para ninguém. Valeu como alerta. A libertação da mulher tem de vir com a libertação do ser humano, para um estado pleno e consciente. As indagações devem ser: para que estamos no mundo? Que sentido vamos dar as nossas vidas? O que é uma sociedade justa? Veja o

Carter. Acredito nele como homem. Mas, antes de falar em direitos humanos para outros países, ele precisa fazer valer os direitos humanos para os porto-riquenhos, para os negros. Uma porto-riquenha deu um depoimento que me marcou muito. Ela disse que eles lá trabalham como lenha de fôrnalha, para que aquela civilização possa andar. Apesar de trabalhar, eles são párias e são chamados de piolhentos. E são cuidadosamente segregados para não espalharem piolhos. Isso não é uma sociedade justa.

*Mais: Como você mesma aponta, o problema em si é bem mais amplo: é político e econômico. Como encarar a questão?*

Therezinha: Ninguém se salva sozinho. Fala-se da crise do petróleo e se dá uma ênfase incrível, mas o que aconteceu foi que os árabes, que mandavam seus filhos estudar na Europa, chegaram a ver que seus povos eram explorados. No dia em que aquilo secasse, eles iam comer pedra ou areia? Essa foi a grande surpresa do ocidental. A matéria-prima deles era explorada, como foi explorado o nosso café, a nossa borracha, o nosso manganês. O americano está dilapidando a Serra do Navio porque não se faz aço sem manganês. Fizeram isso com o cobre do Chile. O que Allende fez foi defender a riqueza de seu solo, para que essa riqueza revertesse em benefício de seu povo. Em março de 64, meu marido foi nomeado ministro plenipotenciário para a posse de Raul Leone, e eu o acompanhei. A Venezuela tinha atravessado um período muito dramático, com guerrilhas. Depois da ditadura do Perez Jimenez, o exército se convenceu de que não era a sua função a de guarda pretoriana da riqueza do povo. Então Bitencourt passou o governo para o Raul Leone, e estabeleceu que a função do exército era estar ao lado do povo, trabalhando no sentido da consecução do ideal maior que era a felicidade do país. E foi dada então uma Anistia para todos os presos políticos. Hoje, a Venezuela tem membros no Parlamento, que foram guerrilheiros anistiados. Rui Barbosa dizia que não se pode chamar de inimigos da pátria os que nos fazem oposição. Acontece que hoje Andrés Perez defende o que a nação deseja. Que o petróleo da nação seja fonte de riqueza. Veja também a energia atômica: em pouco tempo ela será a

energia básica, e, se não defendermos o nosso urânio, ele irá embora como foi o manganês e como foi o ferro. Energia atômica não se faz sem urânio. Então está na hora da gente parar e analisar para onde a gente está indo. E a forma mais correta para isso é a convocação de uma Assembléia Constituinte, onde todos os setores da população possam opinar, e onde todos nós possamos, livremente, escolher qual a política econômica adequada para o nosso país.

*Mais: De que forma a Anistia viria a beneficiar o Brasil neste momento?*

Therezinha: A luta pela Anistia é o trabalho mais conseqüente que se está fazendo, e não é só para libertar os presos políticos. Com a quebra da legalidade, nós passamos a viver num regime de exceção. Todo mundo sabe que o grito é a voz dos que não são ouvidos. E a mocidade, que quer participar da construção do futuro da Nação, às vezes faz isso destrambelhadamente. É natural que a juventude queira participar. Se isso não acontece, passamos a ser um país de velhos, de cansados, de castrados morais. Vivemos num caos jurídico, político e econômico. Daí vem que uns têm a guelra mais cheia de sangue, e gritam. Mas é preciso entender que os que foram levados à rebelião, foram os que se desesperaram, cansaram. É preciso ter posições democráticas, estar sujeito a críticas, a reformulações de pensamento, e isso é uma prática que exige ser exercitada desde cedo. Não é possível que meia dúzia de pessoas fechadas entre quatro paredes possam fazer reformulações na Constituição — que já está mais que remendada —, e possam legislar para cem milhões de habitantes, como foi feito no “pacote de abril”, que torna clara a situação em que vivemos, matando a esperança de uma saída democrática. Então a Anistia é um trabalho para que o país retorne ao Estado de Direito, e para que nossos técnicos, pesquisadores, cate-dráticos nossos cérebros que estão dando o melhor de sua capacidade e de sua riqueza lá fora, voltem para trabalhar aqui. Um Celso Furtado (economista e profundo conhecedor da nossa realidade) está lá fora dando o melhor de si; um Paulo Freire, que descobriu um método para alfabetizar adultos em oito semanas, está trabalhando para a Unesco, quando podia estar trabalhando aqui na nossa terra. É claro

que a primeira coisa que se tem que dar para o homem é pão, arroz e feijão. O que mata no país é a fome, depois precisamos alfabetizar esse homem e mostrar que uma nação é composta de cidadãos, e só pode dar sua arrancada para o futuro quando todos os cidadãos estiverem trabalhando para a felicidade dessa pátria, ombro a ombro, homens e mulheres.

---

*Publicado na revista Mais,  
entrevista realizada em Dezembro de 1977, por Hella Schwarkopff.  
Publicado em Janeiro de 1978.*



## UM JEITO DE SAIR DA CRISE

A convocação da Assembléia Nacional Constituinte é da maior oportunidade e adequação. Todas as vezes que a Nação entra em crise institucional ela é a forma adequada de solução.

A Constituição de 1824 e a de 1946 por muitos anos permitiram um ambiente de satisfatório respeito aos direitos humanos os fundamentais dos governandos. A Constituição de 1967 foi substituída pela de 1969 e já está sendo emendada, provando assim que não é o instrumento hábil para regular a vida da Nação.

Quando a Ordem dos Advogados do Brasil levantou a necessidade de uma Constituinte, ela o fez até por dever profissional, pois hoje nós vivemos num caos jurídico. A tese da Constituinte é justa e oportuna.

O pressuposto desta convocação terá que ser precedido de uma anistia ampla e geral a todos que foram atingidos pelos atos de exceção. Terá que ter ampla liberdade de imprensa. Liberdade de organização e mobilização popular e discussão dos problemas que angustiam as clases que compõem a sociedade civil.

Todos os setores teriam que ser convocados para esta Constituinte, nos campos e nas cidades, nas fábricas e associações de profissionais liberais, nas igrejas, nas associações de bairros, nos povoados longínquos deste imenso país. A Constituição é a lei maior, é ela que rege a vida da Nação, portanto aos brasileiros cabe a participação de sua elaboração e constituição.

Contando com todas as camadas da população, com todos os interessados por serem partes legítimas, cada classe reivindicaria seus interesses e sendo a mobilização livre, cada qual deveria se empenhar para que esta Carta seja a mais perfeita e adequada possível.

A Assembléia Constituinte deverá dar vez e voz aos trabalhadores do campo, pois, pelo Censo são 50% da população do país e pela ONU quase 65%.

Se faz necessária uma reforma agrária, que criaria o grande Mercado Interno Nacional e incorporaria uma grande parcela da população brasileira que hoje está à margem do processo político, cultural e econômico do país.

Therezinha Zerbine

**EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
DE GOIÂNIA, SR. PAULO SILVA GOMES**

Respeitosamente Saudações

Cabe-nos o prazer de acusar o recebimento do convite com quem altamente nos honra a Câmara Municipal de Goiânia que, com esta manifestação, muito dignifica nosso árduo trabalho.

Peço aceitar e transmitir nossas excusas pelo retardo da presente, resultado do trabalho extenuante em que se engolfou o Movimento Feminino pela Anistia na organização e realização do Primeiro Encontro Nacional dos Núcleos de Anistia. Sendo janeiro mês de recesso, hoje respondemos ao honroso convite de proferir palestra nessa digna Casa das Leis.

Com júbilo e alegria constatamos ter sido o requerimento n.º 1589 dos ilustres vereadores Sebastião Vieira de Melo, Daniel Antonio, Linio Ribeiro de Paiva e Neusa Pereira, aprovado por unanimidade.

Manifestação como esta, muito nos compensam das atribulações sofridas em nossa luta, como muito bem poderá V. Excia. aquilatar.

Altamente honradas, aceitamos o convite e solicitamos que a data marcada seja após o dia 20 de fevereiro e que sejamos avisadas em tempo útil.

Peço a V. Excia. aceitar nossos profundos agradecimentos por este gesto humano e patriótico e mandar transmitir los aos Exmos. Vereadores em particular aos apresentadores.

Esperando ser dignificada com as decisões de V. Excia, saudamos os goianenses democratas por seu espírito aberto ao diálogo.

Valho-me para saudar V. Excia. com a expressão de meu respeito e consideração.

Therezinha Zerbine

## EMPOSSADA A DIRETORIA DO NÚCLEO BAIANO PELA ANISTIA

Com a presença da fundadora e líder do Movimento Feminino pela Anistia, Therezinha Zerbine, foi empossada, ontem a tarde, no Clube de Engenharia, a diretoria do núcleo baiano do movimento, que tem como presidente Isabel Santana, considerada por todas como o símbolo da mãe de família. A escolha da diretoria, que tem ainda como vice-presidente Angela Franco, secretária geral Vera Motta e tesoureira Isabella Guedes, representou a vontade de todas as participantes do núcleo baiano.

Falando das últimas declarações de pessoas ligadas ao Governo sobre o problema de anistia para presos políticos, disse Therezinha Zerbine que “anistia e liberdade não se dá em conta-gotas. Não somos ingênuas, lutamos pela anistia ampla e todo brasileiro pode se manifestar. Nosso movimento é político e nos cabe ganhar consciências onde estiverem. Para isso não usamos jargões políticos, pois trabalhamos com justiça e liberdade para todos os presos, exilados e perseguidos por questões ideológicas”.

— A nós, no momento — disse ainda a presidente do MFPA — cabe manter a chama acesa, divulgando e explicando o que é anistia, até que ela se torne uma realidade e é neste sentido que nós mulheres brasileiras, cômicas de nossos direitos de cidadãs, fazemos um apelo para que todos os órgãos de classe, toda associação e pessoas de peso da sociedade se manifestem pela anistia, assim como fez nosso querido irmão D. Jeronimo de Sá Cavalcante que, no limiar da morte fez um apelo cívico pela anistia. Nós esperamos

isso dos homens, nossos companheiros de luta pela redemocratização do País”.

### **Força Revolucionária**

Após falar do 1.º Encontro Nacional pela Anistia, realizado no mês passado em São Paulo, que contou com a participação de representantes de todos os núcleos e teve como finalidade aferir a vida dos núcleos e a formação de plano piloto que traçou as diretrizes básicas para este ano, respeitando as condições de cada estado, disse Therezinha Zerbine que “a mulher é uma força revolucionária intocada, cabendo a ela, como fonte de vida, assumir as responsabilidades de hoje e do amanhã. Nós sabemos que a mortalidade infantil cresceu assustadoramente em São Paulo e o número de menores abandonados chega a milhões. Isto é uma sociedade justa? Lutaremos até quando tivermos paz”.

Sobre a atuação do núcleo, desde a sua formação, disse que “já nos fizemos representar no Congresso do Ano Internacional da Mulher realizado no México, pela Organização das Nações Unidas. O MFPA foi lançar sua posição numa tribuna internacional e ao fazermos isto constatamos que o continente americano fechou num só”.

---

*Publicado na TRIBUNA DA BAHIA  
Salvador, Bahia, em 28 de Janeiro de 1978.*

## LEMRADO DIA DA MULHER EM REUNIÃO DE SINDICATO

A importância das lutas pela liberdade encetadas pelas mulheres, desde os tempos da Independência do Brasil e até hoje, quando a anistia é pedida pelo Movimento Feminino pela Anistia, foi lembrada ontem pela advogada Therezinha Zerbine, na reunião que o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André promoveu em sua sede para comemorar a passagem do Dia Internacional da Mulher. D. Cláudio Hummes, bispo diocesano, ressaltou também a necessidade que as mulheres têm nesse momento de permanecerem unidas, para juntas conseguirem alcançar seus ideais. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Benedito Marcilio, manifestou o descontentamento que a recente legislação sobre trabalho noturno para as mulheres está levantando na classe.

## REUNIÃO DE METALÚRGICOS COMEMORA O DIA DA MULHER

“Onde houver uma reivindicação do povo por justiça e liberdade, ali deverá estar a Igreja. E neste Dia Internacional da Mulher a presença de um representante eclesiástico nessa reunião tem a finalidade de incentivar a união de todas as mulheres e principalmente as que trabalham e são discriminadas no emprego, na família e em todos os ambientes. O único motivo, até agora, para a desunião foi o medo da repressão, mas esse medo desaparecerá e a repressão também será menor se as mulheres permanecerem unidas”.

Desta maneira o bispo diocesano de Santo André, D. Cláudio Hummes parabenizou as mulheres metalúrgicas que se reuniram ontem, na classe do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André para comemorar a passagem do dia 8 de março. Foram convidados como oradores o bispo e a advogada Therezinha Zerbine, do Movimento Feminino pela Anistia, e ainda participaram do encontro a diretoria do Sindicato, vereadores e presidente de SABS da cidade.

Na primeira vez que vem ao Grande ABC, Therezinha Zerbine tornou-se a presença mais importante da reunião. “Diz-se que a luta das mulheres por justiça e liberdade, tanto delas como dos homens, teve início há pouco tempo. Isso não é verdade. Em 1823, um ano após a declaração da independência do nosso país, por Dom Pedro, a libertação ainda não tinha se concretizado no Brasil. E foram os batalhões de mulheres que colaboraram decisivamente para a vitória e nesta luta destacou-se a figura de Soror Joana Angélica, uma subversiva de acordo com os padrões da época, que deu abrigo aos feridos brasileiros nas batalhas



da libertação. Venho aqui mostrar a importância da união das mulheres em torno da luta pela anistia, única maneira de trazeremos paz e tranquilidade para o nosso povo e a Nação" — declarou a oradora.

O presidente do Sindicato Benedito Marcilio da Silva, também falou sobre os problemas que atingem no momento a mulher metalúrgica, particularmente a reforma na legislação que estendeu à mulher o direito ao trabalho noturno. Segundo Marcilio, essa alteração se trouxe descontentamento e preocupações às funcionárias e o Sindicato deverá manifestar-se nos próximos dias, se opondo à aplicação desta lei.

## **THEREZINHA ZERBINE MULHERES LUTAM PELA ANISTIA**

Therezinha Zerbine, presidente do Movimento Feminino pela Anistia vem a Goiânia para falar ao povo, na sede da Câmara Municipal. Dirá que a Anistia é um objetivo de toda a nacionalidade, constituindo o caminho para a pacificação da família brasileira. Em entrevista exclusiva, ela sintetiza as metas do movimento e conclama as mulheres goianas a se engajarem na luta pelo fim de todos os atos de exceção.

“Nós, mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional. Através da História, provamos o espírito solidário da mulher, fortalecendo as aspirações de amor e justiça. Eis porque nós nos antepomos aos destinos da nação, que só cumprirá a sua finalidade de paz se for concedida “Anistia Ampla e geral” a todos aqueles que foram punidos pelos atos de exceção. Conclamos todas as mulheres no sentido de se unirem ao Movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a idéia da necessidade imperiosa da Anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a união da Nação”.

Esta mensagem constitui, praticamente, o cartão de visitas do Movimento Feminino pela Anistia, presidido pela advogada Therezinha Godoy Zerbine, que, na próxima quarta-feira estará em Goiânia para o desempenho de mais uma tarefa da entidade: dialogar com políticos, estudantes e todas as pessoas interessadas na pacificação da família nacional. Esposa de um general atingido pelo Comando Revolucionário, ela representa hoje o anseio da participação ativa da

mulher na vida e nos destinos da nação. Convidada oficialmente pela Câmara Municipal de Goiânia, vai proferir conferência na sede daquela instituição, defendendo o fim da legislação excepcional oriunda do movimento de março de 1964 e reiterando a necessidade de uma Anistia ampla e irrestrita a todos os cidadãos punidos pela mesma legislação.

Entrevista exclusiva ao *Cinco de Março*, Therezinha Zerbine falou sobre a origem, as finalidades específicas, os sucessos já alcançados e as perspectivas de luta do Movimento pela Anistia, sediado em São Paulo. Explica que, além dos objetivos de ordem política, a entidade busca promover a elevação cultural, social da mulher, através de cursos, palestras e atuações no desenvolvimento de sua consciência cívica, alertando-a e orientando-a para a compreensão de suas responsabilidades perante a sociedade e integração da família na comunhão social, sempre dentro dos ideais democráticos. Conclama a mulher goiana a trabalhar pela Anistia, esclarecendo que esta não pode e não deve ser limitada e nem submetida a condicionamentos, mas total e definitiva, estendendo-se inclusive aos presos políticos.

## **Dois Problemas** **Medo e Censura**

*Cinco de Março — Quando, onde e com que finalidades surgiu o Movimento Feminino pela Anistia?*

Therezinha Zerbine — Ele surgiu em São Paulo, em fins de março de 1975, com a finalidade específica de lutar contra os atos de exceção e por uma Anistia ampla e geral a todos os cidadãos punidos por esses atos.

*CM — Quais os primeiros nomes a integrá-los?*

TZ — Suas primeiras integrantes foram duas advogadas, duas estudantes, uma jornalista, uma socióloga, uma pedagoga e uma artista plástica.

*CM — Que dificuldades e Movimento encontrou em seu nascedouro?*

TZ — A maior dificuldade foi o medo reinante no país, agravado pela censura à imprensa (Anistia era matéria proibida).

CM — *De lá para cá, que progressos o Movimento alcançou?*

TZ — Bem, aos poucos ele foi se impondo à opinião pública, passando a receber apoio e adesão das mais distantes partes do país, podendo então estruturar-se nacionalmente. Hoje o Movimento conta com núcleos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Bahia, Paraíba, Ceará e Minas Gerais. Em fase embrionária estão os de Mato Grosso, Maranhão, Brasília, Alagoas e Sergipe. Nos próximos meses daremos continuidade à instalação dos núcleos embrionários.

CM — *Quais os sucessos que já obteve e como estão suas perspectivas no momento?*

TZ — O maior sucesso foi a afirmação do Movimento em âmbito nacional, somada ao respeito com que a opinião pública o cerca. As perspectivas são as mais amplas possíveis, pois vencemos as barreiras do medo, fizemo-nos acreditar perante a nação e estamos plenamente conscientes de que a Anistia, além de ser uma necessidade, é um desejo da nação brasileira.

CM — *Quantas pessoas integram hoje o Movimento e quais as suas principais bases de apoio?*

TZ — O Movimento Feminino pela Anistia tem aproximadamente mil participantes efetivas, distribuídas por todo Brasil, além de incontáveis participantes. Recebeu apoio de numerosas organizações e sociedades civis, como a OAB de São Paulo, a Associação Brasileira de Imprensa, Frente Nacional do Trabalho, Comissão de Justiça e Paz, Associação dos Professores Universitários, CNBB, Câmara Municipal de Campos de Jordão, Câmara Municipal de São Paulo, MDB, movimentos estudantis de todo o Brasil, intelectuais, políticos, profissionais liberais, sindicato dos metalúrgicos, etc. Recebeu a aprovação unânime do congresso de vereadores

realizado em São Paulo, com a participação de representantes de todo o país.

*CM — Com que recursos financeiros conta o Movimento?*

*TZ — Ele conta com os recursos advindos das mensalidades pagas pelas sócias e de doações, espetáculos artísticos, venda de objetos de arte que nos são doados e outras contribuições oriundas da boa vontade dos que acreditam na Anistia.*

*CM — Quais os tipos mais comuns de atividades que a entidade desenvolve?*

*TZ — O nosso trabalho principal é a divulgação da idéia da Anistia. Nossa meta é a conquista das consciências livres e democráticas do país. Esse trabalho é feito através de conferências, artigos, reuniões, distribuição de nosso boletim *Maria Quitéria*, etc.*

### **Revogar Artigo, Só Não Resolve**

*CM — Como estender os trabalhos do Movimento a Goiás e o que poderia a mulher goiana fazer em favor da Anistia?*

*TZ — Para a extensão dos trabalhos do Movimento a Goiás haveria simplesmente a necessidade de instalação de um núcleo local. Bastaria, para isso, a formação de um grupo de mulheres dispostas a lutar pela Anistia. Muito poderia fazer a mulher goiana pela causa, pois juntando-se ao Movimento estaria engrossando as fileiras dos que trabalham por ela. Estaria, assim, trabalhando pela pacificação da família brasileira.*

*CM — Quais os principais aspectos da palestra que a sra. terá com estudantes e políticos de Goiás, na próxima quarta-feira?*

TZ — Os aspectos primordiais serão: 1) mostragem da necessidade emergencial da Anistia para vida da nação; 2) a Anistia se encontra inserida nos Direitos da Pessoa Humana. Discorreremos sobre a importância desses direitos no que toca à vida nacional e a conseqüente necessidade de extinção dos atos de exceção.

CM — *A quem interessa a Anistia?*

TZ — Imediatamente, a Anistia interessa a todos os que foram atingidos pelos atos de exceção. Mediamente, ela interessa a toda a nação brasileira, pois acarretaria a reparação de injustiças — direitos lesados — e viabilizaria a normalização da vida pública nacional.

CM — *Qual a sua opinião sobre as propostas de mera revisão de algumas punições aplicadas pelo movimento de 1964? E acerca das sugestões no sentido de apenas se revogar o artigo 185 da Constituição da República?*

TZ — Lutamos por uma Anistia ampla e irrestrita e essa luta só terminará quando a meta for alcançada. Quanto à simples revogação do artigo 185 da Constituição, achamos não corresponder aos anseios da nação e propomos que se convoque uma Assembléia Nacional Constituinte. Esta, sim, viria verdadeiramente normalizar e pacificar a vida política nacional.

CM — *Que sabe de concreto sobre os propósitos do senador Magalhães Pinto ao incluir a Anistia em sua plataforma política? E da parte do general João Batista de Figueiredo, o que espera?*

TZ — O Movimento Feminino pela Anistia conta com os ideais que o movem, com a crença dos que por sua causa lutam e com a certeza de representar um dos mais puros anseios do povo brasileiro, que é a pacificação de sua família.

### **Preso Político? Para Ele Também**

CM — *Como encara os problemas daqueles que, embora não tenham perdido seus direitos ou mandatos polí-*

*ticos, sofreram outras modalidades de punição com base nas leis excepcionais?*

TZ — O Movimento luta por uma anistia a todos os que foram atingidos pelos “atos de exceção” eu seja, toda a legislação imposta ao país a partir de 1964.

*CM — Como a Anistia atingiria os presos políticos?*

TZ — A Anistia atingiria os presos políticos da mesma forma com que foi aplicada diversas vezes, desde a Independência até hoje.

*CM — Qual a real situação dos exilados brasileiros pelo menos com base nos dados obtidos até agora pelo Movimento?*

TZ — A situação dos exilados brasileiros é a mais angustiante possível. Além das dificuldades e das injustiças impostas a eles pelo governo brasileiro (tais como negação de cidadania aos seus filhos; negação de documentos necessários à vida e ao trabalho no exterior; pressões restritivas de diversas formas) pesa sobre eles a saudade da pátria, da família e do lar.

*CM — O Movimento Feminino pela Anistia defende, além de seu objetivo mais imediato, outras bandeiras intimamente ligadas à luta pelo retorno do Estado de Direito?*

TZ — O Movimento incorporou à sua luta a bandeira da Constituinte, em decorrência da qual atingiremos o Estado, desejado hoje pública ou intimamente por toda a nação brasileira.

*CM — O que sugere às classes políticas e estudantil, com meio de luta em favor da Anistia?*

TZ — Sugerimos a formação de grupos de pressão e a mobilização dos recursos humanos e morais da comunidade.

CM — *Como encara a proposta do sr. Leonel Brizola, de Anistia "recíproca" (para perseguidos e perseguidores).*

TZ — *Nossos objetivos são bem definidos, desde a instalação do Movimento: Anistia ampla e irrestrita, visando a pacificação e união da família brasileira.*

---

*Publicado em "CINCO DE MARÇO".  
Goiânia, Goiás em 13 a 19 de Março de 1978.*



**TESE DEFENDIDA NA 7.<sup>a</sup> CONFERÊNCIA NACIONAL  
DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL,  
REALIZADA EM CURITIBA, PARANÁ, DE 7 A 12  
DE MAIO DE 1978.**

**TEMA: “ESTADO DE DIREITO — DIREITOS  
HUMANOS E A NECESSIDADE DE ANISTIA”  
APROVADA POR ACLAMAÇÃO DIA 9 DE MAIO  
DE 1978.**

1. *Direitos Humanos — Conceito Abstrato e Real.* A Carta dos Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução francesa teve seu universo no ideal da Justiça.

Foi conquista da burguesia, projetando sobre o mundo seu ideal de concepção da pessoa humana, dentro de novo período histórico, espelhava o sentido que radicaria uma nova pessoa num novo mundo em nascimento: o mundo do CIDADÃO.

Para trás, ficavam, em lenta agonia, os valores sedícios de outra estrutura já caduca: a aristocracia.

A carta refletia ideais de justiça cujo universo é o absoluto.

Santo Agostinho já afirmava ser a Justiça anterior às leis.

Foi o marco instaurado como razão genética que daria sentido a toda produção de cultura a devir: Moral, Direito, Filosofia, Economia. Uma revolução em seu senso mais profundo.

A seu fundo, ainda, se levanta o espectro de Spartaco, liderando por três anos a revolta para a libertação dos escravos e conquista de Liberdade.

2. *Lutas e anseios da humanidade.* O Estado de Direito é o resultado da luta e conquista da humanidade através dos séculos.

É o eterno caminhar do homem na evolução de sua vida em comunidade e a procura de instalar para sua própria segurança o Estado de Direito.

As Revoluções Inglesas foram as primeiras conquistas contra o arbítrio, verdadeiro marco em Direito, trazendo em seu bojo o "Habeas Corpus", conquista da civilização da idade média.

Posteriormente, a revolução francesa em seu devenir trás um anseio da humanidade com o seu "Droit des hommes et du Citoyens".

Toda uma fermentação nos seus pródomos e a trajetória dos ideais foram se afirmando como conquistas dos homens e da sociedade no seu evoluir.

Napoleão Bonaparte no seu gênio estratégico sabia que era preciso embasar seu poder em leis e neste sentido fez a obra que legou à humanidade o "Código de Napoleão" que foi a codificação das leis sob a égide do Estado de Direito.

"É portanto a partir de três grandes movimentos políticos, sociais que se transpõe do plano teórico para o prático os princípios que iriam conduzir ao Estado Democrático; o "Bill of Rights" de 1689, o segundo a Revolução Americana, cujos princípios foram expressos na Declaração da Independência das treze colônias americanas, em 1776 e o terceiro, a Revolução Francesa, que teve sobre os demais a virtude de dar universalidade dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.

Quanto à revolução inglesa, a intenção foi limitar o arbítrio absoluto do monarca e a afirmação dos Direitos naturais dos indivíduos, nascidos livres e iguais, justificando-se portanto, o governo da maioria que deveria exercer o poder legislativo assegurando a liberdade dos cidadãos.

A sistematização teórica dos fatos políticos que estavam transformando a Inglaterra de seu tempo, tais como a publicação da Declaração dos Direitos de 1689 que proclamavam os Direitos e as liberdades dos súditos e a aprovação do documento que se tornou conhecido como “Bill of Rights”, através do qual se fez a ratificação daquela Declaração, além de se afirmar a Supremacia do Parlamento.

Na independência americana não havendo necessidade de se lutar contra o arbítrio do rei, isto influiu para uma afirmação mais vigorosa do governo, fundado no princípio da soberania popular.

A Declaração da Independência, de 1776, onde assim se proclama:

*“Consideramos verdades evidentes por si mesmas que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, entre os quais, a vida, a Liberdade e a procura da Felicidade; que para proteger tais Direitos são instituídos os governos entre os homens, emanando seus justos poderes dos consentimentos dos governados. Que sempre que uma forma de governo se torna destrutiva, é Direito do povo alterá-la ou aboli-la e instituir um novo governo, fundamentado em princípios e organizando seus poderes de forma que lhe pareça mais capaz de proporcionar segurança e felicidade”.*

O terceiro movimento consagrador das aspirações Democráticas do Século XVIII foi a Revolução Francesa. Além de se oporem aos governos absolutos os líderes franceses enfrentavam o problema de uma grande instabilidade interna, devendo pensar na unidade dos franceses.

Foi isso que favoreceu o aparecimento da idéia de Nação, como centro unificador de vontades e de interesses.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, foi um documento de cunho universal, pois o Estado e a Igreja eram inimigos e no caso foi destacado o Homem o Cidadão. Declara-se então:

*“Os homens nascem livres e permanecem livres e iguais em Direitos. Como fim da sociedade política*

*aponta-se a conservação dos Direitos naturais e imprescritíveis do homem, são a Liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência a opressão. Nenhuma limitação pode ser imposta ao indivíduo, a não ser por meio de lei; que é a expressão da vontade geral, e todos os cidadãos tem o direito de concorrer, pessoalmente ou por seus representantes, para a formação desta vontade geral. Assim, pois, a base da organização do Estado deve ser a preservação dessa possibilidade de participação popular no governo, a fim de que sejam garantidos os Direitos naturais”.*

Foram esses movimentos e essas idéias expressões preponderantes na Europa do séc. XVIII, e durante o séc. XIX e os princípios do séc. XX seriam uma busca de realizações destes preceitos.

A preocupação primeira foi sempre a participação do povo na organização do Estado e na formação e na atuação do governo, por ser considerado implícito que o povo seria o guardião da Liberdade e saberia propugnar pela igualdade.

Ao se observar a história vemos que a ordem sócio-política é que gera a ordem jurídica, e assistimos a Europa atravessar a revolução industrial a custa do trabalho da mulher, de menores e da classe operária explorada, levando estas mesmas classes a travar suas lutas pela libertação e igualdade.

Na França, a comuna; na Inglaterra, greves e lutas sociais; na Alemanha, fermentação política que virá trazer a luz filósofos cujas correntes de pensamento modificariam o enfoque em que até então vinha sendo conduzida a sociedade. A visão política dominante fundamentava a sua teoria na concentração da riqueza como alavanca do progresso, e isto levaria a classe operária à opressão e conseqüentemente às lutas pela sobrevivência e libertação.

Inevitavelmente tal posicionamento levaria ao confronto. Conflitos sociais, exacerbação da questão social conduzem a humanidade às guerras mundiais de 1914 e 1939, com todos os sacrifícios e horrores delas resultantes.

Em 1917, na Rússia uma corrente política, apoiada em conceitos filosóficos que formavam doutrina, toma conta do

poder e instala um regime que se propunha dentro de seus parâmetros a igualdade e a felicidade do povo. E conseguiram?

Nesta faixa de 25 anos, foram elaborados tratados internacionais, compromissos, alianças, porém quando os interesses econômicos e supranacionais eram colocados em primeiro plano, o Homem, o Cidadão — os Direitos Humanos passavam a ser figuras de retórica.

Após três anos do término da segunda grande guerra, forças democráticas que derrotaram o nazi-facismo que havia assolado a Europa criam a Organização das Nações Unidas, cuja finalidade era zelar pela paz, pelo bom relacionamento entre os Estados Membros e servir como árbitro em conflitos, numa ação supranacional.

3. *Declaração Universal dos Direitos do Homem*. (aprova-  
da em resolução da III Sessão Ordinária da Assembléia  
Geral das Nações Unidas).

### **Preâmbulo**

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e que seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz do mundo.

Considerando que o desrespeito pelos direitos do homem resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum.

Considerando ser essencial que os direitos do homem sejam protegidos pelo império da lei, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão.

Considerando que os povos das Nações, na Carta, sua fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos do homem e da mulher e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla.

Considerando que os Estados Membros se comprometem a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do homem e a observância desses direitos e liberdades.

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desses compromissos.

Agora, portanto,

A Assembléa Geral Proclama:

A presente Declaração Universal dos Direitos do Homem como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, como objetivo de cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados Membros, como entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

artigo 1 — Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

artigo 2 — (1) Todo homem tem capacidade para gozar dos direitos e das liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. (2). — Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

artigo 3 — Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

artigo 4 — Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

artigo 5 — Ninguém será submetido à tortura, nem tratamento ou castigo cruel desumano ou degradante.

artigo 6 — Todo homem tem direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

artigo 7 — Todos são iguais perante a lei e têm direito sem qualquer distinção a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

artigo 8 — Todo homem tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes recursos efetivos para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela Constituição ou pela lei.

artigo 9 — Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

artigo 10 — Todo homem tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

artigo 11 — (1) Todo homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias de defesa. (2) — Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

artigo 12 — Ninguém será sujeito a interferência na sua vida privada, no seu lar ou na sua correspondência nem

ataques a sua honra e reputação. Todo homem tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

artigo 13 — (1) Todo homem tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. (2) — Todo homem tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

artigo 14 — (1) Todo homem, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países. (2) — Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

artigo 15 — (1) Todo homem tem direito a uma nacionalidade. (2) — Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

artigo 16 — (1) Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, tem o direito de contrair matrimônio e fundar família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução. (2) — O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes. (3) — A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

artigo 17 (1) — Todo homem tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros. (2) — Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

artigo 18 — Todo homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

artigo 19 — Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão, direito esse que inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir



informações e ideais por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

artigo 20 — Todo homem tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas. (2) — Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

artigo 21 — (1) Todo homem tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos. (2) — Todo homem tem direito de acesso ao serviço público de seu país. (3) A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

artigo 22 — Todo homem, como membro da sociedade, tem direito à previdência social e a realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acôrdo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade.

artigo 23 — (2) Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, à condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. (2) — Todo homem sem distinção qualquer, tem direito a uma remuneração satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social. (4) — Todo homem tem direito a organizar sindicatos e a nestes ingressar para proteção de seus interesses.

artigo 24 — Todo homem tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável de horas de trabalho e a férias remuneradas e periódicas.

artigo 25 — (1) Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe e à sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e o direito à

previdência em caso de desemprego, doença ou invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. (2) — A maternidade e a infância tem direito a cuidados e assistências especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

artigo 26 (1) — Todo homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. (2) — A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão do homem pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (3) — Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

artigo 27 — (1) Todo homem tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios. (2) — Todo homem tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

artigo 28 — Todo homem tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

artigo 29 — (1) Todo homem tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível. (2) — No exercício de seus direitos e liberdades, todo homem estará sujeito apenas as limitações determinadas pela lei; exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade

democrática. (3) — Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

artigo 30 — Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.

Do abstrato, do ideal para o real há muito a caminhar. A Prof. Nial MacDermont em artigo na revista da Ordem dos Advogados do Brasil (n.º 16 jan/abril de 1945) :

*“Conquanto a Declaração seja aceita universalmente, ou quase universalmente deve-se admitir que é considerada com variável grau de entusiasmo nas diversas regiões do mundo”.*

4. *O mundo de hoje e o Brasil.* E hoje, num mundo em fase de transição, ambas as tendências que integram, o capitalista e o socialista, mergulham em crises institucionais.

Há vinte e dois anos do ano 2.000, com uma população de 60% de jovens, o Brasil se encontra dentro de um Estado de exceção que perdura há 14 anos.

Em termos de potencialidade, ou seja, na relação dos dados, território — população — equipamentos — material — produção econômica-desenvolvimento tecnológico o Brasil é o principal país da América Latina. Isso, no entanto, não nos afasta do posto ocupado pela América Latina na escalada da importância internacional, que é modesto. Essas indicações já podem dar idéia do nosso papel no incerto futuro mundial.

Mas — convém insistir a receita da ação é dois terços de conhecimentos, um terço de arte e nenhuma conversa fiada” (entrevista do Ministro Afonso de Melo Franco à Revista Manchete — texto de Afonso Arinos Filho).

É indiscutível que dentro desta arte está em exponencial a arte política e o saber jurídico, que deverá dar sua grande

contribuição para a solução do impasse institucional que vivemos.

A nós, os advogados brasileiros por dever inerente à nobre profissão que congrega os legítimos defensores da Justiça e Liberdade, nos devemos posicionar, como é de nossa tradição, pelo Estado de Direito. Quatorze anos de exceção deformaram nossas instituições jurídicas. A Nação está submetida ao arbítrio. A consequência é o caos institucional.

O Estado se divorciou da Nação, que está angustiada e oprimida, clama numa só voz que lhe devolvam os instrumentos de sua segurança, estabilidade, harmonia, desenvolvimento humano.

A Carta aos Brasileiros, documento de cunho histórico assumido pelos juristas brasileiros em 11 de agosto de 1977, quando da comemoração do sesquicentenário dos cursos jurídicos no país, expressou claramente os desejos da nossa classe.

Esta Carta podemos afirmar retrata os anseios da Nação. Este documento foi um protesto contra a deterioração da inversão da hierarquia das leis e da anulação da Constituição pelo ato Institucional número cinco e demais leis de exceção.

Quando fica evidente a quebra de todos os liames que legitimam o pacto social, urge romper o impasse institucional, dentro da ordem e para assegurar a paz, apelando para as razões históricas da Nação, para as inspirações de suas tradições jurídicas.

A representação nacional legítima é a emanção livre da vontade do povo, enunciada no artigo XXI da Declaração Universal dos Direitos Humanos, do qual o Brasil, como Nação soberana é signatário, portanto compromisso assumido em consenso com as nações do mundo civilizado. Repetida na Constituição de nosso país. A volta do Estado de Direito, deverá ser feita através de uma convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que para ser legítima deverá representar todas as correntes de pensamento da Nação, em clima de total liberdade.

Para isso se torna necessário também a aplicação do Instituto da Anistia como medida preliminar.

Fundamento minhas afirmações no parecer do ilustre Dr. Aluysio Tavares Picanço, Membro do Conselho da O.A.B., Secção do RJ.

Valendo-se de fontes criteriosas e de seu grande saber jurídico e humano, citando juristas da projeção dos Drs. Eduardo Espinola Filho, Dr. Geminiano de França, Dr. José Gomes da Silva, Dr. Carlos Maximiliano e Dr. Melchiades Picanço, e também indo buscar na tradição histórica o exemplo do glorioso Duque de Caxias — O Pacificador — teve seu parecer aprovado por unanimidade na sessão de 28 de fevereiro de 1978.

Dividido contra si mesmo, o Brasil perecerá na violência ou degradar-se-á sob os horrores de uma Ditadura, alternativa que cumpre evitar com a restauração do Estado de Direito e a plena vigência dos postulados democráticos.

Dos desacertos e agressões ao Estado de Direito ocorridos no Brasil, podemos destacar: a ênfase dada pelo Governo Brasileiro na aplicação dos atos de exceção, visando o cerceamento das atividades políticas dos cidadãos brasileiros. Esta realidade constitui-se em uma usurpação do direito mais sagrado que têm os indivíduos que vivem em Sociedades.

#### Conclusão:

1) Aplicação da Anistia com medida preliminar e essencial a uma abertura democrática consequente.

2) A Anistia é hoje um anseio nacional. Isto se verifica pelo apoio que ela tem recebido dos mais amplos setores da população brasileira, tais como: a Igreja, a OAB, entidades de classes, políticos, estudantes, intelectuais e trabalhadores. Neste contexto, o posicionamento deste Congresso em favor da Anistia representará uma página histórica inescusável da grandeza dos Advogados Brasileiros, aqui reunidos, que sempre serviram aos ideais do Povo Brasileiro.

3) O Futuro não é o resultado de um determinismo cego e inevitável. Os objetivos acima proclamados, para

serem atingidos, necessitam tão somente da decisiva vontade e da consciente e corajosa participação dos Cidadãos Brasileiros.

São Paulo, 26 de Abril de 1978

#### BIBLIOGRAFIA

- 1 — *Elementos de Teoria Geral do Estado* — Prof. Dalmo Dallari
- 2 — *O Renascer do Direito* — Prof. Dalmo Dallari
- 3 — *Origem dos Direitos dos Povos* — Jayme de Altavila
- 4 — *Revista da Ordem dos Advogados do Brasil* n.º 15 — 1975
- 5 — *Revista "VEJA"* n.º 446 — 1977
- 6 — *Carta aos Brasileiros.*
- 7 — *Parecer do Dr. Aloysio Tavares Picanço, apresentado à OAB Secção do Estado do Rio de Janeiro, em 23 de fevereiro de 1978.*

## NA UNICAMP, UM DEBATE: ANISTIA

A presidente do Movimento Feminino pela Anistia, Therezinha Zerbine esteve ontem no Instituto de Ciências Humanas da Unicamp debatendo com os estudantes sobre a anistia, que definiu “não como perdão, mas a restauração de direitos”. A líder do MFPA fez um histórico da situação nacional desde 1964 e também da atuação da entidade pela eliminação dos atos de exceção.

## VITÓRIA DA ANISTIA, SÓ COM MUITA LUTA

A presidente do Movimento Feminino pela Anistia, Therzinha Zerbine falou ontem em Campinas:

“A anistia não é perdão, é a restauração dos direitos que foram lesados. Todos nós devemos assumir essa luta e criar forças para vencê-la. Porque força ninguém tem, força se cria e espaço político a gente conquista”. Essas palavras são da advogada Therezinha Zerbine, presidente do Movimento Feminino pela Anistia — MFPA, criado em 1975, em São Paulo. Ela esteve ontem, no Instituto de Ciências Humanas da Unicamp, debatendo com os estudantes o tema “Luta pela Anistia”. Entretanto, Ruth Escobar, do Comitê Brasileiro pela Anistia e dois advogados de presos políticos Luiz Eduardo e Idibal Piveta que também estavam convidados para debaterem com os estudantes, não compareceram.

Com gripe, e a voz até um pouco rouca, Therezinha falou com entusiasmo sobre o movimento de luta pela anistia no Brasil. Para ela “todos devem estar prontos para a luta, seja a hora que for”. No momento em que foi convidada a

iniciar o debate, uma vez que os demais convidados não haviam comparecido, a líder do MFPA disse: “A gente faz a guerra com o chumbo que tem. Por isso vamos começar já”.

Durante sua explanação sobre anistia, antes do debate, Therezinha fez um relato das lutas no País, ressaltando principalmente os anos de 64, enfatizando a importância de uma reforma agrária no país e ainda o voto do analfabeto “que é muito importante. Ele tem tanto direito como qualquer um de nós”, afirmou.

## **Movimento**

“Nós assumimos perante a nação a responsabilidade de sermos deflagradoras da luta pela anistia no País, porque desde 68, com a quebra da legalidade em 64, o País passou a viver na excepcionalidade”, afirmou Therezinha Zerbine, acrescentando que “todas as reformas de base estavam sendo trabalhadas como necessárias para maior participação popular e transformação da sociedade brasileira; todos esses ideais de luta foram sufocados em 64, hibernaram até 68 e deram o nascimento a um clima de revolta”.

A mocidade tem o sangue mais quente — continuou — maior ideal e menos responsabilidade com as classes dominantes “foi pro pau e para o grito”. Mas convenhamos, o grito é a voz dos que não são ouvidos e, a violência de 68 foi a resposta à violência de 64.

Segundo o relato da presidente do MFPA, de 68 a 75 o país passou a viver um clima de guerra. “E na guerra tanto se mata como se morre. E num processo de paixões e revoltas, as razões são bem poucas. Daí é que se avolumaram as prisões políticas, os banimentos, as cassações, o Ai-5 enfim, o arbítrio total”.

Um grupo de mulheres que acompanhava o processo resolveu assumir uma luta por anistia no país. E 1975, que foi o Ano Internacional da Mulher, decretado pela ONU, tinha como princípio “igualdade, desenvolvimento e paz”. “Nós escolhemos o campo da paz para trabalhar. Nós teríamos que trabalhar pela paz não no Himalaia ou na Conchinchina e sim aqui, pois não tínhamos paz no Brasil,



que era um país dividido político, social e economicamente”, disse Therezinha Zerbine.

Ressaltando que “nós vivemos um caos jurídico, econômico e social” Therezinha frisou que “o arbítrio se tornou regra e passamos a viver em plena excepcionalidade, isto é, fora do Estado de Direito”.

— A excepcionalidade a que me refiro — prosseguiu — podemos traduzir por ditadura.

### **Estado de Anomalia**

“Há 14 anos o País vive num estado de anomalia. Anistia não foi uma invenção de mulheres no Ano Internacional da Mulher, ela já faz parte histórica dos direitos de nossa terra”, salientou a presidente do MFFPA.

Dizendo que desde o Império até a República, ela foi usada 50 vezes, Therezinha Zerbine lembrou que em “7 de setembro de 1822, quando D. Pedro gritou “Independência ou Morte”, muitos portugueses que aqui viviam reagiram de armas na mão, porque eles sentiam que o Brasil era Portugal, portanto não aceitavam essa independência. No dia 18 do mesmo mês, D. Pedro outorgou decreto de anistia a todos que tinham se revoltado de armas na mão, contra a independência de País. De lá para cá tivemos uma série de anistias”.

Avançando um pouco mais no tempo, a líder do Movimento Feminino pela Anistia citou a Revolução de 32. “Essa revolução — afirmou — foi uma guerra. Guerra sim, porque morreram mais de 10 mil pessoas. Em 34 foi dada uma Anistia e feita uma nova Constituição. Em 45 idem. Com o término da guerra, o primeiro passo na preliminar da pacificação foi outorgada a anistia e convocada uma Constituinte. As formas históricas não variam muito e nós estamos diante de um processo, que terá que ser resolvido obrigatoriamente, por uma anistia ampla, geral que é a estrada a qual conduzirá o País para uma saída institucional”.

— Nós mulheres — declarou — que assumimos esse processo de deflagrar a luta pela anistia no País começamos com um manifesto que, cónscias dos nossos direitos de ci-

dadãs, nos antepunhamos aos destinos da Nação numa luta contra os atos de exceção e por uma anistia ampla e geral a todos os atingidos por esses atos, ou sendo mais clara, contra toda a excepcionalidade reinante no país desde 64.

O Movimento Feminino pela Anistia hoje, segundo Therezinha está estruturado nacionalmente. Iniciou em São Paulo, depois Rio Grande do Sul, Rio e Minas Gerais. Isto em 75. No ano de 76, a 15 de março foi instalado o núcleo de Fortaleza e, posteriormente em Recife, João Pessoa e Bahia. Em 77, no dia 15 de janeiro, oficialmente a Bahia, juntamente com Santa Catarina assumiram a luta. Neste ano, dia 15 de março foi lançado o núcleo de Goiás em Goiânia, que não pertence ao MFPA, mas é pela mesma causa.

### **“Analfabeto tem Direito de Votar”**

Em 1964 se pedia o voto do analfabeto, reforma agrária, enfim toda a reforma da nação. Segundo Therezinha as forças mais obscurantistas do país se juntaram contra essa reforma agrária, enfim toda a reforma da Nação.

— O Brasil é um país dividido em dois, porque temos o Sul que é a região mais rica e o Centro Oeste que é a mais pobre, onde vivem pessoas ainda na Idade da Pedra. O voto do analfabeto é uma necessidade pois ele trabalha, produz e deve participar. Cerca de 55% de nossa população está no mato, como animais, trabalhando de sol a sol, e sem direito algum, nem ao voto, porque são analfabetos.

Para ela, a reforma agrária também é muito importante para o País. “Os Estados Unidos por exemplo, conseguiu chegar ao estágio em que está, porque desenvolveu seu mercado interno. Mas essas forças obscurantistas são egoístas e parecem não querer perceber que o País não conseguirá viver desse jeito” frisou Therezinha Zerbine.

— Não podemos dizer, é claro, que não tem preso político que não matou. Matou sim, mas a repressão também matou muita gente. Se houve violência de um lado, houve do outro também. A anistia sempre foi a solução para o País, ela vai redemocratizar o Brasil. Temos que sair dessa luta para uma abertura democrática.

Para Therezinha Zerbine, a anistia é como um remédio. “Quando o corpo está doente, toma-se um remédio. Quando uma sociedade está doente e a alma da nação está ferida, o remédio político e jurídico é a anistia” salientou.

— Nós estamos num tunel sem luz — acrescentou. Mas quando conseguirmos sair dele, todos nós seremos o que quisermos; quem é comunista vai ser comunista, quem é monarquista poderá continuar e assim por diante. O fato é que cada um tem o seu ideal; uma coisa que não se impõe, não se compra.

Segundo Therezinha a anistia virá quando tudo estiver desmoronando. “E está”. Em meio ao debate com os estudantes ela citou o caso de um número da revista O Cruzeiro. “Esse número tras artigo que deve ter sido encomendado, porque sou mulher de militar e sei muito bem como militar escreve. Neste número tem uma matéria sobre anistia, com três tópicos e palavras típicas de militar” relatou.

Entende Therezinha Zerbine que “todos nós temos que ter uma bandeira, nem que seja a bandeira do patrão, como é o caso dos Estados Unidos, onde o presidente carrega a bandeira dos direitos humanos e muita gente o segue”.

— A bandeira da anistia — disse ela — é de direitos humanos, de liberdade e devemos carregá-la sem radicalismos, porque não leva a nada. Contra a força bruta temos que impor a força da inteligência. E faço questão de ressaltar que o nosso movimento não é de Joana D’arcs. Não queremos ir para a fogueira e muito menos para a prisão, pois estive seis meses presa e lá dentro só se cura calo, mais nada.

## **Luta**

Therezinha Zerbine, que é advogada, participou do VII Congresso Nacional dos Advogados realizado este ano em Curitiba. Lá defendeu uma tese sobre anistia, que foi aprovada por unanimidade e aclamação.

Relatou ontem, que durante esse congresso teve oportunidade de conversar com um grupo de acadêmicos de direito que diziam querer lutar pela Anistia e o que deveriam fazer para isso. “Sugeri que eles formassem um Comitê de estu-

dantes para integrarem essa luta, que é uma luta de fé, Eles formaram seu Comitê”, disse ela. Comitê estudantil independente de Curitiba.

— Por outro lado acho que quando se quer lutar por alguma coisa deve-se entrar direto na luta. Não aceito esse negócio de reflexão. Refletir é bom sim, mas geralmente demonstra que não se está querendo fazer nada.

---

*Publicado no DIÁRIO DO POVO  
Campinas, S. Paulo, em 19 de maio de 1978.*

## **DISCURSO AOS FORMANDOS DE JORNALISMO DA FUNDAÇÃO ARMANDO ÁLVARES PENTEADO — SÃO PAULO, CAPITAL EM 2 DE JUNHO DE 1978.**

Ao iniciar, quero por em relevo a honra de ter sido escolhida para paraninfar esta turma de jornalistas.

Acredito que a escolha recaiu guiada mais pela especialização de meu trabalho como cidadã e advogada e pelo seu sentido orientado na defesa dos Direitos Humanos.

A imprensa é o sentido da verdade e o encarna no plano político, assim sendo, ela cumpre a função de esclarecer a opinião pública, criticar as correntes que a orientam e contribuir para a formação de consciências. Nesta medida ela é o 4.º poder de nossa sociedade. Para cumprir essa nobre missão, dois fatores são essenciais à imprensa: Liberdade e Responsabilidade.

Em sua ausência, ela será posta a serviço dos poderosos do dia, tornando-se bastarda e anti-democrática.

A classe dos jornalistas neste contexto tem um compromisso democrático com o povo e seu amanhã.

Nesta encruzilhada que vivemos, fim de uma situação de excepcionalidade, incapaz de produção de novos valores e formas, faz-se necessário que consciências livres e retas informem, dêem de si o melhor para propiciarem a mudança desejada, por todos os homens de boa fé.

Uma conduta sem concessões, sem medo e sem autocensura, vai alargar a clareira e deixar passar a luz que

tanto esperamos, escurraçando as trevas em que vivemos há 14 anos.

A vocês que começam uma nova etapa de suas vidas, os meus melhores votos e a lembrança de que tudo vale a pena quando a alma não é pequena. E o tudo nesta hora é a luta pela Anistia Ampla e Geral.

## **COMEÇA HOJE CAMPANHA DE ASSINATURAS PELA ANISTIA**

A presidente do Movimento Feminino pela Anistia, Therezinha Zerbine, chegou ontem a Salvador para o lançamento da campanha de assinaturas pela Anistia na Associação dos Funcionários Públicos juntamente com o Comitê Brasileiro pela Anistia. Zerbine comentou sobre as reformas do Governo, lembrando que o Movimento não se preocupa com o tratamento que o governo dá para a anistia, o que lhe interessa é que ela seja aplicada como em 1934 e 1945, de uma maneira ampla, geral e irrestrita.

## MOVIMENTO PELA ANISTIA LANÇA HOJE CAMPANHA DE ASSINATURAS

— “Não se pode em uma nova etapa de vida entrar com mentiras e escamoteações. Não pode haver redemocratização sem anistia geral, que é uma instituição de direito; sem adjetivação, roupagem e sem mistificação. Não queremos nada embrulhado ou com remendos, queremos a anistia como ela sempre foi aplicada. Queremos o restabelecimento do estado de direito, o restabelecimento da cidadania e das liberdades, a volta de todos os que foram cassados”.

Esses foram os pensamentos colocados ontem à noite pela presidente do Movimento Feminino pela Anistia, Therezinha Zerbine, ao chegar a Salvador para o lançamento hoje, às 20 horas, da Campanha de Assinaturas pela Anistia, na Associação dos Funcionários Públicos, que ela caracterizou como uma campanha dinamizadora e catalisadora, no sentido de ganhar novos adeptos à luta que, “é o motor que vai redemocratizar o País”.

Durante o encontro que manteve ontem, com a imprensa, logo depois de sua chegada à Salvador, Therezinha Zerbine, juntamente com membros representantes do Comitê Brasileiro pela Anistia e Movimento Feminino pela Anistia, seção da Bahia, se posicionou mais uma vez sobre a anistia parcial admitida pelo governo, dizendo que o movimento nunca teve a preocupação de entender como o governo ve a anistia ou mesmo qual o tratamento que ele pretende dar à anistia.

O que esperamos, disse mais, é que a anistia venha a ser aplicada como foi em 1934 e 1945, de uma maneira ampla, irrestrita e geral. Nós trabalhamos com a anistia como uma



preliminar de pacificação, uma vez que a sua bandeira é a bandeira de luta dos brasileiros. Por sua vez, Paulo Roberto Martins, membro da diretoria do Comitê Brasileiro pela Anistia, deixou claro que o movimento tem plena consciência que o governo não tem nenhum interesse em conceder anistia, tomando como base o texto da reforma que não faz nenhuma referência ao assunto e, na sua opinião, demonstra apenas um intenso grau de intolerância política.

Também a possibilidade de vir a ser realizado um congresso a nível nacional pela anistia foi colocado por Paulo Roberto Martins, um dos autores, juntamente com Roberto Ribeiro Martins e Luis Antonio Palmeira — do Livro “Liberdade para os Brasileiros”, que ele afirma ser a primeira publicação a sistematizar, através de 90 decretos os indultos políticos, a experiência histórica da anistia no Brasil. O livro, a ser publicado pela Civilização Brasileira, tem o lançamento previsto para agosto.

Hoje, durante o lançamento da Campanha de Assinaturas pela Anistia, que estará a cargo de representantes do Movimento Feminino e do Comitê Brasileiro pela Anistia, vai haver vários pronunciamentos, entre os quais um de Therezinha Zerbine, D. Timóteo e do reverendo Celso Dourado. Além disso, serão abertos abaixo-assinados para circular durante 90 dias, nos quais, os assinantes clamam, na condição de cidadãos brasileiros “empenhados na tarefa de ver consolidar a paz em todos os lares brasileiros”, pela reintegração dos presos, banidos, cassados e exilados.

Considerando a Frente Nacional de Redemocratização, lançada recentemente em São Paulo, como sendo um fato novo, que deve ser olhado com muita cautela mas também com muita simpatia, Therezinha Zerbine explicou que o MFPA encontra-se numa posição de intensa expectativa com relação à definição do programa e critérios a serem desenvolvidos pela Frente. No entanto, acrescentou que havendo correção de idéias, o movimento a ela se somará e se unirá pela redemocratização.

No entanto, a presidente nacional do Movimento pela Anistia complementou, dizendo que “não adianta escamotear a verdade. Só a anistia resolve o problema político do País e, se quisermos sair do beco em que entramos, tem que ser

pela anistia, que deverá ser colocada como o imperativo de consciência". Ainda durante o lançamento da campanha de assinaturas, hoje, será entoado o Hino da Anistia, composto pelo baiano Almiro Oliveira durante a anistia de 45, na época delegado de polícia e atualmente professor de violão.

---

*Publicado na TRIBUNA DA BAHIA  
Salvador, Bahia, em 7 de Julho de 1978.*

## **THEREZINHA ZERBINE CHEGA A NATAL: TEM INÍCIO O MOVIMENTO PELA ANISTIA**

Com uma palestra da Sra. Therezinha Zerbine, dirigente nacional do Movimento Feminino pela Anistia, será lançado publicamente, hoje, em reunião na Câmara Municipal do Natal, às 20 horas, o Comitê Northeriogrândense de Anistia, criado há dois meses por deputados, advogados, estudantes, familiares de presos políticos e entidades interessadas, para defender Anistia ampla, geral e irrestrita para que todos os que foram punidos pelas leis de exceção editadas a partir de 1964.

O Comitê Northeriogrândense de Anistia — CNA — já teve seus Estatutos publicados no Diário Oficial e toda a documentação já foi encaminhada aos órgãos competentes para sua legalização.

### **Assinaturas**

A vinda, pela primeira vez a Natal, da Sra. Therezinha Zerbine, cujo marido — general do Exército — foi um dos punidos, passando compulsoriamente para a reserva, além de servir para que ela conheça o trabalho de várias entidades democráticas — como OAB, CEBS e Diretórios Estudantis — em defesa da Anistia, para as vítimas do arbítrio, deverá ser aproveitada para o lançamento oficial da campanha nacional de assinaturas pela Anistia iniciada há duas semanas em Salvador.

O CNA, em seus Estatutos, assegura que a luta dos seus integrantes se prende a todos os casos de punição: prisões, banimentos, condenações por atividades políticas, afasta-

mentos, demissões, cassações de direitos políticos e mandatos parlamentares e outras punições, pelo fato de que estes réus não tiveram o elementar direito de defesa cabível a todos os humanos.

Com a distribuição de um folheto contendo o anúncio da palestra e um poema de Thiago de Melo "Uma Questão de Amor", o Comitê está convidando o público a participar da reunião e espera que todos compareçam para se engajar ao movimento com a certeza assinalada pelo poeta: Todos já sabem que vens: / teu caminho é o de chegar. / Ninguém mais pode esconder / tua fronte levantada. / E porque surges lavada / pela dor de ante-manhã / nós te dizemos: benvinda / (...) eu te batizo ANISTIA.

---

*Publicado na TRIBUNA DO NORTE  
Natal, R. G. do Norte, em 13 de Julho de 1978.*

## **THEREZINHA ZERBINE VISITA O RIO GRANDE DO NORTE E FALA SOBRE ANISTIA**

Será às 20 horas de hoje no plenário da Câmara Municipal, o lançamento oficial do Comitê Norteriograndense de Anistia, que terá a presença e uma palestra da presidente do Movimento Feminino pela Anistia, Therezinha Zerbine.

A solenidade constará de uma exposição sobre o que é o Comitê de Anistia, uma saudação à presidente Therezinha Zerbine, uma palestra desta sobre anistia e a leitura dos nomes potiguares atingidos pelas leis de exceção a partir de 1964, alguns dos quais estão mortos.

O Comitê Norteriograndense de Anistia foi fundado há cerca de três meses e reúne pessoas interessadas no perdão para os atingidos pelos atos de exceção. Ele se reúne às quartas-feiras na sede da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB — e é aberto a todos os interessados, liberto de qualquer ligação político-partidária ou ideológica.

À solenidade de hoje, deverão estar presentes representantes de diversas instituições, como a OAB, Arquidiocese, Comissão de Justiça e Paz, Associação dos Jornalistas, MDB, Arena e outras. De manhã, Therezinha Zerbine concederá entrevista coletiva.

## **THEREZINHA ZERBINE VÊ ANISTIA COMO BASE DA REDEMOCRATIZAÇÃO**

“Sem Anistia, o país não terá redemocratização”, afirmou ontem pela manhã, em entrevista coletiva na Cooperativa dos Jornalistas, a presidente do Movimento Feminino pela Anistia, sra. Therezinha Zerbine, esposa do general Euryale Zerbine, um dos resistentes ao movimento de 1964 em São Paulo. Ela fez conferência à noite, na Câmara Municipal, lançando oficialmente o Comitê Norteriograndense de Anistia. A líder feminina afirmou à imprensa que a luta pela Anistia “surgiu numa hora em que o Brasil era dominado pelo medo”. Ela defende ‘uma Anistia ampla e real no país, através da instituição da Anistia, sem adjetivação, como preliminar da pacificação nacional’.

## **PARA THEREZINHA ZERBINE ANISTIA É O MOTOR DA REDEMOCRATIZAÇÃO**

“Sem Anistia, o País não terá redemocratização. Precisamos conscientizar o povo de que Anistia é o motor da redemocratização”. A afirmação foi feita ontem de manhã, pela sra. Therezinha Zerbine, dirigente nacional do Movimento Feminino pela Anistia, em entrevista à imprensa, na Cooperativa dos Jornalistas de Natal — COOJORNAT.

Ela está em Natal desde a noite de segunda feira, e ontem, às 20 horas, proferiu palestra na Câmara Municipal de Natal por ocasião do lançamento público do Comitê Northeriogrândense de Anistia.

### **Satisfação**

A sra. Therezinha Zerbine não escondeu sua satisfação em participar de uma reunião pela Anistia em Natal dizendo que para ela Natal é um campo novo; mas que se assemelha a dezenas de situações que estão se concretizando em vários Estados brasileiros. “Com o seu marido, entretanto — revelou — não acontece o mesmo, porque ele tem muitos amigos aqui, entre eles, pessoas de quem privava da amizade, na Escola Militar”.

### **Seriedade**

Indagada a respeito da opinião do Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Karl Joseph Homer, que se afirmou contra a Anistia ampla, geral e irrestrita por entender que é um absurdo jurídico, moral e político, a líder do MFPA disse que “é uma situação bem conflitiva. Deve ser colocada de

lado, por nós, que temos maturidade política e fazemos um trabalho sério, adulto e consequente". Para ela "isso não diz nada à nossa luta, pois sabemos o que queremos... uma Anistia ampla e real através da instituição do direito, sem adjetivação, como preliminar da pacificação".

### **Necessidade**

Explica que a necessidade da Anistia para todos os que foram atingidos por atos excepcionais, inclusive aqueles que nunca fizeram nada para estarem sofrendo com a exceção; como exemplo citou os filhos dos exilados, crianças, vidas novas, que não fizeram nada para viverem como apátridas, assegurou. "Isso humilha e envergonha a nação".

### **O MFPA**

Falando sobre o Movimento Feminino pela Anistia, a sra. Therezinha Zerbine explicou que essa luta surgiu "numa hora em que o Brasil vivia dominado pelo medo. Então, a mulher brasileira assumiu a responsabilidade de deflagrar a luta pela Anistia, quando participava das promoções do Ano Internacional da Mulher (patrocinado pela ONU) que visava integrar a mulher no trabalho pela igualdade, desenvolvimento e paz".

### **Convites**

A dirigente nacional do MFPA dirigiu-se a tarde à Arquidiocese de Natal, onde foi convidar o Arcebispo Dom Nivaldo Monte para participar do lançamento oficial do Comitê Norterio-grandense de Anistia. Também convidou pessoalmente o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Alcimar Torquato, entre outras pessoas. A reunião do CNA na Câmara Municipal de Natal, que reuniu todas as pessoas interessadas em participar do Movimento para Anistia, familiares de presos políticos, estudantes, etc. — serviu também de oportunidade para continuação da coleta, a nível nacional, de assinaturas a um documento pedindo a Anistia.

---

*Publicado na TRIBUNA DO NORTE  
Entrevista concedida na Cooperativa dos Jornalistas de Natal —  
Natal, R. G. do Norte em 19 de julho de 1978.*



## VOLTA DO EXÍLIO

Apesar da empolgação que vem provocando nas diversas entidades vinculadas à questão da anistia, por ser o passo mais ousado até agora destas entidades e representar uma ofensiva para arrancar a anistia do Governo, a proposta de promover a volta imediata dos exilados é polêmica. A presidente nacional do Movimento Feminino pela Anistia, a advogada Therezinha Zerbine, tem a seguinte opinião:

“Tenho trabalhado há três anos pela anistia, o que implica em dizer trabalhar pela volta dos exilados. Contudo, com a responsabilidade que tenho, e a prudência e o respeito a família deles, não creio que esta seja a hora de assumirmos a responsabilidade de dizer: “Voltem”. Segundo ela a situação política do país, apesar de ser melhor do que a de 1969, “é brumosa, com perspectivas de melhora, mas ainda corremos o risco de que, num ato de desespero, os setores mais obscurantistas resolvam assumir o fechamento político e se preparem para uma nova onda de violências. É por causa disto que acho que deve-se esperar mais um pouco para promover o regresso dos exilados”.

## LÍDER DO MOVIMENTO PELA ANISTIA ESPERAVA VER “CAJÁ” LIBERTADO

A advogada paulista Therezinha Zerbine, presidente nacional do Movimento Feminino pela Anistia, com sede em São Paulo, que chegou ao Recife para assistir ao interrogatório de Cajá, ao final da sessão de ontem na Auditoria Militar expressou o seu desapontamento pela negativa do Conselho em relaxar a prisão do jovem.

Ressaltou a sra. Therezinha Zerbine que a “lei Fleury” está aí para ser aplicada, e ninguém melhor do que Cajá para ser beneficiado por ela, já que tem bons antecedentes e não vejo motivos legais para que ele continue preso”. Mas expressou sua confiança na Justiça para que no final a inocência de Edival Nunes da Silva seja comprovada.

### **Mobilização**

Informa a advogada que o Movimento Feminino pela Anistia, em São Paulo “tem se mobilizado inteiramente no sentido de apoio total a Cajá e todos os que lutam pelos direitos humanos”. Para ela anistia e liberdade são dois princípios com os quais o Movimento se identifica.

Disse que durante a reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência foi aprovada uma moção em favor de Cajá, com apoio unânime de todos os congressistas, com o incentivo fundamental do elemento feminino. Cita também uma vigília que realizaram na Igreja da Consolação, em favor do estudante preso. “Todo São Paulo se movimentou em favor de Edival Nunes da Silva” observou a advogada Therezinha Zerbine.

---

*Publicado no DIÁRIO DE PERNAMBUCO  
Recife, Pernambuco em 20 de Julho de 1978.*

**NO DIA NA ANISTIA MAIS DE 400 ACADÊMICOS  
ESTÃO EM GREVE  
THEREZINHA ZERBINE “EU QUE JÁ FUI PRESA E  
CONDENADA SEI PORQUE LUTAMOS TANTO PELA  
ANISTIA”.**

— “A Anistia é irmã gêmea da democracia. É a própria consciência humana. Nós a queremos sem adjetivos, da forma que foi aplicada 50 vezes neste país por pacificadores como Getúlio Vargas, Duque de Caxias e Juscelino Kubistchek”. Com estas palavras a presidente do Movimento Feminino pela Anistia e Direitos Humanos, Therezinha Zerbine fez uma pequena esplanção do seu ponto de vista sobre a atual situação do país, em relação ao assunto.

Ela desembarcou ontem à tarde no aeroporto internacional “Antonio João” e hoje estará proferindo palestra no auditório da Casa da Cultura do Teatro Dom Bosco, por ocasião da implantação da Comissão Pró-Movimento Mato-grossense pela Anistia e Direitos Humanos; também presentes à conferência e proferirão palestras, o fundador em Mato Grosso do Centro Democrático Nacional e ex-ministro da Saúde Wilson Fadul e o dr. Flávio Bierrenbach, Professor de Direito da PUC e vereador da Câmara Municipal de São Paulo, autor da moção pela Anistia, aprovada por unanimidade.

Therezinha Zerbine foi recebida por um grande número de pessoas no aeroporto e logo depois concedeu uma entrevista à imprensa.

Muito segura e bastante descontraída ela explicou que o movimento pela Anistia e Direitos Humanos é uma manifestação de fé e de amor à humanidade, tendo nascido da

reunião de oito mulheres em São Paulo, que, sem qualquer ajuda, começaram a pregar a necessidade da Anistia no país.

— A Anistia organizada como movimento — disse ela — não tem qualquer conotação política ou ideológica. Nem mesmo o MDB havia tomado esse movimento como bandeira, só o fazendo depois de quase três anos de sua existência. Hoje, estamos instalados por toda a faixa costeira do país e agora avançamos para o planalto central.

### **Em Mato Grosso**

Com o mesmo ideal do movimento foi que o ex-ministro Wilson Fadul fundou, em Mato Grosso, o Centro Democrático Brasileiro. “Preferimos organizar o movimento em entidades, como esta matogrossense para evitar conotações ideológicas”.

Mesmo assim, segundo a dra. Therezinha Zerbine, por muitas vezes o movimento já foi visto como subversivo. O incidente ocorrido em Belo Horizonte foi citado por um dos repórteres, mas a presidente do movimento não teceu grandes comentários a respeito. Entretanto, demonstrando uma visível mágoa acrescentou: “Nós não temos nem mesmo o que falar daqueles homens. Para mim o problema deles é psicopatia. São uns doentes mentais”.

### **Figueiredo Precisa Saber...**

Quando indagado sobre seu ponto de vista com relação as afirmativas do futuro presidente João Baptista de Figueiredo, que não admite uma abertura ampla ou anistia irrestrita, Therezinha Zerbine foi taxativa: “Não levamos em consideração o que diz o general Figueiredo. Ele não tem compromisso nenhum com o povo além de estar “deformado” pelo muito tempo que passou como chefe do SNI, onde se habitou apenas a mandar. Mas, por acreditarmos na humanidade, não acreditamos que ele seja um homem absurdo e vai acabar compreendendo que nós não vivemos num quartel, mas sim numa nação com fé democrática e cristã. A opinião portanto, em nada diminui nossas expectativas de alcançar a anistia plena”.

---

*Publicada na A TRIBUNA  
Campo Grande, MT em 1 de Agosto de 1978.*

## **PRESIDENTE DO MOVIMENTO FEMININO CHEGOU ONTEM A CAMPO GRANDE**

Desembarcou ontem às 12,40 horas no Aeroporto Internacional de Antonio João a presidente do Movimento Feminino pela Anistia e Direitos Humanos, Therezinha Zerbine, que veio acompanhada pelo médico Wilson Fadul, ex-ministro da Saúde e cassado pela Revolução. Os dois visitantes foram recepcionados pelo diretor da FUCMT, pe. Antonio de Barros Sobrinho Antunes e por diversos acadêmicos. Therezinha Zerbine e Wilson Fadul irão abrir hoje, às 20 horas, no teatro da FUCMT o Movimento Mato-Grossense pela Anistia e Direitos Humanos.

Numa entrevista que concedeu à imprensa, Therezinha Zerbine disse que o movimento era um "movimento pioneiro. Somos responsáveis perante a Nação por uma luta; uma anistia organizada". Disse também que havia sido presa política, enquadrada na Lei de Segurança Nacional e que "melhor do que ninguém eu sei o que significa anistia e liberdade". Completou dizendo que "vivemos no país dividido sócio-política e socialmente" e que "casa dividida soçobra".

O ex-ministro da Saúde também falou a respeito de anistia enfatizando que "liberdade e anistia são irmãs gêmeas". Hoje à noite na Casa da Cultura das Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso os dois visitantes estarão participando do Movimento Matogrossense pela Anistia e Direitos Humanos que é o primeiro desse genero no Estado.

---

*Publicado no CORREIO DO ESTADO  
Campo Grande, Mato Grosso em 1 de Agosto de 1978.*

## LUTA PELA ANISTIA NÃO É SUBVERSÃO

Therezinha Zerbine, presidente do Movimento Feminin pela Anistia chegou ontem a Campo Grande e hoje, juntamente com Wilson Fadul, do Centro Brasileiro Democrático e Flávio Bierrenbach, instalaram oficialmente, na aula inaugural do curso de Direito, o Movimento Matogrossense pela Anistia e Direitos Humanos. Segundo ela deixou bem claro, no contato com a imprensa, luta pela anistia não é subversão, pelo contrário, é luta pela união dos brasileiros, pela pacificação baseando-se principalmente nos sentimentos de amor e fé, sem os quais não seria possível a luta que vem se intensificando nos últimos três anos.

### THEREZINHA ZERBINE: LUTA PELA ANISTIA NÃO É SUBVERSÃO

Qualificando a luta pela anistia como um “imperativo da consciência” o ponto básico para a união nacional e para a redemocratização, a presidente do Movimento Feminino pela Anistia, Therezinha Zerbine, participa hoje da conferência de instalação do Comitê Matogrossense pela Anistia e Direitos Humanos que coincide com a aula inaugural do curso de Direito da Fucmt, juntamente com Wilson Fadul, do Centro Brasil Democrático e Flávio Bierrenbach, Prof. de Direito da PUC/SP.

Logo depois de sua chegada, em contato com a imprensa Therezinha Zerbine disse que luta pela anistia não é subversão, e prova disso é que nunca foi molestada pelas autoridades. Segundo ela só não interessa anistia aos obscurantistas e para aqueles que se interessam por ter uma nação

dividida. A principal proposta da luta das mulheres pela anistia é a união dos brasileiros e para isso é preciso esquecer o passado, “deixar de mexer nas feridas”.

A anistia segundo ela é ponto básico para a redemocratização que só acontecerá com a eleição de uma Constituinte livre — que é o segundo ponto de luta do Movimento. A principal reação ao movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita, “anistia sem adjetivos” como diz Therezinha, diz respeito a liberdade e perdão aos que assaltaram bancos e mataram.

A isso Therezinha responde dizendo apenas: “Antes de 64 não havia terrorismo no Brasil”. Segundo suas palavras os que partiram para a luta o fizeram em reação a violências mas ela se recusa a entrar em maiores detalhes, dizendo que para haver anistia é preciso esquecer o passado. E a Nação, continua, só estará unida, quando todos os brasileiros puderem participar do programa de desenvolvimento seu país.

Com respeito à posição do general Figueiredo, segundo a qual não há qualquer estudo para anistia em seu governo, Therezinha afirma que ele está ainda acostumado a ser chefe do SNI, onde ele dava as ordens, “mas a nação não é quartel ou convento”. A Nação deve ser dirigida de acordo com os anseios da comunidade e esta quer a anistia”. Segundo ela não diminuem as perspectivas do movimento que vem crescendo a cada dia, por acreditar na mudança dos homens, ou seja, acreditar que o governo aceitará a idéia da Anistia.

## **ANISTIA: A NOITE DA LIBERDADE**

A aula inaugural da Faculdade de Direito de Campo Grande aconteceu ontem com a instalação do Movimento Mato-Grossense pela Anistia e Direitos Humanos", movimento organizado pelo advogado Ricardo Brandão. Os temas desenvolvidos por conferencistas especialmente convidados, abordaram o "Estado de Direito" e a "Anistia" com palestras proferidas pelo jurista Flávio Bierrenbach, pela ativista Therezinha Zerbine, presidente do Movimento Feminino pela Anistia e pelo ex-deputado Wilson Fadul, último ministro da Saúde do Governo João Goulart.

Um auditório com mais de duas mil pessoas ( a maioria acadêmicos de Direito), participou dos debates que se prolongaram até altas horas da noite com perguntas geralmente respondidas sob o aplauso da atenta platéia.

### **Delfim e Fleury**

O conferencista mais aplaudido foi o jurista Flávio Bierrenbach, líder do MDB na Câmara Municipal de São Paulo que, em vibrante exposição e com extraordinário recurso retórico, resumiu os últimos acontecimentos institucionais do País, detendo-se na "incontrolável crise do milagre brasileiro, a partir de 1973 imaginado pelo ministro Delfim Netto que está para a economia nacional assim como o delegado Sérgio Fleury está para os direitos humanos".

### **Cassados Presentes**

Compareceram à "noite da liberdade", como foi qualificada a aula inaugural pela dra. Therezinha Zerbine, dois po-



líticos cassados pela Revolução: Wilson Barbosa Martins e Nelson Trad. O primeiro foi prefeito de Campo Grande e deputado federal e foi atingido pelo AI-5 em 1969 e o segundo foi vereador e vice-prefeito e foi punido pelo primeiro ato de cassação. É irmão do vereador arenista Ricardo Trad, também presente à solenidade.

## **Os Políticos**

Vários políticos, a maioria do MDB, estiveram presentes, entre eles os deputados Antonio Carlos, Valter Pereira, Cleômenes Nunes e Sergio Cruz e a vereadora Nelly Elias Bacha. Os trabalhos foram dirigidos pelo advogado Ricardo Brandão, presidente do Movimento pela Anistia e contaram com a assessoria do advogado Berto Curvo.

---

*Publicado na A TRIBUNA*

*Campo Grande, Mato Grosso em 2 de Agosto de 1978.*

## NA AULA INAUGURAL, A “NOITE DA ANISTIA”

Campo Grande — (do enviado especial J.A. Merino) — Ainda repercute nos meios campograndenses, notadamente nos políticos, jurídicos e universitários, as palestras proferidas na noite de terça-feira, 1.º de agosto, quando da instalação do Movimento Pró Anistia e Direitos Humanos, nesta cidade.

O apoio recebido do povo campograndense superou as próprias expectativas dos organizadores, uma vez que as dependências do Teatro Dom Bosco, das Faculdades Unidas Católicas Matogrossenses estiveram totalmente tomadas pelo público, que quer por várias vezes, aplaudiu — de pé — as explanações da presidente do Movimento Feminino pela Anistia, dra. Therezinha Zerbine, Flávio Bierrenbach e Wilson Fadul — último Ministro da Saúde do governo João Goulart.

Convidados especiais que foram, para este evento, impressionaram — com seus pronunciamentos francos e realistas — a todos que compareceram ao lançamento deste movimento em terras matogrossenses, durante a aula inaugural da Faculdade de Direito de Campo Grande.

### A Bandeira da Anistia

Therezinha Zerbine empunha a bandeira da anistia, desde 1975, e tomou esta decisão, “em defesa de uma geração de estudiosos, cientistas e líderes, que não se fazem da noite para o dia, sacrificada pelo regime que se implantou no país, após 31 de março de 1964”.

Mais adiante a notável oradora disse “O Brasil de hoje, é dividido político-fisicamente e socialmente. Os detentores do Poder alegam que houve violência, quando os jovens foram às ruas em 1968, porém a maior violência foi a quebra da legalidade”. “Tudo foi longe demais e estamos lutando pelos encarcerados que lutaram pelo seu povo. Não é justo que homens do quilate de um Paulo Freire — criador do mais moderno método de alfabetização, que se tem conhecimento, seja obrigado a viver no exílio, alfabetizando em países da Ásia e África, quando se tem muito o que fazer neste sentido aqui no Brasil”.

“O povo quer de volta seu sagrado direito de voto, pois o general Figueiredo é o candidato de um único homem neste país com mais de 110 milhões de habitantes”.

### **Delfim Netto e Fleury Criticados**

O segundo orador a usar da palavra foi o vereador paulista, líder da bancada do MDB, na Câmara Municipal — Flávio Bierrenbach, possuidor de notável retórica que discorreu, sobre as liberdades tolhidas ao povo.

Bierrenbach, que é professor da Universidade de São Paulo, foi calorosamente aplaudido, quando em determinado trecho de seu pronunciamento disse “Os juristas e tecnocratas que alugaram suas inteligências ao regime de opressão, deverão figurar na galeria dos juristas prostituídos. Este poder não teve o apoio do povo, e sim o apoio da burguesia, determinados setores do Clero e dos capitais estrangeiros. Delfim Netto está para a economia brasileira, assim como o delegado Fleury está para os Direitos Humanos”.

A seguir, falou o ex-Ministro da Saúde do governo João Goulart, o médico Wilson Fadul, que discorreu sobre o tema das liberdades através dos tempos.

Seguiram-se posteriormente, debates — em alto nível — que se prolongaram noite a dentro, sob os olhares atentos do público que permaneceu até o fim dos trabalhos.

---

*Publicado no JORNAL DA PRAÇA*

*Dourados, Mato Grosso em 4 de Agosto de 1978.*

## **THEREZINHA ZERBINE ENVIA MENSAGEM AO POVO DOURADENSE**

Minutos após encerrar sua participação nos trabalhos de instalação do Movimento pró Anistia e Direitos Humanos no Teatro Dom Bosco na cidade de Campo Grande, a conferencista presidente deste Movimento paulista, falando à reportagem, enviou a seguinte mensagem ao povo de Dourados:

“A mulher brasileira congregada no Movimento Feminino pela Anistia, que luta há três anos pela anistia e contra os atos de exceção, conclama os cidadãos douradenses que se irmanem na luta comum do povo brasileiro, que é a anistia como primeiro passo de uma abertura democrática consequente e posteriormente a luta por uma constituinte livre e soberana, com a participação de todos os setores da população, dos campos e das cidades, de letrados e analfabetos, que compõem a comunidade nacional, e reflita, finalmente os anseios reais da nação, na elaboração de uma constituição, que é a lei maior e que regerá os destinos deste imenso país”.

---

*Publicado no JORNAL DA PRAÇA  
Dourados, Mato Grosso em 6 de Agosto de 1978.*

## **ELEIÇÕES DE NOVEMBRO PODERÃO ASSEGURAR VITÓRIA DA ANISTIA**

Trabalho de conscientização dos brasileiros para eleger o maior número possível de deputados comprometidos com a Anistia, é no momento a principal preocupação do Movimento Feminino pela Anistia, cuja presidente nacional, Therezinha Zerbine falou ontem para jornalistas políticos, no Comitê de Imprensa da Assembléia. Explicou a ação do Movimento em busca de uma anistia ampla e irrestrita para todos os brasileiros punidos pelos atos de exceção.

Calculou em 15 mil o número de pessoas envolvidas direta ou indiretamente (dependentes) pelas punições e mostrou otimismo quanto à concretização da Anistia que lhes proporcionará retorno as atividades políticas ou não no país. Para ela, o povo brasileiro levará as autoridades do governo à concessão da liberdade ampla para as pessoas que foram punidas por divergirem de alguma coisa e acrescentou: "divergir é um direito sagrado de todo e qualquer cidadão, não podendo haver nisso, qualquer resquício de crime".

### **Segurança Nacional**

Lembrou a presidente nacional do Movimento Feminino pela Anistia que, no Brasil, estão sendo cometidos alguns crimes por estrangeiros e estes passam incrivelmente despercebidos, "como é o caso do idealizador do Projeto Jari, na região Amazônica". Falou ainda sobre as remessas exorbitantes do manganês da Serra do Navio para o exterior, "sem que se tenha conhecimento de qualquer providência para evitar-se a continuidade desse prejuízo à Nação".

Quanto as perspectivas de promessas de anistia pelo atual Presidente da República, mostrou-se pessimista, ao afirmar que sua excelência fez um único pronunciamento nesse sentido quando estava em viagem para o Japão. Reportou-se também sobre a encampação da bandeira da Constituinte pelo Movimento Feminino, o que considera um caminho para a anistia ampla e irrestrita. Explicou a filosofia do Movimento prol da eleição do maior número de deputados compromissados com a anistia, como a forma mais segura "para a retomada do poder pelo congresso", acrescentando que isso não quer dizer que o Movimento Feminino pela Anistia esteja comprometido com qualquer partido político, vez que estes candidatos identificados com a filosofia do movimento pertencem tanto ao partido governista no caso a Aliança Renovadora Nacional como ao Movimento Democrático Brasileiro, que forma a oposição. Therezinha Zerbine viaja às 15 horas de hoje para o Recife, de onde seguirá para João Pessoa, Aracaju, Salvador e Rio de Janeiro.

---

*Publicado na TRIBUNA DO CEARA  
Fortaleza, Ceará em 9 de Agosto de 1978.*

## **MOVIMENTO PELA ANISTIA DEFENDE A CONSTITUINTE**

À tarde de ontem, no Comitê de Imprensa da Assembléia Legislativa, a presidente do Movimento Feminino pela Anistia, Therezinha Zerbine, concedeu entrevista coletiva quando esclareceu os objetivos do MFPA. Revelou que, antes de mais nada, o Movimento luta pela conscientização do povo brasileiro visando a eleição de um maior número de representantes de ambos os partidos políticos, para a tarefa voltar a plena normalidade democrática. Explicou que o MFPA se propõe a conseguir anistia em termos políticos, uma vez que "a Nação é formada por homens de diferentes pensamentos ideológicos, o que não se constitui em crime nenhum". Adiantou que a luta pela anistia é o primeiro passo para uma abertura democrática consequente e posteriormente a convocação de uma Assembléia Geral Constituinte. Defendeu a participação de todos, inclusive analfabetos, que também trabalham, pagam impostos e produzem. Se eles são analfabetos — frisou — a culpa é da sociedade atual marcadamente injusta.

A presidente do Movimento Feminino pela Anistia asseverou que reformas de base se fazem necessário e elas terão que ser executadas. Será uma retomada do processo democrático. A anistia, faz questão de frisar, é um instituto político aplicável aos presos políticos e aos presos por questão de opinião. O país, não se redemocratizará, a menos que haja uma anistia ampla e geral. Uma nação não pode viver de ódios, não pode viver de ressentimento, enfatizou.

Ao explicar em que consiste o Movimento Feminino pela Anistia a sra. Therezinha Zerbine disse que a anistia é uma

conquista da humanidade, datando da antiga Grécia. Mas ocorre aqui um hiato. “Nosso trabalho é um imperativo da consciência. O MFPA é um movimento ecumênico, eclético e aberto. Tanto assim que não excluimos ninguém da luta pela anistia. Tanto assim que queremos tanto a participação da Arena como do MDB”. Ao finalizar a presidente do MFPA asseverou: “Esta terra é nossa, nós somos todos brasileiros e queremos viver numa pátria de irmãos”.

### **Presença Emedebista**

A sra. Therezinha Zerbine compareceu ao Comitê de Imprensa da Assembléia Legislativa acompanhada do vice-presidente do MDB cearense, Aroldo Mota, do candidato a suplência de Senado, professor Barros Pinho e da candidata a Assembléia Legislativa, Maria Luiza Fontenelle. De Fortaleza, a presidente do MFPA seguirá hoje, para Recife.

---

*Publicado no CORREIO DO CEARÁ  
Fortaleza, Ceará em 9 de Agosto de 1978.*



## **LANÇADA EM FORTALEZA A CAMPANHA POR ANISTIA**

O Núcleo Ceará do Movimento Feminino pela Anistia lançou ontem, às 20 horas, no pátio interno do Curso Objetivo, na Avenida da Universidade, 2155, a campanha por Anistia, numa adesão à Campanha Nacional pela Anistia 1978.

A solenidade do lançamento da campanha coincidiu com uma homenagem à família de Frei Tito de Alencar Lima, no quarto aniversário de sua morte e contou com a presença da presidente nacional do MFPA, Dra. Therezinha Zerbine.

### **Luta Obstinada**

A apresentação da ilustre visitante foi feita pela representante do MFPA no Ceará, Nildes Alencar Lima, irmã do Frei Tito, tendo a Dra. Therezinha Zerbine iniciado sua locução lembrando que as reformas devem ser pleiteadas através dos meios legais.

Adiantou que “nós escolhemos a luta” não adiantando nada chorar pelos que morreram ou pelos que sofrem, concluindo que este “é o preço que se paga pela liberdade”.

### **Entrevista**

À tarde, no Comitê de Imprensa da Assembléia Legislativa, a dra. Therezinha Zerbine revelou em entrevista coletiva que o MFPA está lutando pela conscientização do povo brasileiro com vistas à eleição de um maior número de re-

presentantes em ambos os partidos, com o objetivo de fazer o Brasil retornar a plena normalidade democrática.

Enfatizou que a luta do MFPA é conseguir a anistia através de meios políticos, como primeiro passo para uma ampla abertura democrática que deverá culminar com a convocação de uma Assembléia Geral Constituinte.

Defendeu com ardor a participação de todos os brasileiros nessa luta, inclusive os analfabetos que também produzem à custa do seu trabalho, pagando os impostos que o governo lhes cobra, mas que são analfabetos por culpa da sociedade atual, injusta com eles sob todos os pontos de vista.

### **Reformas de Base**

Assegurou a dra. Therezinha que as reformas de base refletem a retomada do processo democrático, que comporta perfeitamente a anistia como um Instituto político, aplicável aos presos políticos e aos presos por questão de opinião, condição *sine qua non* para que o país se redemocratize.

Lembrando que uma nação não pode viver de ódios e ressentimentos, afirmou que o trabalho desenvolvido pelo MFPA é um imperativo de consciência, como movimento ecumênico, eclético e aberto, motivo porque não excluía ninguém de sua luta.

Finalizou dizendo: 'Esta terra é nossa; nós somos todos brasileiros e queremos viver numa pátria de irmãos'.

Em sua entrevista a dra. Therezinha Zerbine se fez acompanhar dos deputados Aroldo Mota e Fausto Arruda, do professor Barros Pinho e da sra. Maria Luiza Fontenelle.

## BANDEIRA DA ANISTIA FINCADA NA PARAÍBA

Emocionada com a manifestação que lhe foi prestada na Assembléia Legislativa, sessão de sexta feira dia 11, D. Therezinha Zerbine disse que “a bandeira da anistia acaba de ser fincada agora na Paraíba”. A sessão foi tumultuada em razão do comportamento arbitrário do deputado Assis Camelo, que a presidia, não permitindo que fosse aberto o debate entre a convidada especial e os parlamentares, chegando mesmo a cassar a palavra do deputado Ramalho Leite, que, no final, terminou sendo o grande vitorioso.

Assis encerrou a sessão e mandou desligar o som “para que eles fiquem aí falando sozinhos” mas, logo em seguida, Ramalho abriu outra sessão em nome da comissão de economia, da qual é Presidente, contando com o apoio dos parlamentares dissidentes Tarcizo Telino, Manuel Gaudêncio, Américo Maia e Edivaldo Mota e dos emedebistas José Fernandes de Lima, Inácio Pedrosa, Valdir Bezerra Cavalcanti e Ruy Gouveia.

Isso foi o bastante para que o grande número de populares que lotava as galerias descesse e tomasse assento no plenário em meio a entusiásticos aplausos aos dissidentes e emedebistas.

Os oradores defenderam a tese da anistia ampla, e repudiaram o comportamento do deputado Assis Camelo que “não expressava as tradições libertárias da Paraíba”.

## ASSIS TENTA SILENCIAR MOVIMENTO PELA ANISTIA

Uma gafe cometida pelo deputado Assis Camelo (Arena) durante a sessão de sexta-feira última permitiu que a Assembléia Legislativa realizasse uma sessão que poderá ser incorporada entre as mais importantes de toda a história do legislativo paraibano. Camelo não permitiu que os deputados presentes debatessem com dra. Therezinha Zerbine, que havia feito um pronunciamento sobre anistia e por cima cassou a palavra do deputado Ramalho Leite, que requereu da Mesa a abertura dos debates, a fim de que a “ilustre visitante, que prega a liberdade, não deixasse o recinto sem conhecer as diversas correntes de opiniões do poder legislativo paraibano”.

Assis Camelo, ao decidir sobre a questão de ordem, disse que “não permitia o debate porque, antes, havia consultado os líderes José Fernandes de Lima (MDB) e Evaldo Gonçalves (Arena) se desejavam indicar algum deputado para saudar D. Therezinha e estes responderam negativamente”. A partir dessa justificativa, estabeleceu-se a exaltação de animos, sobretudo porque o deputado José Fernandes de Lima imediatamente pediu a palavra para desmentir categoricamente o presidente da Mesa, sr. Assis Camelo (vice, no exercício da presidência).

“Senhor presidente — refurtou o deputado José Fernandes — lamento dizer que não é verdadeira a informação de que eu tenha sido consultado por V. Excia”.

Camelo insistia que tinha sido verdade e invocou o testemunho do seu colega Evaldo Gonçalves. Evaldo não confirmou nem desmentiu o sr. Camelo, mas depois da

sessão confidenciou a *Momento* que “não vi quando Assis consultou José Fernandes” e acrescentou que “não quis dar esse testemunho na hora, para evitar que os ânimos se acirrassem ainda mais”.

### **Nem Sessão Nem Som**

Batendo forte na mesa e demonstrando sinais de irritação Assis encerrou a sessão e, quando soube que o deputado Ramalho Leite iria realizar logo a seguir uma sessão da Comissão de Economia, da qual é Presidente, a fim de permitir o debate com a líder do Movimento Feminino pela Anistia chamou um funcionário da Assembléia e ordenou com força de general:

— “Desligue o som e deixe eles aí, falando sozinhos” — E retirou-se, pisando forte, nos calcanhares.

Imediatamente, o deputado Ramalho Leite assumiu a presidência declarando aberta a sessão da Comissão de Economia com o som desligado, convidando o deputado Manuel Gaudêncio para secretariar a sessão.

### **Manifestação Popular**

As galerias estavam lotadas e prorromperam em aplausos, enquanto D. Therezinha que já se preparava para sair, voltou a tomar assento na Mesa. Com Assis Camelo retiraram-se os deputados Luiz de Barros, José Soares Madruga e Evaldo Gonçalves, permanecendo no recinto os dissidentes Tarcizio Telino, Ramalho Leite, Manuel Gaudêncio, Américo Maia, Edivaldo Motta e os emedebistas José Fernandes de Lima, Inácio Pedrosa, Valdir Bezerra Cavalcanti e Ruy Gouveia.

Atendendo aos acenos de deputados, as galerias tomaram o plenário, contribuindo para que a Assembléia realizasse a sua mais movimentada sessão deste ano.

Telino saudou D. Therezinha e pediu para que “anistiasse o deputado Assis Camelo pelo gesto arbitrário, intolerante e vergonhoso que acaba de cometer pois, comportamento desse tipo não expressava o sentimento nem as tradições do povo paraibano”.

Enquanto isso o deputado Ruy Gouveia pedia aos populares que superlotavam o plenário que dessem uma “demonstração de repúdio ao deputado Assis Camelo e de aplausos a D. Therezinha Zerbine, o que foi feito de pé”.

— Ele é bacharel — disse Ruy Gouveia se referindo a Camelo — mas nunca abriu um livro de Direito. Ele invocou o regimento da casa para justificar sua arbitrariedade mas, o único regulamento que ele conheceu na vida é o Regulamento de Cavalaria.

Ocuparam a tribuna para defender as liberdades democráticas, além dos srs. Ruy Gouveia e Tarcisio Telino, os deputados José Fernandes, Inácio Pedrosa, Américo Maia e Manuel Gaudêncio, todos propugnando pela tese de anistia ampla “como forma de reconciliar os brasileiros com as suas mais caras tradições”.

O deputado José Fernandes de Lima voltou a censurar o sr. Assis Camelo pela alegação de que não desejaria saudar a visitante (“a felicidade é que todos me conhecem nesta Casa, ao longo de 38 anos de vida pública”), dando a entender que, não fora o seu passado teria ganho a pecha de mentiroso. “Mas esta Casa conhece também o sr. Assis Camelo — emendou um popular — e sabe de que lado está a verdade”.

## **A Bandeira da Anistia**

Emocionada, D. Therezinha enxugou as lágrimas com um lenço e disse com muita altivez:

“A bandeira da anistia acaba de ser fincada na Paraíba neste instante”.

Depois de elogiar o comportamento do deputado Ramalho Leite, disse que o plenário da Assembléia “estava ocupado por homens valentes, que também expressam a coragem da mulher paraibana, pois ao lado de vocês estão suas mulheres e suas mães que, estou certa, também estimulam a luta pela liberdade”.

“A Paraíba é um estado de tradições libertárias não poderia negar o seu apoio a anistia ampla que é um senti-

mento da nacionalidade, pelo menos da grande maioria de bons brasileiros”.

Da Assembléia Legislativa, D. Therezinha Zerbine, que também é advogada foi participar do almoço de confraternização do Dia do Jurista, transcorrido na mesma sexta-feira dia 11, do qual participaram mais de 200 advogados. Lá, ela subiu numa cadeira e falou da luta que empreende em todo o Brasil e conclamou o apoio dos juristas paraibanos à causa da anistia. Antes, falaram os advogados Henri Malzac e Yanko Cirilo.

---

*Publicado em O MOMENTO  
João Pessoa, Paraíba em 13 a 19 de Agosto de 1978.*

## **DIREITOS HUMANOS**

### **THEREZINHA ZERBINE ACREDITA NA CONCESSÃO IMEDIATA DA ANISTIA**

Em 1975, quando se exigiam muito mais cuidados no trato de assuntos ligados à conjuntura nacional, um grupo de oito mulheres fundou o Movimento Feminino pela Anistia. À frente do grupo, a advogada Therezinha Zerbine, 50 anos, presa política durante 6 meses em 1970 e esposa do general Euryale de Jesus Zerbine, cassado e reformado na primeira lista de 1964. Ao seu lado estavam, naquele momento a Madre Cristina Sodré Dória, catedrática de Psicologia na PUC-SP, a socióloga Neusa Cunha Neto Franco, a pedagoga Margarida Naves Fernandes, a técnica de comunicação Yara Peres e as acadêmicas de Direito Virginia Vasconcelos e Eugênia Cristina Godoy de Jesus Zerbine e a advogada Dra. Aldenora de Sá Porto. É importante a clareza destes nomes e profissões pois com estas mulheres é que começou o MFPA. “A sociedade estava tão oprimida — explica hoje, Therezinha — que a mulher precisava se levantar como fonte de vida, pois a mulher é vida, é transmissora de valores e devia se posicionar diante da História. Nós tínhamos convicção que o maior problema do Brasil é o problema político. E que só poderíamos chegar à democratização e ao império da lei se a família brasileira fosse pacificada. Se um ato de grandeza anistiasse todos os presos políticos brasileiros e os reconduzisse à tarefa de reconstrução do país. Nós nos decidimos então, a propagar a idéia da anistia onde eles estivessem: nos quartéis, nas escolas, nas fábricas”.



## **Tática**

O Movimento Feminino pela Anistia nasceu e continua particularizado apenas por motivos táticos. Até mesmo para melhor aproveitar a instituição do Ano Internacional da Mulher, patrocinado pela ONU em 1975. Therezinha Zerbine foi a única representante brasileira inscrita para falar no Congresso Internacional da Mulher, no México, o acontecimento mais importante dentro das comemorações feminina daquele ano. E da tribuna apresentou uma única proposta: que se lutasse pela anistia a todos os presos políticos, homens e mulheres, de todo o mundo. No Brasil, a primeira atitude do Movimento Feminino pela Anistia foi pedir uma audiência ao General Ernesto Geisel. Recebidas pelo chefe da Casa Civil da Presidência da República, general Golbery do Couto e Silva, as líderes do movimento lhe entregaram um documento pela anistia com doze mil assinaturas. Desde a sua fundação, o MFPA já criou doze comitês regionais, além da sede paulista: Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, Salvador, Aracaju, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Goiânia, Recife, João Pessoa e Fortaleza. Estão em formação dois outros comitês em Araraquara e São Carlos, interior de São Paulo. Apenas uma vez as integrantes do movimento se sentiram ameaçadas por atos terroristas: nos dias 18 e 19 de abril último, durante as comemorações do 33.º aniversário da grande anistia de 1945, em Belo Horizonte. A presidente regional do MFPA, Helena Greco que antes já havia recebido ameaças por telefone, recebeu o aviso de que três bombas haviam sido colocadas no Colégio Santo Antônio, onde se realizariam as comemorações. Evacuado o colégio, a polícia desativou a tempo as bombas e constatou que uma delas era de fabricação norte-americana. Os responsáveis pelo atentado, escondidos sob a sigla GAC (Grupo Anti Comunista) não foram descobertos até hoje.

## **Multiplicação**

“Acredito que estamos nas vésperas da concessão da Anistia no Brasil. A nação está exausta. Todos os setores da sociedade estão se manifestando, eles querem paz. O Movimento Feminino pela Anistia conta atualmente com quinhentos participantes ativos, mas já foi apoiado, soman-

do as diversas ocasiões, por cerca de cem mil pessoas. E neste ano tive a satisfação de comparecer a várias fundações de comitês pela anistia: no Rio de Janeiro, em 14 de fevereiro; em Salvador, em 18 de abril; em Curitiba, no dia 11 de maio; em São Paulo, no dia 12 de maio; em Londrina, 13 de maio, em Goiânia, 15 de maio; em Santos, 9 de junho; Natal, 18 de julho em Campo Grande, 1.º de agosto." (*Luis Maciel Filho — São Paulo*)

---

*Publicado na REVISTA MANCHETE.  
N.º 1374 de 19 de Agosto de 1978.*

## OPOSIÇÃO DEFENDE ANISTIA NO SEU PRIMEIRO COMÍCIO

O comício realizado ontem à noite pelo MDB, no Largo da Lapinha, marcou o início da campanha política do partido da Oposição, em Salvador. A manifestação, cercada por um poderoso contingente da Polícia Militar, dirigido pelo próprio comandante da PM, coronel Filadelfo Damasceno, contou com a presença de dezenas de candidatos a Assembléia Legislativa e a Câmara Federal e do candidato ao Senado, Newton Macedo Campos, além de representantes do Comitê Brasileiro pela Anistia.

A manifestação, iniciada às 8:30 horas, foi aberta pelo secretário geral do partido Dionizio Azevedo, que manifestou o apoio absoluto a luta pela anistia, afirmando que "o Governo sempre arruma uma maneira de diminuir a comunicação do partido da Oposição com o povo". Participando do comício do MDB, o general Zerbine, marido da presidente do Movimento Feminino pela Anistia, Therezinha Zerbine, declarou que aquela era a primeira mobilização popular a que assistia, desde 64.

O comício contou com a participação de cerca de 800 pessoas, a maioria das quais constituídas de estudantes e profissionais liberais. A tônica da manifestação esteve pautada na luta pela anistia. Todos os candidatos, tanto a Assembléia Legislativa quanto a Câmara Federal falaram, afirmando que "a grande largada da oposição para uma vitória eleitoral em 15 de novembro, tem que ser baseada contra o temor e o obscurantismo em que vive o povo brasileiro".

Durante o comício falaram, além do candidato ao Senado, Newton Macedo Campos — outro candidato Romulo Almeida não pode comparecer ao comício — os candidatos Domingos Leonelli, Celso Dourado, Filemon Matos, Carlos Abreu e Adelmo Oliveira que, em pronunciamentos condenaram o “caráter autoritário do regime instalado em 1964 e a necessidade da mobilização e organização popular, como maneira de conquistar as liberdades democráticas no País”.

### **MDB Inicia Campanha Pedindo Mais Apoio**

Um poderoso contingente da Polícia Militar, dirigido pelo seu próprio comandante, coronel Filadelfo Damasceno, cercou ontem todas as imediações do comício realizado pelo MDB no largo da Lapinha e que marcou a abertura da campanha política do partido da oposição em Salvador. A manifestação contou com a presença da Presidente Nacional do Movimento Feminino pela Anistia, do Comitê Brasileiro pela Anistia e de dezenas de candidatas à Assembléia Legislativa, à Câmara Federal e ao Senado.

Apesar de todo o aparato policial, que o coronel Damasceno definiu como um “policimento de rotina reforçado”, o comício contou com a participação atenta e entusiástica de cerca de 800 pessoas, a maioria das quais constituídas de estudantes e profissionais liberais. A tônica da manifestação esteve na luta pela “anistia ampla, geral e irrestrita”, aproveitando-se o fato de que nos últimos dois dias se realizará em Salvador, o Encontro Nacional dos Movimentos de Anistia.

### **“Em todo o País”**

Reprimir passeatas, segundo o coronel, não é uma característica da Bahia e nem representa qualquer inovação. “Estou apenas cumprindo a lei. Em qualquer lugar do País as passeatas estão proibidas”. No Largo da Lapinha, onde se realizou o comício, um grupo de guardas de trânsito apitava estridente e insistentemente impedindo sequer que os carros diminuíssem a marcha. Qualquer curiosidade dos motoristas era interceptada pelos apitos e gritos dos policiais que pediam rapidez na passagem pelo Largo.

A manifestação foi aberta pelo secretário do partido, Dionizio Aevedo, que manifestou “apoio total e absoluto” à luta pela anistia, afirmando que o MDB pensava “naqueles que não podiam estar no comício, nos que ainda não tinham conseguido ver os seus filhos ou nos que ainda não conheciam seus pais”. E lembrou que o governo, de uma forma ou de outra, sempre arruma uma maneira de diminuir a comunicação do partido da oposição com o povo.

Therezinha Zerbine, presidente do Movimento Feminino pela Anistia, a primeira a usar da palavra depois da fala do secretário do partido, destacou que a grande violência cometida no País, após 1964, “foi quando rasgaram a Constituição”. Ressaltou que a conquista da anistia só se efetivará “quando nos organizarmos e deixarmos de lado o medo”.

### **General Cassado**

O general Zerbine, marido da presidente do MFPA, manifestou a sua alegria pela manifestação, declarando que aquela era a primeira mobilização popular que ele via após 1964. Ele não falou durante o comício, limitando-se a conversar com os jornalistas. Mas, foi incisivo: “Está para nascer um sol depois de uma noite de 14 anos”. Ou mais: “Não se pode discutir nem de leve a legalidade de um ato com esse. O povo tem esse direito até pela Constituição atual”.

O advogado Adelmo Oliveira, candidato a deputado estadual pelo MDB, depois de declarar que “estamos cercados pelas armas, num acinte à manifestação dos trabalhadores e do povo”, afirmou que “é preciso que o governo adestre seus cães e os seus cavalos para combater a corrupção que existe dentro dele mesmo”. E que queria ver o Presidente da República naquela praça para ver se ele poderia responder à “exigência do povo brasileiro que é a anistia”. O economista Romulo Almeida, candidato ao Senado, que não pode estar presente exatamente por compromissos eleitorais, mandou uma mensagem que foi lida onde ele destacava que o comício marcava, em Salvador, “a grande largada das forças de oposição para uma esmagadora vitória eleitoral em 15 de novembro, contra o regime autoritário que

há 14 anos vem impondo a pobreza, o temor e o obscurantismo ao povo brasileiro”. Ou ainda: — É hora do povo se organizar livremente fortalecendo-se em suas associações e sindicatos, pois a história tem demonstrado que as transformações só se concretizam quando geradas a partir das bases. E o poder só é verdadeiro quando legitimado pela vontade da maioria.

### **Inferno Ditatorial**

O vereador Marcelo Cordeiro destacou que “o inferno ditatorial desses 14 anos só tem existido para manter o povo tão faminto do prato quanto da liberdade”. E ao se referir à anistia, declarou que ela “é a consciência de que uma Nação não se constroi com os pedaços mas com todos os brasileiros”. E que ela atinge não só aos presos, exilados e cassados, mas que deve compreender também a libertação da mulher, dos negros e dos índios que juntamente com outras parcelas da população são os eternos marginalizados.

Falaram ainda Domingos Leonelli, Celso Dourado, Filemon Matos, Carlos Abreu, todos candidatos à Assembléia Legislativa pelo MDB. Esses pronunciamentos, como o do candidato ao Senado pelo MDB, Newton Macedo Campos, giraram em torno da condenação do caráter autoritário do regime instaurado em 1964 e da necessidade da mobilização e organização popular como maneira de conquistar as liberdades democráticas no País”.

---

*Publicado no JORNAL DA BAHIA.  
Salvador, Bahia em 10 de Setembro de 1978.*

## COMITÊ DA ANISTIA QUER VOLTA DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Salvador — Um documento enfatizando a necessidade da luta pela anistia — “imprescindível para a obtenção de uma conquista maior: as liberdades democráticas” — e criticando as reformas políticas propostas do Governo que “não correspondem aos interesses da Nação” foi aprovado pelas entidades participantes do Encontro Nacional dos Movimentos pela Anistia, encerrado ontem nesta Capital.

Segundo o documento a “vitória da anistia depende, fundamentalmente, da transformação da sua luta em movimento de massas, que a amplie para todas as regiões e grupos sociais”. As entidades que subscrevem o documento assumem este “compromisso-meta”, certos de que “sem odiar e sem esquecer, mas decididamente, inapelavelmente, o povo brasileiro está retomando os passos interrompidos que o levarão a virar a página da exceção em que vive, para construir sua força e seu futuro”.

### Reformas Políticas

Um dos itens da *Carta Política* aprovada pelas 16 entidades participantes do encontro aborda as reformas políticas propostas pelo Governo, acentuando que elas têm uma “mesma base e objetivo — a negação da soberania popular, a perpetuação do arbítrio governamental, a manutenção da grande maioria da população marginalizada do processo político”.

“O presidente escolhido pelo antecessor, e eleito indiretamente. Governadores e senadores *biônicos* eleitos por

Colégios Eleitorais fabricados sob medida, para garantir vitórias governamentais onde a Oposição é majoritária. Campanhas eleitorais subordinadas à Lei Falcão. Sindicatos sujeitos à antiga legislação corporativa e intervencionista que o Presidente pode aprovar por decreto. Que considera crime a solidariedade e a greve operária” são pontos denunciados pelo documento.

Ainda seguindo a *Carta Política*, o objetivo governamental é a “manutenção de milhares de exilados, cassados, banidos, reformados, aposentados e presos políticos — afastados da plena cidadania porque algum dia agiram ou foram considerados como obstáculo do regime”.



## POVO CANTOU HINO DA ANISTIA NO COMÍCIO DO MDB: LAPINHA

Contudentes críticas ao regime político vigente no País e apelos em favor da anistia ampla e irrestrita a todos os presos, cassados, banidos e exilados políticos, marcaram os pronunciamentos dos 15 oradores do comício de abertura da campanha eleitoral do MDB na capital, sábado à noite, na Lapinha, apesar do ostensivo esquema policial formado por tropas de choques da PM e agentes da polícia civil e federal colocados nos pontos estratégicos da realização do comício.

O grande esquema policial montado na área sob a alegação de que era para proteger a realização do comício e evitar uma possível passeata, gerou profundos protestos dos representantes do partido da oposição, que consideraram o fato mais uma forma de intimidar o povo para não comparecer ao comício do MDB. Cerca de 800 pessoas constituídas basicamente de estudantes e profissionais liberais assistiram ao comício do MDB e muitas vezes gritaram em coro "anistia" e "abaixo a ditadura".

O próprio comandante da Polícia Militar, coronel Fidelfo Damasceno esteve comandando o aparato policial colocado em várias ruas transversais do Bairro da Lapinha e nas proximidades da Feira de São Joaquim. O coronel Damasceno não quis fornecer o número de policiais utilizados no esquema, mas o justificou como "um policiamento de rotina reforçado" porque "toda concentração da massa exige policiamento reforçado", embora tenha afirmado que o comício era legal e estava sendo realizado dentro de local permitido pela própria polícia.

## Hino da Anistia

Aberto pelo secretário geral do MDB, Dionizio Azevedo, o comício iniciou-se com cânticos do hino da anistia, feito em 1945 por Almiro de Oliveira e Paulo Tavares, por todos os presentes, atendendo a solicitação da presidente nacional do Movimento Feminino pela Anistia, Therezinha Zerbine. Faixas e cartazes pedindo anistia e convocação de uma Assembleia constituinte foram erguidas pelos estudantes presentes ao comício.

Primeira oradora, a presidente do Movimento Feminino pela Anistia, Therezinha Zerbine lembrou que “muitos dos nossos jovens escolheram a violência política há algum atrás, mas a violência maior foi a quebra da legalidade por esse regime ilegal em que há 14 anos vive o nosso País”. Ela lembrou a participação das mulheres brasileiras nas lutas cívicas e concluiu parodiando o hino da anistia: “O povo quebra grilhões, o povo quer anistia”.

Em seguida, falaram representantes do Comitê Brasileiro pela Anistia do Rio de Janeiro, a representante do Movimento Feminino pela Anistia, núcleo da Bahia, Angela Franco, o presidente do diretório central dos estudantes, Waldério Santos e os candidatos a deputado estadual Domingos Leonelli, Adelmo Oliveira, Filemon Matos, Celso Dourado, o vereador e candidato a deputado federal Marcelo Cordeiro, o deputado Elquisson Soares e o candidato do MDB ao Senado, Newton Macedo Campos, Lícia Peres, bahiana, pertencente ao MFPA do Rio G. do Sul, mulher do deputado estadual do RS Glenio Peres.

### “Grande Arrancada”

O economista Rômulo de Almeida, também candidato do MDB ao Senado não compareceu ao comício, por estar viajando e enviou uma mensagem afirmando que “a manifestação de ontem marca a grande arrancada das forças oposicionistas para uma esmagadora vitória, em 15 de novembro, contra o regime autoritário que há 14 anos vem impondo a pobreza, o temor e obscurantismo ao povo brasileiro” acrescentando que é hora do povo se organizar livremente, fortalecendo-se em suas associações e sindicatos, “pois a História

tem demonstrado que as transformações só se concretizam quando a partir das bases”.

Durante o comício, o secretário geral do MDB, Dionizio Azevedo, anunciou a presença de pessoas como o general Zerbine, cassado em 1964, e do professor Manoel Ribeiro, diretor da Faculdade de Direito da Universidade Católica. Enquanto os oradores se pronunciavam, os quatro guardas do Detran, colocados em frente ao comício apitavam insistentemente obrigando os carros a trafegar rapidamente, ao mesmo tempo que prejudicavam os pronunciamentos dos oradores.

Segundo Dionizio Azevedo, com a transferência do comício do Campo Grande para a Lapinha e presença do grande contingente policial, a empresa responsável pela instalação da aparelhagem de som se recusou a instalá-la preocupada com o perigo de vir a ser danificada pela polícia. De última hora foi arranjada uma aparelhagem emprestada, mas defeituosa, o que obrigou a que se improvisasse o som com os alto-falantes dos próprios carros dos candidatos.

## CARTA ABERTA — “DIA DA CRIANÇA”

O Movimento Feminino pela Anistia que luta por Anistia e Direitos Humanos, congregando mulheres profissionais liberais, universitárias, mães de família e trabalhadoras, neste dia da Criança, vem trazer algumas reflexões ao público e às mulheres mais diretamente.

Nós, que somos mães, irmãs, filhas, mas antes de tudo mulheres e companheiras da luta que os brasileiros desenvolvem para a construção do seu futuro, não podemos ser testemunhas passivas de uma realidade injusta.

Chamamos a atenção dos brasileiros para a existência de uma Carta dos Direitos, aprovada pela Organização das Nações Unidas, da qual nosso país é signatário e que infelizmente é letra morta em nossa sociedade.

É profundamente dolorosa a constatação da existência de 25 milhões de menores carentes ou abandonados em nossa terra.

Também nos é humilhante, mas de certa forma nos chama à reflexão, a proposta feita recentemente por uma mulher, Ministro da Família e Saúde de uma nação estrangeira, visando a adoção em massa de crianças abandonadas.

A situação é ainda mais triste se pensarmos nos filhos de exilados brasileiros, que são muitos e tão brasileiros como nós, impedidos que conhecer seu próprio país, não tendo a cobertura e a proteção da nossa bandeira.

Neste dia da Criança pedimos à comunidade nacional que reflita sobre a necessidade imperiosa das transformações que modifiquem este quadro.

Nossas crianças são a maior riqueza que o país possui, uma vez que elas são os trabalhadores e cidadãos do amanhã. No entanto, estão desvalidas, carentes e abandonadas.

Cabe a nós, brasileiros, a responsabilidade e o dever de ampará-las e protegê-las, pois assim estaremos contribuindo efetivamente para a segurança e grandeza do futuro do Brasil.

---

*Carta aberta "DIA DA CRIANÇA".  
Publicada no Globo, Rio de Janeiro e Diário Popular,  
São Paulo, em 13 de Outubro de 1978.*

## **THEREZINHA ZERBINE À “A CAPITAL”: “COMBATEREMOS PELA ANISTIA DO POVO BRASILEIRO”**

“A anistia porque nos batemos não se restringe ao significado jurídico do termo, isto é, não é apenas a luta pela libertação do determinado número de presos políticos, mas é sobretudo um combate pela anistia do povo brasileiro”, declarou a presidente do Movimento Feminino pela Anistia no Brasil, Therezinha Zerbine, em entrevista concedida ao nosso jornal, em que expôs os objetivos e pontos fundamentais do programa daquela organização.

Therezinha Zerbine que se encontra em nosso país a convite do Comitê Português Pró Anistia no Brasil, acaba de efetuar uma viagem a Nova Iorque, onde assistiu ao lançamento do mais jovem comitê de apoio à luta dos antifascistas brasileiros que se batem pela anistia naquele país.

A presidente do Movimento Feminino pela Anistia no Brasil, organização criada em 1975 (Ano Internacional da Mulher), com sede em São Paulo, possuindo núcleos em todo o território brasileiro, sublinhou que para o seu movimento “a anistia é uma bandeira dos direitos humanos em todo o mundo e é por isso que nos batemos”.

Segundo nos relatou aquela organização aparece como um “imperativo histórico” pois “a mulher, fonte de vida e transmissão de valores não podia ficar indiferente ao clima de terror imposto no Brasil”.

“De 1969 a 1975 o nosso país viveu em estado de guerra e num estado de guerra tanto se mata como se morre. Nesses anos de sofrimento muitos se levantaram para de-

fender as reformas de paz exigidas pela nação, nomeadamente a reforma agrária, a alfabetização, a liberdade de expressão, enfim, as liberdades democráticas. Todavia todas essas forças democráticas iam sendo esmagadas” afirmou Therzinha Zerbine, traçando o quadro político em que viria a ser criado o movimento a que preside.

E adiantou:

“Assistimos a tudo isso com muito sofrimento. Pretendíamos intervir, mas não era fácil. Porém, tínhamos aqui a oportunidade histórica para prosseguir um trabalho político a favor da libertação do povo brasileiro e de lutar pelos direitos das mulheres de nosso país. Como não é todos os dias que a história passa ao nosso lado, foi decidido criar o nosso movimento no Ano Internacional da Mulher”.

Therezinha Zerbine, advogada de profissão, falou-nos das dificuldades que se levantam a uma organização desse genero para criar um espaço político, quando se vive num país dominado pela ditadura.

“Em ditadura ninguém tem espaço político. Cria-se. E isso foi o que nós fizemos. Para isso tiveram especial importância ações de solidariedade realizadas na Europa, as quais, tendo começado em Portugal e na França, com a formação de comitês de apoio, cedo se alastraram a muitos outros países.”

Uma das ações levadas a cabo pelo Movimento Feminino do Brasil que mais contribuiu para “desbravar caminhos” para a conquista de espaço político que o movimento se esforça por conquistar foi sem dúvida a realização de um congresso que teve lugar em São Paulo, no princípio deste mês.

“Este congresso foi uma audácia. E a prova de que criamos o nosso espaço político. Esta iniciativa objetivou a trajetória do Movimento Feminino pela Anistia no Brasil e serviu também para aferir a dimensão destes anos de trabalho”, salientou.

### **Reconciliar a Nação**

A nossa interlocutora, depois de ter frisado que o Movimento Feminino pela Anistia no Brasil é uma organização

apartidária que visa “dinamizar e catalizar forças num trabalho de paz que se traduz num luta pela justiça e igualdade”.

Referindo-se aos objetivos imediatos da organização a que preside, Therezinha Zerbine salientou que o MFPA procura a “pacificação da família brasileira, a reconciliação da nação consigo mesma”.

Neste contexto, a presidente do MFPA adiantou que, neste momento se reveste de singular importância a luta para que todos os setores da sociedade brasileira participem na eleição da Assembléia Constituinte.

“A Constituinte agora é a nossa bandeira. É fundamental que todos os setores se expressem, inclusive os 30 milhões de analfabetos que existem no Brasil. A nossa luta pela paz, que não é a paz dos cemitérios — é uma luta pelos nossos direitos — terá como coroamento a participação de todos os setores na Constituinte”, disse.

A terminar, Therezinha Zerbine sublinhou que o Movimento Feminino pela Anistia no Brasil não é uma organização feminista, pois, afirmou “mulher, de fato, não é explorada pelo homem, mas pelo sistema”.

E adiantou:

“Não existe diferenciação entre o homem e a mulher. O fundamental é a luta pela liberdade do ser humano. A inteligência não tem sexo. Não fez sentido lutar como feministas quando o povo não tem pão e liberdade”.



## UMA BANDEIRA PARA TODOS OS DEMOCRATAS

### *Entrevista a Pedro Alvim*

Já não é fruto verde que amadurece: é um fruto que já está maduro. E chama-se Movimento Feminino pela Anistia no Brasil. Luta para que o Brasil seja um país humano e não um país desumano. O seu objetivo é uma anistia para todo o povo brasileiro. Sempre o foi, ainda o é. Porque, na verdade, desde o começo da ditadura, em 1964, o Brasil ficou sem direitos cívicos — e o povo reprimido “sem feijão e arroz no prato”...

Nós estamos a ouvir a dra. Therezinha Godoy Zerbine, dirigente daquele movimento, advogada que, para além das leis consignadas nos códigos, sabe que outras leis existem que não podem ser deturpadas. Essas outras leis são íntimas, parte integrante do ser humano, do diálogo que vem se travando ao longo dos séculos e, porisso mesmo, porque tendem para a perfeição da sociedade, têm forçosamente de serem respeitadas. “O que presentemente não está acontecendo no Brasil...”

Therezinha (deixemos o qualificativo de dra. num parentesis) sabe sentir a amargura dos seus concidadãos. E assim, quando fala, quando nos vai falando, diz as coisas essenciais, doridas, como sangue, fome e prisão...

### **“Só um Brasil, Nunca Dois”**

“O Movimento Feminino pela Anistia no Brasil foi criado por uma necessidade absoluta de fraternidade. Não se pode tolerar o sofrimento dos nossos irmãos. Houve anos

terríveis no Brasil. De 1969 a 1975 o meu país viveu num estado de guerra. O meu país, isto é, o nosso país, porque o Movimento interessa a todos os democratas. Que se repare no que a repressão então dizia... A repressão, a própria repressão dizia isto textualmente: "Nós estamos em guerra..." Era assim mesmo. E quando a repressão dizia isto estava mesmo fazendo guerra contra todo o povo brasileiro. E como fazia a repressão, essa guerra? Não só com as prisões, com os assassinios, com os exílios forçados. Não: era também com a discriminação degradante, com a luta em surdina contra os que tentavam reformas progressistas e democráticas, tais como a Reforma Agrária, a alfabetização, o saneamento básico, leis que impedissem a exportação de divisas para defesa de economia, a proliferação de centros de saúde..."

Therezinha não é um "slogan" a expressar-se em frases queimadas, já muito utilizadas: ela, neste momento, aqui em Portugal, é uma voz que se pugna pela vida digna de seus compatriotas. Uma voz que quer unir as coisas desunidas por critérios arbitrários.

Assim:

"Devido à ditadura, o Brasil transformou-se em dois Brasis: um, o Brasil dos explorados, dos banidos de todos os direitos essenciais; e outro, o Brasil das multinacionais, e dos negócios lesivos ao país, e dos aviões particulares dos milionários... O primeiro é o Brasil verdadeiro; o segundo é o Brasil falso, o Brasil só de alguns, e Brasil, enfim que não pode ser... Quando um povo é patriota não pode admitir essa divisão".

Então...

"Então, nós mulheres, Movimento Feminino pela Anistia, levantamos mesmo uma bandeira. Essa bandeira é a da liberdade do povo, uma bandeira que ondula sobre todos os democratas, uma bandeira que cobre todas as tendências do pensamento humano, e que, por isso, sendo apartidária, nos pode irmanar a todos neste momento crucial da vida brasileira".

"Perante tudo isso, pois, impõe-se uma anistia vasta. Uma anistia que cubra todo o povo brasileiro. Que fique bem claro: 110 milhões de brasileiros têm o direito de

escolher o seu destino. Que 30 milhões deixem de ser analfabetos e 55 milhões deixem de ser semi-letrados. Por que só anistiado (e isso quer dizer também livre organização e livre expressão) o povo brasileiro pode dar passos em direção à felicidade. Liberdade democrática — esta é a aspiração de todos os homens de bem. Nós, Movimento Feminino, com núcleos em muitos Estados (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Sergipe Pernambuco, Paraíba, Ceará...) entendemos que anistia para nós é um imperativo da consciência. E tão assim é que o Movimento tem dinamizado e catalisado forças. E deu origem, a partir de 1975, ao nascimento de outros movimentos, força e outras organizações a nos apoiar. Por exemplo: a Associação Brasileira de Imprensa, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, a Ordem dos Advogados, frente nacional do trabalho, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Centros Acadêmicos, Sindicatos e Centros Culturais”.

### **Quem Salva os Homens do Futuro?**

“De três princípios básicos preconizados pela ONU, no Ano Internacional da Mulher, e que são “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, nós, mulheres brasileiras, optamos pelo último. Porque, nesta altura, o Brasil precisa de paz. É necessário que a repressão termine com a sua “guerra” contra os direitos humanos. Mas não queremos a paz dos cemitérios, sim a paz da Justiça. E essa paz, por tão simples, é tão complicada! Tantos entraves! É, no entanto, uma paz que está se impondo para que o povo possa ter feijão e arroz no prato, e tenha carne e tenha um teto, e tenha leite para as crianças... Ah, as crianças! Nunca a mortalidade infantil foi tão grande entre nós! Depois de 64 aumentou consideravelmente... Hoje podemos dizer (há números devidamente registrados) que a mortalidade infantil no Brasil é igual à da Índia. E isto por que? Por muitas e diversas coisas que a dignidade humana não pode permitir. Apontamos aqui, por exemplo, que S. Paulo, centro econômico e político do país, mostra a sua capital com um terço unicamente usufruindo de saneamento básico... E noutros pontos do país? Um caos. Dizem os especialistas que caso se resolvesse o problema do saneamento básico, a mortali-

dade infantil descreceria em 70 por cento... Mas a repressão não quer ouvir isto, e dá razões que não colhem, e os homens do futuro vão morrendo..."

Vão morrendo em meninos, os homens do futuro, enquanto a cobiça das multinacionais vai se alimentando. Ouçamos esta voz emocionada do Movimento Feminino pela Anistia no Brasil:

"As multinacionais estão comendo a Amazônia, Belém, Mato Grosso, que se veja só isto: um multimilionário norte-americano adquiriu na Amazônia uma área superior à da Bélgica. Depois, esse mesmo homem, de nome Ludwig, comprou uma fábrica de celulose no Japão, e fê-la transportar para a Amazônia, a fim de aí a implantar. Que a mão de obra era barata, disse o multimilionário. E nós sabemos o que isso significa: exploração e nada mais. Outro exemplo: também a Volkswagen comprou terra na Amazônia, pegou fogo na floresta e pos-se a semear capim para a criação de gado. Estamos apostando que não é o povo brasileiro que vai comer a carne desse gado, nem agasalhar-se com suas peles, pois o negócio é outro, muito outro... Anda tudo ligado com os negócios internacionais... Quando a Volkswagen pegou fogo na floresta foi tão grande esse fogo, e tão demorado, que um satélite americano de observação detectou (e veio noticiado) uma explosão no Brasil... Mas não era uma explosão, era, sim um passo grande na destruição ecológica da minha pátria. Corrompia-se, numa palavra, o maior pulmão ecológico do mundo: a Amazônia"...

### **Aguarda-se Carta Urgente**

Embora apartidariamente, o Movimento Feminino pela Anistia tem vindo a participar ativamente na vida do país. Assim, quando em abril de 1977, o Governo encerrou o Congresso, e decretou o "pacote de Abril", constituído por uma série de medidas arbitrárias, "todas as esperanças se foram..."

"Todas as esperanças se foram e nós paramos para pensar. Porque, de vez em quando, é necessário parar para se poder pensar um pouquinho... Depois — resolvemos assumir como nossa a bandeira da Constituinte, que dotasse o país de uma nova Constituição, isso seria o primeiro passo

para uma abertura democrática, para a concretização futura da democracia, para a fraternidade que se impõe na minha pátria. A Carta Constitucional, como nós lá dizemos, é que poderá levar notícias a todos os brasileiros. E também ao Mundo... Como se sabe, a bandeira da Constituinte é também solução proposta ao país pelo MDB. Todos os democratas ondulam a bandeira da liberdade e aspiram pela chegada dessa maravilhosa Carta”.

E com os olhos úmidos :

“Esta é a única saída pacífica para a situação de exceção que o Brasil vive desde 1964”.

E depois, quanto aos pontos essenciais do Movimento Feminino :

“Duas são as nossas finalidades : defender todo o homem atingido no direito da cidadania e promover a mulher cultural, social e civicamente, para que ela não mais se divorcie da comunidade...”

Depois de mencionar os Comitês de Apoio ao Movimento Feminino pela Anistia no Brasil (Portugal, França, Suécia, Suíça, Bélgica, Holanda e Itália) a dra. Therezinha Godoy Zerbine, que lamentou ainda a situação de 200 presos políticos e de 10 mil exilados brasileiros, disse-nos como quem afinal não se despede, uma vez que a solidariedade é internacional :

“Oxalá, vocês portugueses, recebam um dia notícia da nossa Carta Constitucional. Não virá fechada : virá aberta com a amizade que vai ganhando todos os povos...”

## **PARA AJUDAR FLÁVIA**

Numerosas pessoas reuniram-se ontem na escadaria da Catedral da Sé para pedir a libertação de Flávia Schilling de sua prisão em Montevidéu.

### **ANISTIA FAZ COLETA PARA FLÁVIA A CONCENTRAÇÃO FOI REALIZADA ONTEM, NAS ESCADARIAS DA SÉ**

Cerca de cem pessoas foram ontem até as escadarias da Sé, para, junto com o Movimento Feminino pela Anistia, arrecadar fundos destinados à soltura da brasileira Flávia Schilling, presa no Uruguai, há 6 anos. A pequena multidão se concentrou em frente à porta da Catedral para ouvir e acompanhar o Hino pela Anistia, cantado por Therezinha Zerbine, do Movimento Feminino.

A concentração faz parte de uma campanha nacional, movida por todas as entidades que lutam pela Anistia, visando pressionar o governo brasileiro a intervir na libertação de Flávia. O dinheiro arrecadado será para pagar a taxa de 15 mil dólares, que a Junta Militar do Uruguai cobra pela "hospedagem". A quantia já está praticamente conseguida e pronta a ser entregue ao Uruguai.

Therezinha Zerbine, ao fazer um pequeno discurso, explicou a movimentação:

"Minha gente, a Nação somos nós. Se o governo brasileiro não cobre Flávia Schilling como devia, com a nossa bandeira, cabe a nós que somos o povo, lutar".

Continuando, Therezinha Zerbine, disse que "este governo não nos representa, pois desrespeita a Constituição,

não promovendo eleições e violando todos os artigos da Declaração Universal dos Direitos do Homem”.

“É a hora de uma basta, de um chega, é uma vergonha chegarmos quase ao século XXI, vivendo em uma republiqueta de bananas. O povo quebra grilhões, o povo quer Anistia”, concluiu.

Após o discurso foi cantado diversas vezes o Hino da Anistia, composto para a campanha em favor da anistia, em 1945. Duas faixas também foram abertas, pedindo a libertação de Flávia e a anistia.

Atos semelhantes já foram realizados em Bauru, São Carlos e Guarulhos no Estado de São Paulo.

Todos aqueles que quiserem contribuir, basta enviar o donativo a Caixa Postal 54-213, em São Paulo.

Therezinha Zerbine declarou que “tem esperanças de que o governo brasileiro cumpra com o seu dever” formalizando negociações com o governo uruguaio.

Um único incidente marcou o ato. Monsenhor Silva, um dos párocos da Sé, não permitiu que se colocassem faixas na parede da Catedral, no que foi prontamente atendido. A polícia durante todo o tempo apenas observava a manifestação.

## **Em Florianópolis**

Um deputado procedente de Florianópolis informa que a campanha de arrecadação de contribuição para a libertação de Flávia foi encerrada ontem, naquela capital, após recolher 35 mil cruzeiros.

A campanha fora iniciada na quinta-feira passada com a instalação de uma caixa de coleta no calçadão no centro de Florianópolis tendo sido posteriormente realizada também em Lages e Joinville. O montante da coleta chegou a surpreender os organizadores do movimento, os quais não esperavam mais que 15 mil cruzeiros. As doações dos catarinenses foram ontem mesmo destinadas ao Movimento Feminino pela Anistia.

---

*Publicado no DIÁRIO DE SÃO PAULO  
São Paulo, Capital em 22 de Dezembro de 1978.*

## UM GRUPO DE MULHERES PARA A LIBERTAÇÃO NO BRASIL

*Washington*

Ela é uma senhora bastante caseira, maternal, com uma figura agradável, usando roupa bege e tem cabelos naturalmente encaracolados. Nunca se pensaria nela como uma “revolucionária” feminina (não feminista, por favor) que, inspirando-se no Ano Internacional das Mulheres das Nações Unidas, introduziu uma nova tática política no Brasil.

No entanto, é precisamente o que Therezinha Zerbine, presidente do Movimento Feminino pela Anistia no Brasil, está fazendo.

“Não somos uma organização feminista, disse a sra. Zerbine com muita segurança, quando visitou Washington recentemente, para falar sobre seu grupo. Somos um grupo de mulheres fazendo um trabalho político”.

Excepcionalmente honesta e aparentemente não complicada, ela não fez mistérios sobre a maneira pela qual operaram as mulheres, há vários anos atrás, quando o movimento irrompeu. “Sim, trabalhamos de maneira diferente dos homens. Nunca tentamos falar como eles. Nunca fomos ásperas, mas calmas e doces. Começamos dizendo que éramos fontes de vida, responsáveis pela sociedade de hoje e pelas transformações do amanhã”. Ela sorri, com conhecimento. “Progredimos devagar, de maneira a não assustar as outras mulheres”.

Em termos políticos o MFPA — que envolve núcleos de 300 mulheres atuantes, agindo para envolver indiretamente milhares de outras — à primeira vista parece amorfo, ambi-



valente, incoeso. As mulheres se consideram “agentes da história”, clamam por anistia para os presos e exilados políticos e finalmente, por uma anistia espiritual para todos os brasileiros, que estão contra a forma de ditadura militar.

O que o movimento realmente almeja é a redemocratização no Brasil. Na ausência de outras formas políticas legais, as mulheres surgiram com este apelo incomum e com táticas que divulguem sua mensagem.

A sra. Zerbine, por exemplo, é advogada. Ela conseguiu que a Ordem dos Advogados do Brasil desse apoio à tese de proclamação da anistia, por unanimidade. Outras mulheres conseguiram a adesão de outras organizações, como a Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil, a Associação dos Sociólogos, arquitetos, psicólogos e médicos. Ela diz: “Criamos uma nova rede de apoio”.

O que é interessante é que as mulheres levaram a efeito, até o momento, da única forma que poderia ter sido feito num governo militar, que controla firmemente o país. Elas prontamente recusaram membros do sexo masculino, sabendo que isto as deixaria vulneráveis a ataques que, normalmente não recairiam sobre mulheres.

Elas sentem que estão conquistando espaço. “Sob um estado de exceção, ninguém tem espaço algum” ela diz. “Ele tem que ser conquistado. Nós conquistamos o nosso. Calmamente. Não temos pressa, porque temos certeza dos objetivos que queremos atingir. Hoje, o estado de exceção está se distendendo, afundando. Não se sabe para qual direção irá ou o que pode esperar. Mas sabemos o que queremos e aonde iremos. Clareza de objetivos é uma grande vantagem”.

De muitas maneiras, o Movimento representa algo de novo na atuação feminina. Ele nasceu no Ano Internacional da Mulher, há 3 anos atrás, quando as mulheres brasileiras se conscientizaram de que poderiam usar seus apelos por direitos humanos e sua respeitabilidade com tática.

E elas vêm representar algo mais importante em sociedades como a brasileira, que é basicamente truncada, tanto social como intelectualmente. Onde existe apenas uma pequena parcela da população que lê os jornais razoavelmente

livres. E existe a grande massa de brasileiros que ouve rádio e assiste TV, mal entendendo aonde as elites e seu país estão indo.

Como um observador colocou: "O povo não está consciente do período crucial pelo qual o Brasil está passando".

As universidades são fracas, não houve uma proliferação de instituições para desempenhar seu papel e apresentar seus anseios. Então estas mulheres estão preenchendo uma importante lacuna.

Therezinha está criando uma ponte sobre essa lacuna. A fraqueza está, é claro, em como se obter a redemocratização do país, partindo por brados por anistia. Mas, elas estão ao menos dando o primeiro passo para revitalizar a vida e o pensamento públicos.

É provável que o exemplo das mulheres brasileiras seja algo que possa ser utilizado em outros países.

Certamente, poderia ser estudado em termos de novos tipos de táticas peculiarmente femininas.

---

*Commentary por Georgie Geyer.  
Publicado no Los Angeles Times e mais 300 jornais dos Estados Unidos em Dezembro de 1978.*

## ANISTIA PEDE CALMA A EXILADOS

Salvador — O Movimento Feminino pela Anistia tem posição definida sobre a volta dos exilados brasileiros: os que não têm processos a responder ou pena a cumprir devem voltar logo; os que têm implicações com a Justiça Militar, devem aguardar o momento oportuno.

“Estamos em fase de transição e às vésperas de grandes acontecimentos” disse ontem em Salvador a presidente nacional do MFFPA, a sra. Therezinha Zerbine. O Movimento, informou ela, não recusa a proposta de anistia parcial “admitida por setores oficiais do governo Figueiredo”.

De férias, chegaram ontem ao Brasil, três exilados políticos. Em São Paulo vindos de Costa Rica, para onde voltarão dentro de 45 dias, chegaram o engenheiro Ulrich Hoffmann e sua mulher Marise. Lá, ele é contratado da ONU num programa de projetos industriais para pequenas empresas. O casal não foi interrogado e saíram livremente de Congonhas.

No Rio, chegou Marcos Arruda, procedente da Suíça, onde trabalha como economista no Conselho Mundial de Igrejas. Liberado no Galeão, deverá depor dentro de cinco dias na Polícia Federal. Ele tem passaporte brasileiro e retorna à Suíça terminadas as férias.

## **THEREZINHA ZERBINE: É HORA DE VARRER O MEDO DESTES PAÍS**

“A Anistia vem, ela virá por conquista nossa. Este país não se democratizará sem anistia; o general Figueiredo não conseguirá governar um país dividido” sentenciou ontem em Londrina a presidente do Movimento Feminino pela Anistia, núcleo São Paulo, Therezinha Zerbine, ao dar uma entrevista coletiva à imprensa no salão de conferências do Hotel Bourdon, onde está hospedada. Ela veio a convite do Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos e, à noite proferiu palestra sobre o tema no anfiteatro da Associação Comercial.

Na entrevista, que começou às 11:30 hs. Therezinha Zerbine respondeu a uma série de perguntas sobre o Movimento Feminino, sobre as possibilidades de se conseguir uma anistia ampla, geral e irrestrita; o nosso próximo Governo e principalmente sobre uma questão um tanto polêmica dentro deste contexto: a anistia parcial, como está propondo o senador “biônico” Dinarte Mariz. Sob este aspecto, entende Therezinha Zerbine que o movimento conseguiu conquistar mais um terreno, pois Mariz, conforme lembrou. “sempre foi muito refratário à idéia da anistia. Ele ganhou a senatoria, que para ele é uma dádiva. Agora, portanto, ele quer mostrar serviço”.

### **O Primeiro Passo**

Pergunta, entretanto, sobre se uma anistia parcial não serviria apenas para esvaziar todo o movimento existente

em torno do tema, ou se, em contrapartida, seria o primeiro passo para a conquista da anistia mais ampla, Therezinha Zerbine disse acreditar nessa segunda hipótese: “Não tenho bola de cristal, mas a anistia que desejamos virá pela trégua da excepcionalidade, que está batendo em recuada; o que queremos é a anistia ampla, geral e irrestrita, como primeiro passo — e em, segundo, uma Assembléia Nacional Constituinte. Somente com isso teremos condição de passar o país a limpo”. A parcial — acrescentou — é realmente o primeiro passo para a geral. Por exemplo: quando você tem uma barragem pela frente e faz um furo nela, todo o resto vem abaixo.

Chamando quase sempre os repórteres de “meus filhos”, Therezinha, de 50 anos, falando sobre a linha a ser seguida pelo MFFPA, caso venha esta anistia parcial disse que “a mulher é muito prática. Mas prefiro não raciocinar em cima de conjecturas — e acho que ninguém deve fazer isso — porque dessa maneira poderemos dar armas à excepcionalidade. Cabe ao presidente ampliar o projeto apresentado pelo senador”. Adiantou, entretanto que o MFFPA deverá receber a anistia parcial como um avanço para a pacificação do país. “E compete a nós fazer com que esse processo se desenvolva de maneira mais rápida “disse ela, acrescentando que os que foram anistiados parcialmente “devem se juntar a nós na luta pela anistia mais ampla. Este é um compromisso de honra”.

### **Ponto de Honra**

Falando se via alguma possibilidade de seu marido — general Euryale de Jesus Zerbine, cassado e reformado pelo Comando Revolucionário a 9 de abril de 64 — ser enquadrado nesta anistia parcial, Therezinha Zerbine disse que “para ele, que está com 70 anos, isso não interessa. Isso interessa a vocês, jovens”. “Mas, apesar da idade, não seria para ele um ponto de honra conseguir a anistia?” perguntou um repórter. “O ponto de honra para meu marido foi defender a Constituição” respondeu ela. E acrescentou: “Ele cumpriu sua parte. Ele não é importante nesse episódio. O importante são os jovens que devem, agora, cumprir, cada um, a sua parte”.

## Parte de Nossa História

Frisa Therezinha Zerbine que a luta pela anistia é justa, uma vez que, conforme lembrou, “ela faz parte da história do povo brasileiro. Do Império à República ela já foi aplicada mais de 50 vezes”. Assim ela faz um apelo ao Governo para que reflita sobre a Anistia ampla, que é a desejada, “sem entrar no mérito dos crimes”, pois “os que morreram, os que estão no exílio, os que lutaram foram movidos pela quebra da legalidade, Mas quando este país for democrático, vamos ter 3 poderes soberanos, vamos ter tribunais livres, nos quais quem perdeu um filho, por exemplo, morto pela repressão, pode reclamar a punição. Não teremos que sujar nossas mãos de sangue, como eles sujaram as deles”. Falando mais adiante sobre os exilados brasileiros que estão retornando ao país, Therezinha Zerbine lembrou que no último congresso do MFPA, resolveu-se adotar uma postura segundo a qual não se deve estimular a volta dessas pessoas, “porque ninguém está seguro neste país. Para que voltar, então?”

### Sem Repressão

Diz Therezinha Zerbine que, desde quando o Movimento Feminino pela Anistia foi fundado, em 1975, ela não sofreu qualquer tipo de repressão por parte do Governo: “O nosso movimento não é subversivo. A nossa arma é a persuasão. Sempre falei abertamente. Sempre falei o que acho que deve ser dito. E eles devem fazer o que acharem que deve ser feito. Nunca fizeram nada. Talvez ainda façam... A espinha dorsal do movimento foi nós nos assumirmos como cidadãos perante a nação e perante tudo, porque a mulher é fonte de vida que luta contra a fonte da morte”.

Lembra ela que o movimento — “que colocou a anistia como imperativo da consciência” — recebeu sua primeira moção de apoio no dia 29 de agosto de 75, através da Câmara dos Vereadores de Campos de Jordão — moção apresentada pelo vereador Clovis Soares Azevedo MDB. — que foi aprovada por unanimidade por ambas as bancadas. “A luta pela anistia — diz ela — foi conquistada palmo a palmo, sempre tendo a preocupação de não radicalizar. Quanto a mulher deflagrou a luta pela anistia, disseram que isso era impos-

sível. Isso entretanto só existe na nossa cabeça. Em política não existe impossível". Também em 75, Therezinha Zerbine esteve pela primeira vez em Londrina para manter uma série de contatos a pedido do núcleo provisório instalado aqui, uma vez que "os militares estavam fazendo prisões em massa. Quando cheguei, Londrina era uma cidade dominada pelo medo. O clima daqui era de pavor".

### **Figueiredo, um Reflexo da Excepcionalidade**

Ao dar sua opinião sobre o futuro presidente da República, Therezinha Zerbine disse que o general Figueiredo "reflete a excepcionalidade em que vivemos. Este Governo pode ser legal, porque foi legalizado por um golpe de força, mas não é legítimo porque não reflete a vontade do país, do povo. E ele não foi escolhido pelo povo". Acrescenta ela que "vamos ter um Congresso ungado pelo voto popular, mas em contrapartida, teremos um Figueiredo escolhido por meio dúzia de pessoas, num ambiente sem oxigenação, sem brisa e na solidão. E sem ouvir a voz de ninguém, e sem ouvir os anseios do povo, que é o mais importante".

Therezinha frisa que "temos que ser realistas. Figueiredo representa um governo de força instalado no país há 15 anos. Há um abismo entre a Nação e o Governo. Assim, o Governo não representa a Nação. É aí que está a ambiguidade". Quanto aos novos partidos, opina ela que "tudo isso faz parte de um baile de confusões, que é que eles queriam". Sobre o surgimento de um partido de trabalhadores, entende ela que esta classe "tem o direito de criar o seu partido, mas não é hora de nos dividirmos, apesar de que todo homem deve lutar pela sua classe. O interesse do trabalhador não é o mesmo do capitalista. Cada um deve procurar seus interesses. Numa democracia, esse tipo de divergência é saudável". Mas isso, conforme lembrou, só será possível "depois que varreremos o medo deste país."

Therezinha Zerbine retorna hoje a tarde para São Paulo. Antes, porém, deverá manter alguns contatos na cidade, principalmente com os membros do Comitê Londrinenses pela Anistia e Direitos Humanos. A próxima palestra de Zerbine deverá ser proferida, dentro em breve em Curitiba.

**PALESTRA REALIZADA EM CURITIBA, PARANÁ,  
EM 9 DE MARÇO DE 1979, DURANTE A  
INSTALAÇÃO DO COMITÊ BRASILEIRA PELA  
ANISTIA. O MFPA SE FEZ PRESENTE A CONVITE.**

O Movimento Feminino pela Anistia foi organizado em março de 1975. Aproveitamos a oportunidade da organização do Ano Internacional da Mulher, cujos princípios básicos foram igualdade, desenvolvimento e paz.

Escolhemos o campo da paz e levantamos a bandeira da Anistia, como uma bandeira de Direitos Humanos.

Para nós, a Anistia é um imperativo de consciência e cabia a nós ganhá-las onde estivessem.

Nos anos de 1975, 76 lutamos sozinhas; em meados de 1977 os estudantes saíram às ruas com faixas de Anistia.

Nunca nos passou pela cabeça comandar um grande movimento de Anistia e sim, com nossa pregação, despertar consciências. Nossa missão era de criar a bola de neve. E podermos dizer sem falsa modéstia que o objetivo foi atingido.

Em 1978, como cogumelos depois da chuva, começaram a pipocar os Comitês de Anistia e de Direitos Humanos. Isto, para nossa felicidade e alegria.

Saudamos o 1.º Comitê do Rio, que foi criado dia 14 de fevereiro de 78, o da Bahia em 18 de abril e o de São Paulo em 12 de maio, sendo que a organização dos mesmos diferem. Rio e Bahia são formados por pessoas e o CBA de São Paulo é formado por entidades.



No mês de agosto de 78, nos dias 5 e 6, houve uma reunião em Brasília dos Movimentos de Anistia e Direitos Humanos, ficando decidido um encontro em Salvador para se discutir a formação de um congresso de Anistia. Dessa reunião saiu a aprovação de um Congresso nos dias 2, 3, 4 e 5 de novembro, em São Paulo, sendo que nossa posição foi voto vencido. Nossa posição era de que o Congresso fosse realizado nos dias 8, 9 e 10 de dezembro, após as eleições e pelo fato do dia 8 ser o dia da Justiça e 10, o dia da comemoração dos Direitos Humanos.

O Congresso foi paritário: MFPA's e CBAs.

O Congresso foi um salto qualitativo, pois foram tiradas deliberações e linhas de condutas a serem adotadas, nas medidas da realidade de cada Estado.

Nosso trabalho quanto ao MFPA é de conscientização e de pressão, nós dinamizamos e catalisamos forças.

Para nós a luta pela Anistia não comporta partidatismo, religião e ideologia. É um ideal a ser alcançado, acima de todos os interesses menores.

A Anistia não tem dono, não tem chefe e não tem patrão. Cabe a nós por convicção, incorporar a bandeira e fazer conscientemente uma profissão de fé e crença no povo brasileiro e na história — que conduz os que querem e arasta aos que ela se opõe.

O senador José Sarney, pela *Televisão Globo*, muito sorridente, disse que existe o sonho e a realidade.

Podemos afirmar aos líderes do governo, no Congresso Nacional, que os sonhos são os ideais, o futuro que estamos conquistando e construindo dando sentido às nossas vidas.

A realidade é esta que aí está injusta e anti-democrática e cabe a nós transformá-la, pois este é o grande anseio da nacionalidade.

**PALESTRA REALIZADA EM CAMPINAS, SÃO PAULO,  
NO SALÃO VERMELHO DA CÂMARA EM 28 DE MAIO  
DE 1979, POR CONVITE DO IEPES.  
TEMÁTICA “DIREITOS HUMANOS E ANISTIA”.**

O Movimento Feminino pela Anistia fica feliz por participar desta reunião do IEPES, sobre Direitos Humanos e Anistia.

Nós, que, com a quebra da legalidade em 1964, acompanhávamos o processo das prisões, torturas, perseguições políticas de toda natureza, sofriamos e pensávamos como influir no processo.

Eis que o Ano Internacional da Mulher, organizado pela ONU e cujos princípios básicos foram igualdade, desenvolvimento e paz, nos deu a oportunidade. Escolhemos o campo da paz para trabalhar.

Anistia que vem do grego Amnistya, quer dizer esquecimento. É o processo de se passar uma esponja e apagar o passado.

Os gregos na sua sabedoria, sabiam muito bem que passadas as divergências entre irmãos se fazia imperiosa a anistia, pois a Pátria é indivisível e nosso trabalho é para a união nacional.

O universo da Anistia é o Jurídico, mas a sua conceção é através do político. E a tática obrigatoriamente é política e a arma legítima é a pressão.

Nós vivemos num país dividido economicamente, política e socialmente. A união da Nação se faz imperiosa e a Anistia é o primeiro passo.

Levantamos a bandeira da Anistia como uma bandeira de Direitos Humanos: liberdade de organização, de livre expressão, liberdade sindical, liberdade para o povo brasileiro ter arroz e feijão no prato e liberdade para escolher o seu destino.

Começamos nosso trabalho de implantação de núcleos, em 11 de junho de 1975, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, convidadas por um grupo de mulheres gaúchas que se dispunham a trabalhar pela Anistia, com a organização de uma palestra na Câmara Municipal sob o tema "A Proble-mática da Mulher Brasileira" — paulistas e gaúchas saíram juntas para a "Guerra Santa".

Hoje, falar de anistia se fala de camarote, mas o co-meço foi muito duro, pois tínhamos que conquistar o espaço político. Espaço político em uma ditadura ninguém tem — se conquista.

Nosso primeiro trabalho como grupo organizado foi elaborar o Manifesto da Mulher Brasileira, que distribuimos por todo o Brasil, a fim de colher assinaturas em apoio à luta que começava.

De meados de março ao começo de agosto colhemos 12 mil assinaturas que eram apostas ao manifesto e o seu enca-minhamento seria levar as assinaturas à Presidência da Re-pública, para que ela considerasse a posição da mulher bra-sileira e seus anseios e, para que travássemos um diálogo franco e aberto.

O segundo núcleo foi o do Rio de Janeiro, cujas mu-lheres organizaram uma palestra na sede da ABI, cujo tema foil "A Mulher e a Paz".

O terceiro núcleo embrionário foi o de Minas — cuja bandeira da anistia ficou nas mãos honradas de Dona Yeda Matta Machado (muito sofrida e abalada pela perda de seu filho, ela com muito zelo e amor manteve ideais erguido nas Minas Gerais o nosso ideal esperando ocasião em que pudesse dinamizar o núcleo, que foi criado posteriormente, no Santuário de Santo Antonio com a presença de 70 pessoas, dois anos depois, dando-se o início à implantação do núcleo de Minas Gerais. (Somos uma sociedade civil registrada).

No ano de 1976, começamos a instalação de núcleos do Nordeste. O primeiro foi o de Fortaleza, a 15 de março de 1976. Palestra organizada por mulheres cearenses no Colégio Nossa Senhora de Lourdes sob o tema "A Mulher Latino-Americana e os Direitos Humanos". Depois de 11 anos de estado de exceção a nossa voz foi a primeira voz de oposição. Daí para frente, o medo começou a se dissipar, os olhos foram abertos e as pessoas viram que podiam e deviam organizar a sociedade civil e esta se fazer ouvir. Foram criadas associações de sociólogos, o jornal Mutirão, grupos de reflexão, custo de vida, etc.

No começo, a nossa fala era enfeitada, colocando sempre o Ano Internacional da Mulher e depois vinha descendo até chegar à nossa América Latina, saqueada, pilhada pelos colonizadores que estavam sempre com os olhos voltados para a Metrópole que estavam aqui para fazer a América.

Com a cruzada com o índio, até mesmo pela posse da terra; posteriormente com o negro, desta miscigenação começou o verdadeiro amor pela terra. Por isso é fácil deduzir porque sempre as forças populares estiveram em conflito com as elites predatórias. Hajam visto tantas revoluções e revoltas.

É fácil verificar que por toda a América Latina existem presos políticos, homens e mulheres que se insubordinaram a ordem social vigente, quase sempre injusta e cruel.

Com a quebra da legalidade em 1964, cometeu-se uma violência rasgando-se a Constituição. Tudo o que passou a partir daí, foi pura decorrência.

A Nação foi humilhada e colocada face ao muro. Diante da selvageria e perseguições, a mocidade e grupos não conformados foram para o grito, para o confronto, digamos até para a luta armada, que não apoiamos, mas compreendemos.

Para o confronto só se vai quando se tem força e o resultado deste confronto foi mais sofrimento. Dia 13 de dezembro de 1968 institucionalizou-se o arbítrio, com a criação do AI-5.

De 1969 a 1975 passamos a viver a chamada guerra revolucionária. E os militares que se apossaram do poder diziam "numa guerra tanto se mata como se morre". A reci-

proca devia ser verdadeira, porisso lutamos por uma Anistia ampla, geral e irrestrita.

Partindo deste raciocínio é mais do que hora para a reconciliação, de reencontro da Nação consigo mesma.

Quem mais precisa de anistia neste país hoje é o governo que entrou num verdadeiro beco sem saída. Estamos com uma dívida externa superior a 42 bilhões de dólares inflação galopante e uma séria política institucional. Nenhum problema da Nação foi resolvido nestes 15 anos, pelo contrário, foram agravados.

Nesta sala, pessoas com 32, 33 anos nunca votaram para presidente da República.

O que aconteceu é que, paralizados pelo medo, nós esquecemos de assumir nossos direitos de cidadãos. Nós temos deveres que devemos cumprir e direitos que devemos exigir. O cidadão deve viver sem medo, com acesso à informação para poder formar-nos e formando-nos, atuarmos na comunidade. Não se pode ter medo de idéias, só uma idéia pode se contrapor a outra idéia.

A Democracia é divergência, e a divergência é natural e saudável. É na troca que se enriquece.

Não nos esqueçamos pois, que Anistia e Democracia são conquistas de povo organizado. Ao trabalho pois.

## “O QUE AS MULHERES FIZERAM. . .”

A luta pela anistia era, antes de ser iniciada, reconhecida como longa e demorada e o que fizeram pela causa “os homens não fariam”, afirmou ontem a presidente nacional do Movimento Feminino pela Anistia, Therezinha Zerbine, presente ao Congresso da UNE. Explicou que a luta demandou muita paciência e observou que “os áulicos do governo estão tentando uma mistificação”, quando importa que a conquista cabe aos que sempre defenderam a proposta, “em trabalho duro”.

Acentou ela que, assegurada uma conquista, “o resto será conseguido depois, com competência e razão”. Informou que o MFPA já prepara novos debates que deverão ocorrer no Rio de Janeiro, nos próximos dias 15, 16 e 17. No entanto falou de sua certeza de que o projeto do governo em conceder anistia restrita irá à aprovação, em virtude da maioria arenista no Congresso Nacional.

Isso, contudo, na sua opinião, será “um rombo”. E deu como exemplo uma barragem: se fizer um furo, o resto virá desaguar. Comentou ainda: “quem mais está precisando de anistia neste país é o governo, que não tem saída, não tem viabilidade política e sabe que em outras eleições será derrotado fragorosamente”.

Daí, concluiu Therezinha Zerbine, que a postura governamental visa sobretudo dividir, mas isso não será favorecido pelo MFPA que considera vitória de suas lutas “o que vier” ou seja, qualquer tipo de anistia alcançada. Sobre as contribuições que dará à UNE a anistia, afirmou ela que a entidade que dirige não é apêndice do movimento estudantil ou vice-versa.

Considerou, entretanto, que por uma questão de lógica, o Brasil conta hoje com 60 por cento de jovens em sua população total e eles estão convictos de que o País não se democratiza sem anistia. “Ai é que está o nó do governo Figueiredo, que estendeu a mão, mas uma mão vazia e tem que mostrar alguma coisa de concreto à Nação”.

Para Therezinha Zerbine, o MFPA esteve por quatro anos na ofensiva e agora o governo resolveu atender parcialmente as reivindicações “não porque ele nos queira bem”, porque porém “são os governantes agora quem mais precisam da anistia”. Os futuros rumos do Movimento concluiu ela, serão traçados a partir da proposição saída do Congresso Nacional, em breve.

Acerca da participação do MDB na conquista da anistia, declarou ela: “Uma justiça histórica tem que ser feita. O homem que introduziu a anistia como ponto programático do MDB foi Tancredo Neves, com aquela sabedoria do velho PSD mineiro. Não queriam isso, pensando que não passava, e são atitudes de um homem como Tancredo Neves político hábil e competente, que deram oportunidade para que, em 1975, começássemos uma luta legal porque é ponto programático de um partido, aprovado pelo Superior Tribunal Eleitoral”.

Para ela, o mérito da anistia deve ser creditado às mulheres brasileiras, cansadas de verem seus filhos “mortos, desaparecidos” e que na verdade, as mulheres serviram de “boi de piranha”.

Composto e Impresso nas  
ESCOLAS PROFISSIONAIS SALESIANAS  
Rua da Mooca, 766 (Mooca)  
Fone: 279-1211 — P. A. B. X.  
Caixa Postal, 30 439  
SÃO PAULO